

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO**

CLÁUDIA HELOIZA CONTE

An aerial photograph of a city, likely Foz de Iguaçu, showing a dense urban landscape with numerous high-rise apartment buildings and commercial structures. The city is interspersed with green spaces and trees. The horizon is visible in the distance under a clear sky.

FOZ DO IGUAÇU - PR NA REDE DE CIDADES

**MARINGÁ – PR
2012**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

CLÁUDIA HELOIZA CONTE

FOZ DO IGUAÇU - PR NA REDE DE CIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração – Análise Regional, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Tânia Maria Fresca

MARINGÁ – PR
2012

Dedico

A Antonio e Ariel, meus amores
A Nelson e Eroni, minha base

AGRADECIMENTOS

[...] se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho, por mais que pense estar [...] *Gonzaguinha*

Ainda que o trabalho acadêmico se realize por um tom solitário, seu fruto deixa evidente a dimensão do cotidiano partilhado e as interdependências que o tornam possível. Aqui, gostaria de agradecer algumas pessoas que fizeram desta tarefa um aprendizado não apenas ao pensamento, mas para a vida.

Aos meus queridos pais, agradeço de todo coração o privilégio de sempre ter contado com todo o apoio, presença e carinho, indispensáveis a minha formação. É a eles, reconhecidamente, que mantenho o mais profundo respeito e o exemplo de uma vida digna, movida pelas forças mais valorosas do ser humano.

Um profundo e especial agradecimento ao Antonio, meu marido, que esteve ao meu lado me acompanhando desde o início desta etapa acadêmica e que acompanhará sempre. Pessoa que pode dizer com precisão tudo o que passei e senti durante este período. Essa conquista é sua também! Obrigada pela paciência, companheirismo e amor dedicado ao longo destes anos.

A meu filho Ariel, extensão de minha existência e razão para qualquer luta. Agradeço pelas demonstrações de carinho, proporcionando-me através de um simples olhar, coragem e força para jamais desistir deste sonho.

Igualmente importante, Ana, minha irmã e amiga, que sempre esteve próxima, me incentivando, apoiando e acreditando que tudo daria certo. Obrigada por todas as palavras de conforto, confiança e amizade.

A minha querida amiga, verdadeira irmã, Ana Luisa, pela presença constante em minha vida, pelas alegrias e tristezas compartilhadas e pelo carinho dedicado todos estes anos. Obrigada por tornar minha vida mais feliz ! A também especial e única Cristiane Dutra agradeço pelos momentos de descontração e pela ajuda fundamental na elaboração do Abstract.

Aos professores de graduação Ms. Silvia Thomazi e Dr. Luiz Eduardo Catta, que indicaram-me as primeiras trilhas, todo o meu agradecimento, pois são os grandes responsáveis pelo meu desenvolvimento acadêmico e pela minha entrada na pós - graduação, graças ao permanente incentivo para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada pela amizade e atenção.

Agradeço imensamente o professor Dr. Adauto de Oliveira Souza pela atenção dedicada na leitura e sugestões do projeto inicial, por depositar confiança em meu trabalho, por ter me apoiado e contribuído todas as vezes que necessitei. Mesmo tendo mudado o rumo, a sua participação foi fundamental. Por você tenho muita admiração e respeito.

Agradeço os professores Dra. Angela Endlich e Dr. Cesar Miranda Mendes, que formaram minha banca de qualificação. A leitura atenta e os comentários foram de uma importância inestimável para o decorrer da pesquisa e me acompanharam até o último momento de redação.

Meus agradecimentos dirigem-se também aos professores que compartilharam seus conhecimentos nas disciplinas, em especial a professora Dra. Angela Endlich, pela orientação dedicada durante o estágio à docência. Obrigada pelos momentos agradáveis e de muito aprendizado.

Igualmente fundamental foi a presença, em todos os momentos desta dissertação, da minha amiga Larissa, companheira de disciplinas, congressos, viagens, caronas. Agradeço por dividir comigo todos estes momentos, em especial, pelos momentos de angústia e dúvidas.

A Léia, meus sinceros agradecimentos, sempre esteve disposta, me fornecendo material, informações e dicas, diga-se de passagem, essenciais no andamento da pesquisa. Ao Alan, agradeço pelos mapas!

Não poderia deixar de agradecer a Universidade Estadual de Maringá, especialmente a Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade de realizar o mestrado. Meu apreço a Miriam, secretária da pós - graduação, por estar sempre com um sorriso no rosto e disposta a ajudar.

Meu reconhecimento as instituições, órgãos, empresas, entre outros, que contribuíram com informações importantes e que eu não saberia a quem agradecer em primeiro lugar. Agradeço da mesma forma a todos os entrevistados pela confiança e solicitude com que prestaram seus depoimentos.

Agradeço aos colegas do programa de pós-graduação pelas discussões, indicação de leituras e experiências divididas ao longo das disciplinas cursadas. A CAPES pelo apoio financeiro através da concessão da bolsa de mestrado, fundamental para a realização deste trabalho.

Reconheço de maneira muito carinhosa a estadia disponibilizada pela família Dada. Graças ao Seu Mario e a Cida que me receberam de braços abertos, encontrei em Marialva meu segundo lar por mais de dois anos.

Minha mais sincera gratidão aqueles que mesmo a distância foram de suma importância através dos espaços virtuais. Obrigada as amigas Mariana, Elisa e Ana Cristina por compartilharem minhas saudades!

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitos amigos e colegas, por isso, agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte desta conquista!

Por fim, devo dizer que, se uma das mais belas imagens do professor é a de alguém que conduz alguém a si mesmo, agradeço a professora Dra. Tânia Fresca, minha orientadora. Ela me possibilitou participar das discussões, orientou minhas aprendizagens, lendo meus textos, elaborando críticas e sugestões, incentivando a participação em eventos, instigando a avançar sempre na direção de um conhecimento sólido, pertinente e inovador sobre o mundo. Não fosse o seu acolhimento a esta pesquisa, cujas mudanças de rumo (inerentes a qualquer pesquisa), se põem, afinal, como uma reflexão nossa, ainda que o texto seja, obviamente, de minha inteira responsabilidade, meus caminhos pela geografia teriam sido outros. Devo essa trajetória a minha orientadora, com um reconhecimento inestimável pela confiança e amizade depositada. A você professora:

Muito Obrigada !

"O mundo oferece as possibilidades e o lugar oferece as ocasiões". Milton Santos

CONTE, Cláudia Heloiza. *Foz do Iguaçu - PR na rede de cidades*. 2012.203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2012.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender o papel exercido por Foz do Iguaçu - PR no início do século XXI na rede de cidades. Para tanto, abordou-se a gênese e a estruturação deste núcleo nas quatro fases de colonização, buscando sua compreensão até os anos de 1970 do ponto de vista de suas atividades econômicas e das relações sociais. Para o entendimento das atividades econômicas desenvolvidas atualmente por Foz do Iguaçu foi necessário a compreensão das mudanças socioespaciais ocorridas a partir da década de 1970, mediante construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Foi neste período, atrelado a um forte processo de desenvolvimento econômico, conhecido como “milagre econômico”, representado, entre outros pontos, pela substituição das importações a partir de investimentos do Estado, que Foz do Iguaçu e as cidades próximas a ela foram profundamente transformadas. Transformações que afetaram distintos aspectos da realidade regional, como o forte crescimento populacional, a expansão da infraestrutura, as atividades agropecuárias, comerciais, prestadoras de serviços, bem como a dinâmica de relações entre as cidades da rede urbana. A partir dos estudos do IBGE (1972; 1987; 1993; 2008), foi possível entender aspectos da evolução desta rede urbana, assim como identificar a atual rede regional e a centralidade de Foz do Iguaçu. Levantamentos de campo sobre diversas atividades presentes em Foz do Iguaçu - comércio, prestação de serviços, atividade turística -, além de levantamentos qualitativos entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu permitiam a compreensão da inserção de Foz do Iguaçu em distintas redes. O que encontramos foram inserções complexas, cujas particularidades tornam de Foz do Iguaçu uma cidade inserida em três diferentes redes de cidades.

Palavras - chave: Rede Urbana, Foz do Iguaçu, Centralidade, Itaipu, Turismo.

CONTE, Cláudia Heloíza. *Foz do Iguaçu - PR in the network cities*. 2012. 203f. Dissertation (Geography Master's degree) - Program in the Post Graduation in Geography. Department of Geography in the State University of Maringá. Maringá. 2012

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the role played by Foz do Iguaçu - PR at the beginning of the XXI century in the network of cities. To reach it, it was dealt with the genesis and structure of this area, considering four stages of colonization of the city, looking for a comprehension of the 1970s considering its economic activities and social relations. To better understand the currently economic activities developed in Foz do Iguaçu, it was necessary to understand the socio-spatial changes that occurred since the 1970s, through the construction of the Itaipu Hydroelectric Plant. It was during this period, combined with a strong economic development process known as "economic miracle", represented by the substitution of imports from state investments, when Foz do Iguaçu and cities around were deeply affected. The transformations affect many aspects of the regional fact, for example a huge population growth, the expansion of infrastructure and agricultural activities, commercial and service providers, as well as the dynamics of relations between cities of the urban network. Supported on IBGE studies (1972, 1987, 1993, 2008), it was possible to understand some aspects of the evolution of the urban network, and identify the actual regional network and the centrality of Foz do Iguaçu. Field researches about different activities in Foz do Iguaçu - trade, services, tourism – besides the qualitative surveys among the cities of Foz do Iguaçu, Ciudad del Este and Puerto Iguazu have allowed the comprehension about the insertion of Foz do Iguaçu in different networks. It was found a complex of insertions, where some specific details make of Foz do Iguaçu the most inserted city in three different networks of cities.

Key - words: Urban Network, Foz do Iguaçu, Centralization, Itaipu, Tourism.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Foz do Iguaçu/PR	19
Mapa 2 - Rede urbana de Cascavel: 1972	52
Mapa 3 - Localização das Vilas A, B e C de Itaipu em Foz do Iguaçu: 1985	95
Mapa 4 - Área comercial da fronteira	106
Mapa 5 - Rede urbana de Cascavel: 1987	116
Mapa 6 - Rede urbana regional de Foz do Iguaçu: 1993	117
Mapa 7 - Fluxo de pacientes que utilizaram os serviços de cardiologia e oncologia de Foz do Iguaçu: 2010.....	135
Mapa 8 - Atendimentos no Hospital Municipal e Hospital Ministro Costa Cavalcanti: 2010.....	137
Mapa 9 - Total de internamentos realizados em Foz do Iguaçu: 2010	139
Mapa 10 - Procedência dos consumidores de eletrodomésticos em Foz do Iguaçu: 2011	148
Mapa 11 - Média diária de deslocamentos em direção a Foz do Iguaçu: Janeiro/Julho 2011	154
Mapa 12 - Dez maiores emissores de turistas para o Parque Nacional do 2000, 2005, 2009 e 2010.....	175
Mapa 13 - Rede urbana regional de Foz do Iguaçu: 2007	181

LISTA DE TABELAS

Tabela1 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu: 1950/1970	63
Tabela 2 - Uso da terra em Foz do Iguaçu: 1950/1970	64
Tabela 3 - Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1950/1970.....	65
Tabela 4 - Atividade pecuária de Foz do Iguaçu: 1950/1970	66
Tabela 5 - População de Foz do Iguaçu: 1950/1970	67
Tabela 6 - Estabelecimentos comerciais em Foz do Iguaçu: 1950/1970.....	68
Tabela 7 - Estabelecimentos industriais em Foz do Iguaçu: 1950/1970.....	70
Tabela 8 - Preço médio para venda e aluguel de imóveis em Foz do Iguaçu: Cr\$ por m²: 1974	98
Tabela 9 - Estabelecimentos por grupo de atividade em Foz do Iguaçu: 1995/1996.....	102
Tabela 10 - Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1997	102
Tabela 11- Estabelecimentos comerciais e pessoal ocupado em Foz do Iguaçu: 1980/1985.....	112
Tabela 12 - Estabelecimentos de prestação de serviços e pessoal ocupado em Foz do Iguaçu: 1980/1985.....	113
Tabela 13 - Evolução da população total, urbana e rural dos municípios da rede urbana regional de Foz do Iguaçu (IBGE, 1993): 1970/2010	119
Tabela 14 - Atividades de serviços e número de estabelecimentos em Foz do Iguaçu: 2010.....	124
Tabela 15 - Número de estabelecimentos, matrículas e docentes em Foz do Iguaçu: 2009.....	125
Tabela 16 - Número de alunos e origem nas IES de Foz do Iguaçu: 2010	130
Tabela 17 - Estabelecimentos de saúde em Foz do Iguaçu: 2009.....	132
Tabela18 - Total de atendimentos especializados (SUS/Particular) no Hospital Ministro Costa Cavalcanti de Foz do Iguaçu: 2010	134
Tabela 19 - Total de pacientes consultados em Foz do Iguaçu: 2010	136
Tabela 20 - Total de internamentos realizados em Foz do Iguaçu: 2010	138

Tabela 21 - Total de atendimentos de mulheres e crianças brasileiras residentes no Paraguai e Argentina: 2010	140
Tabela 22 - População ocupada segundo atividades econômicas em Foz do Iguaçu: 2005.....	150
Tabela 23 - Média mensal e diária de passageiros do transporte metropolitano de Foz do Iguaçu: janeiro/junho de 2011	154
Tabela 24 - Média mensal e diária de passageiros entre Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu: janeiro/junho de 2011	155
Tabela 25 - Média diária de passageiros entre Foz do Iguaçu/ Puerto Iguazu e Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este: janeiro/junho de 2011.....	156
Tabela 26 - Trabalhadores brasileiros que atuam no Paraguai por setor de atividade e salário médio: 2000	160
Tabela 27 - Ocupação dos brasileiros que trabalham no Paraguai: 2011	161
Tabela 28 - Número de estabelecimentos de hospedagem em Foz do Iguaçu: 1960/2010.....	168
Tabela 29 - Tempo de permanência dos turistas em Foz do Iguaçu.....	170
Tabela 30 - Estatística de visitação nas Cataratas do Iguaçu: 2000, 2005, 2009 e 2010	173
Tabela 31 - Polos emissores estrangeiros - Parque Nacional do Iguaçu: 2000, 2005, 2009 e 2010.....	174
Tabela 32 - Atrativos de Itaipu e número de visitantes: 2008/2010.....	177
Tabela 33 - Atividades Características do Turismo: Brasil e Foz do Iguaçu em 2008	178
Tabela 34 - Número de aeronaves e passageiros no aeroporto de Foz do Iguaçu: 2005/2010.....	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos ofertados nas instituições de ensino superior público de Foz do Iguaçu: 2010.....	127
Quadro 2 - Cursos ofertados nas instituições de ensino superior privado em Foz do Iguaçu: 2010.....	128
Quadro 3 - Consumidores dos supermercados de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu: 2011	145
Quadro 4 - Consumidores de móveis e eletrodomésticos em Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad Del Este: 2011	147
Quadro 5- Observações dos representantes das lojas de móveis e eletro de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad Del Este: 2011.....	149
Quadro 6 - Destino dos passageiros da linha Foz do Iguaçu /Ciudad Del Este .	158
Quadro 7 - Destino dos passageiros da linha Ciudad Del Este/ Foz do Iguaçu .	159
Quadro 8 - Demonstrativo da infraestrutura e serviços ofertados pelos hotéis de Foz do Iguaçu.....	169

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Complexo Turístico de Itaipu.....	177
--	-----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista parcial da avenida Brasil de Foz do Iguaçu em 1936.....	58
Foto 2 - Vista parcial da construção da Ponte Internacional da Amizade sobre o rio Paraná: 1956/1965	61
Foto 3 - Avenida Brasil: década de 1970.....	71
Foto 4 - Trabalhadores recém contratados de Itaipu: Década de 1970	91
Foto 5 - Vista parcial do Floresta Clube, localizado na Vila A de Itaipu: 1980....	93
Foto 6 - Vista parcial do Hospital Localizado na Vila A de Itaipu : 1978.....	93
Foto 7- Vista parcial do Colégio Anglo - Americano, localizado na vila A de Itaipu: 1980.....	94
Foto 8 - Vista parcial de uma casa da Vila A de Itaipu: 1978	95
Foto 9 - Vista parcial de uma casa da Vila B de Itaipu: 1978	96
Foto 10 -Vista parcial de uma casa da Vila C de Itaipu: 1978.....	96
Foto 11 -Vista parcial da formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu: 1982	100
Foto 12 - Vista parcial da Avenida Oswaldo Cruz na Vila Portes: 2011	107
Foto 13 - Vista parcial da Rua Santo Rafagnin, no Jardim Jupira: 2012	107
Foto 14 - Vista parcial do Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu .	173
Foto 15 - Vista parcial da cidade de Foz do Iguaçu: 2010.....	182
Foto 16 - Vista parcial da área de fronteira entre Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este: 2010	183
Foto 17 - Vista parcial da área de fronteira entre Foz do Iguaçu/Puerto Iguazu: 2010	183

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ACT - Atividades Características do Turismo

CANCON - Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia

CESUFOZ - Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu

CODEM - Comissão de Desenvolvimento Municipal

CRV - Centro de Recepção de Visitantes

CV - Centro de Visitantes

DGEEC - Dirección General de Estadísticas y Censos

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

FPTI - Fundação Parque Tecnológico de Itaipu

GPS - Sistema de Posicionamento Global

Ha - Hectares

HMCC - Hospital Ministro Costa Cavalcanti

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBR - Instituto Bienestar Rural

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICVB - Iguassu Conventions & Visitors Bureaux

IFPR - Instituto Federal do Paraná

IMEA - Instituto de Estudos Avançado

INCA - Instituto Nacional do Câncer

INDEC - Instituto Nacional de Estadísticas y Censos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

KW- Quilowatt

MARIPÁ - Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A

NOB - Norma Operacional Básica

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU- Organização das Nações Unidas

PDI - DM - Plano de Desenvolvimento Integrado e Diagnóstico Municipal

PMFI - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNI - Parque Nacional do Iguaçu

PSF - Programa de Saúde da Família

PTI - Parque Tecnológico de Itaipu

REGIC - Região de Influência das Cidades

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública

SMTFI - Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu

SMTU - Secretaria Municipal de Turismo

SUS - Sistema Único de Saúde

t - Tonelada

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UDC - União Dinâmica de Faculdades Cataratas

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNIAMÉRICA - Faculdade União das Américas

UNIFOZ - Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino - Americana

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

VAF - Valor Adicional Fiscal

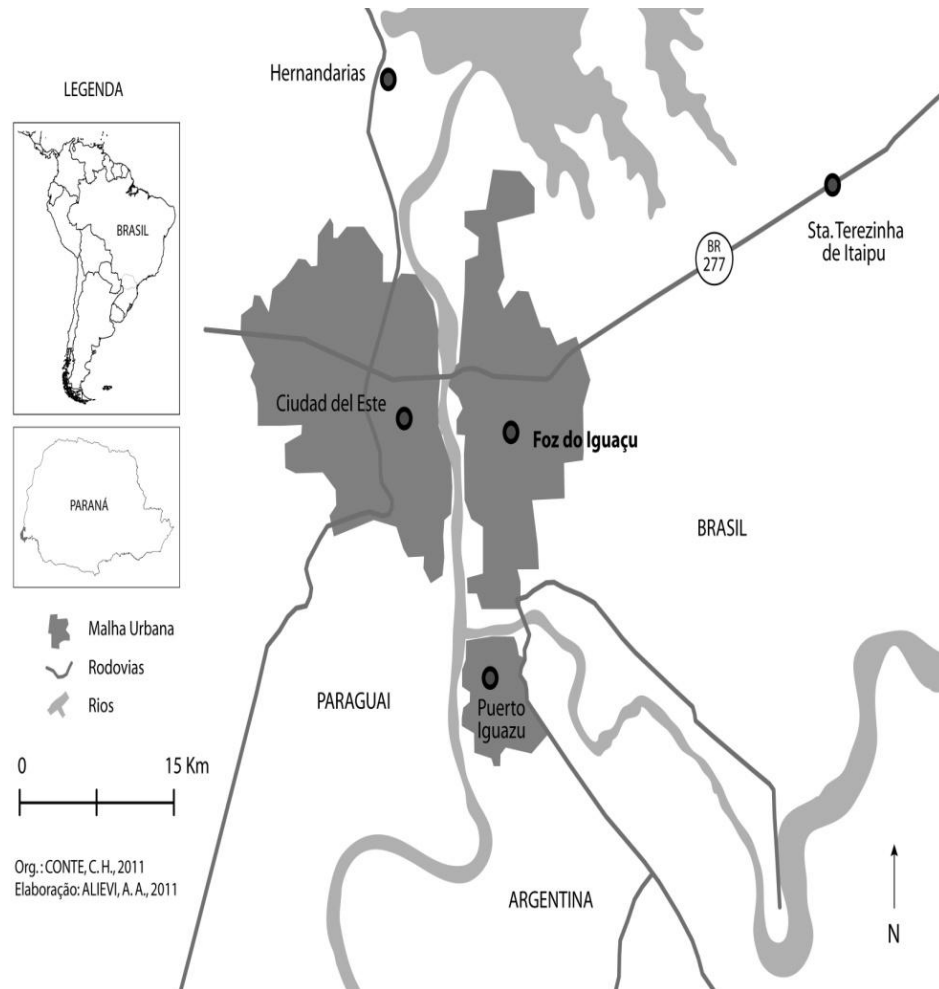
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
 1 - A REDE URBANA DE FOZ DO IGUAÇU.....	24
1.1 - Rede Urbana: compreendendo o conceito	24
1.2 - Estruturação da rede urbana regional de Foz do Iguaçu	41
1.3 - A inserção de Foz do Iguaçu na rede urbana até os anos de 1970	54
1.3.1 - Atividades agropecuárias em Foz do Iguaçu.....	62
1.3.2 - Atividades urbanas em Foz do Iguaçu	67
 2 - TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA DE FOZ DO IGUAÇU.....	73
2.1 - Conjuntura econômica e o setor energético no Brasil na década de 1970	81
2.2 - O projeto e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu	88
2.3 - Foz do Iguaçu em um novo contexto: anos 1980 e 1990.....	99
2.4 - A consolidação da rede urbana regional de Foz do Iguaçu	115
 3 - FOZ DO IGUAÇU NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	123
3.1 - As atividades prestadoras de serviços	123
3.2 - Comércio.....	143
3.3 - Os deslocamentos pendulares.....	151
3.4 - Atividade Turística: alguns pressupostos	163
3.4.1 - O turismo em Foz do Iguaçu	167
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
 REFERÊNCIAS.....	193

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel desempenhado por Foz do Iguaçu na rede urbana no início do século XXI. Para tanto se fez necessário o entendimento da gênese e da trajetória da cidade e de sua rede a partir do final do século XIX, inserida no contexto da exploração da erva-mate e da madeira no Oeste Paranaense. A evolução de Foz do Iguaçu e da rede até os anos de 1970 configura-se em outro momento do estudo, de modo a compreender a dinâmica econômica e social estabelecida.

A partir dos anos de 1970, fortes transformações afetaram a rede urbana e a cidade em destaque, caracterizando-se como momento de importantes mudanças na evolução deste centro urbano. A partir de então, Foz do Iguaçu teve evolução rápida e intensa, mediante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que afetou não somente a cidade, mas também a rede urbana regional e as cidades fronteiriças de Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina. A construção de Itaipu alterou radicalmente a evolução e a dinâmica funcional da cidade, bem como as relações econômicas e sociais estabelecidas pela mesma com sua rede e com cidades de outras redes. No mapa a seguir, observa-se que a cidade de Foz do Iguaçu está localizada no extremo Oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu e, ao mesmo tempo, na divisa entre o Brasil, Paraguai e Argentina, área esta denominada de Tríplice Fronteira. O mapa permite ainda observar a localização das cidades de Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina, que conformam uma aglomeração urbana.



Mapa 1 – Localização de Foz do Iguaçu/PR

A escolha desta temática está relacionada a um conjunto de motivações. Em primeiro lugar, tem-se o anseio pessoal de entender como se deu a estruturação desta rede de cidades, com destaque para a importância de Foz do Iguaçu neste conjunto. Na condição de residente nesta cidade, a autora do presente trabalho observava empiricamente uma série de elementos de sua dinâmica que instigavam compreensão, como os intensos fluxos populacionais diários entre as cidades fronteiriças e discretos fluxos entre as cidades da rede urbana regional. Outro aspecto que chamava a atenção era o destaque que Foz do Iguaçu recebia por meio do turismo, mais significativo em âmbito internacional do que nacional e/ou regional. Em segundo lugar tem-se o estímulo à pesquisa sobre rede urbana, temática esta que vem tendo novo destaque desde os anos de 1990, mediante outros aportes teóricos para análise.

Em favor da escolha da temática, contribuíram decisivamente as aulas práticas e exclusivas que recebi durante as viagens a Londrina, para orientação. Estas orientações, que muitas vezes fugiram do tradicional e ganharam outra dinâmica – que em outras ocasiões não teriam a mesma intensidade e o mesmo valor –, permitiram que deslocamentos e passeios pela área central de Londrina, pelos trajetos a supermercado, rodoviária, dentre outros, se tornassem um aprendizado sobre a gênese de Londrina e a estruturação de sua rede urbana, além de começar a compreender algumas diferenças entre redes urbanas regionais. Estas situações proporcionaram aprendizados teóricos e empíricos e me incentivaram, a cada viagem, a avançar nos estudos. Leituras de produções teóricas de Corrêa (1989), Santos (2008), Fresca (2004), dentre outras, aguçaram o desejo de compreender como as cidades se inserem nas redes urbanas, além de elementos que levam os centros urbanos a desempenharem diferentes funcionalidades.

A cidade de Foz do Iguaçu vivenciou, a partir da década de 1940, um acelerado processo de ocupação das terras, processo este incentivado pelo programa nacional Marcha para o Oeste. Esta ocupação se deu a partir da ampliação dos loteamentos rurais e urbanos e do forte afluxo populacional de migrantes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que dinamizaram as atividades agropecuárias e urbanas. Neste contexto de acelerada ocupação de terras foi deflagrada a implantação da infraestrutura de transporte, articulando esta área ao Estado do Paraná.

Contudo, a partir da década de 1970, o crescente processo de industrialização do Brasil tornou essencial a expansão da infraestrutura de transporte e de energia, dentre outras, para dar sustentação ao crescimento do parque industrial nacional. Marco importante deste processo, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu se inseriu nesta dinâmica de transformações da economia brasileira e permitiu o estabelecimento de novas relações econômicas no Brasil e de Foz do Iguaçu com sua rede regional de cidades e com seus vizinhos sul-americanos.

No período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980 – quando a Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída no Rio Paraná –, Foz do Iguaçu atraiu um enorme contingente populacional, teve sua área urbana fortemente ampliada e

ocorreram profundas alterações nas atividades urbanas, tanto no comércio como nos serviços, enquanto a industrialização não teve destaque. Houve forte expansão da oferta de serviços públicos e de infraestrutura urbana, que trouxe a reboque o crescimento das periferias empobrecidas e a ampliação das contradições sociais. O município, que até então tinha uma economia apoiada principalmente nas atividades agropecuárias, passou a ter no turismo, comércio e serviços sua base econômica.

As particularidades e singularidades de Foz do Iguaçu e seu entorno passaram a receber atenção apenas na segunda metade da década de 1990. Dezenas de trabalhos sobre a Tríplice Fronteira e seus municípios começaram a ser produzidos, e o debate sobre a importância estratégica ou sobre os problemas sociais se multiplicou.

Podemos apontar estudos de Rabossi (2004), argentino que analisou o caso dos “mesiteros”, responsáveis pelo comércio de rua em Ciudad Del Este; de Roseira (2006), que estudou Foz do Iguaçu enquanto uma “cidade-rede” e seu envolvimento com outras regiões do país através do comércio de fronteira, apontando a cidade como um centro polarizador do leste paraguaio e do nordeste argentino; de Peris e Lugnani (2003) que apontaram existir no Oeste do Paraná a constituição de um eixo de desenvolvimento, polarizado por Cascavel e Foz do Iguaçu, onde a principal função de Foz do Iguaçu estaria ligada ao turismo e a geração de energia elétrica; de Cardin (2009) que analisou a questão da precarização do trabalho na Tríplice Fronteira com base nos sacoleiros, entre outros.

Os procedimentos operacionais para a elaboração deste estudo abrangeram o uso de fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias constituem-se em referencial teórico sobre as temáticas discutidas, em dados obtidos em documentos, anuários, planos de desenvolvimento urbano, relatórios, jornais locais, publicações do IBGE e IPARDES, Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros. Aqui devem ser mencionados os estudos do IBGE (1972, 1987, 1993 e 2007) que trataram das regiões de influência das cidades brasileiras e de suas áreas de atuação. São estudos importantes porque permitiram a delimitação da rede regional de Foz do Iguaçu, bem como forneceram alguns elementos para o entendimento da evolução desta rede urbana regional.

As fontes primárias referem-se à obtenção de dados na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em diversos órgãos públicos municipais, estaduais e federais,

sindicatos, instituições da sociedade civil, empresas privadas, dentre outros. Ainda entre estas fontes, devem ser citadas as entrevistas realizadas com representantes da Usina Hidrelétrica de Itaipu, da Secretaria Municipal de Saúde, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como representantes de hotéis, policiais federais que atuam nas aduanas do Brasil/Paraguai e Brasil/Argentina, além de trabalhadores brasileiros e paraguaios. Estas fontes primárias, em especial as entrevistas, foram importantes ferramentas para a elaboração deste trabalho, visto que proporcionaram a compreensão de diversas realidades, que muitas vezes não se encontram nas fontes secundárias.

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho foi estruturado em três capítulos, exceto introdução e considerações finais. O primeiro capítulo abordou, com base em estudiosos do tema, uma discussão teórica sobre a rede urbana, com enfoque para as pesquisas realizadas, categorias de análise e o entendimento conceitual de rede urbana. Neste capítulo buscou-se também o entendimento da estruturação da rede urbana de Foz do Iguaçu, assim com a sua inserção na rede até 1970. Nesta perspectiva, no primeiro momento foi discutida a gênese e a estruturação da rede urbana, para em seguida discutir o desenvolvimento das atividades urbanas e rurais praticadas no município até 1970. Entendemos que compreender a cidade e suas relações com a rede urbana anteriormente à construção de Itaipu é extremamente importante para o entendimento do impacto que a mesma trouxe para a população local e para o desenvolvimento urbano da cidade, de sua rede regional de cidades e para as vizinhas Ciudad Del Este e Puerto Iguazu.

No segundo capítulo trabalhamos as alterações ocorridas na cidade de Foz do Iguaçu após 1970. Para tanto, apresentamos aspectos da Usina Hidrelétrica de Itaipu como marco de transformações na cidade e na rede urbana, além da influência das redes de tecnologia e comunicação neste processo. Discutimos alguns elementos da conjuntura econômica brasileira até o início da construção de Itaipu, para compreendermos a importância que a questão energética assumia naquele momento, para em seguida verificar a implantação desta usina e entender consequências provenientes desta obra em Foz do Iguaçu e nas cidades da rede. Neste processo, existiram aspectos positivos e negativos, e todos impactaram de forma profunda no espaço e na sociedade, pois nenhuma cidade passa intacta por

um crescimento tão abrupto de sua população em um período tão curto de tempo, nem em relação à infraestrutura, tampouco no que diz respeito a sua organização social.

O terceiro capítulo aborda as atividades econômicas desenvolvidas em Foz do Iguaçu na atualidade, de modo a compreender sua funcionalidade no que tange aos serviços e atividades comerciais. Os primeiros foram realizados a partir da educação, saúde, serviços de gestão pública, caracterizando os mesmos e verificando a área de abrangência. Quanto às atividades comerciais, estas foram realizadas a partir de dois segmentos: supermercados e lojas de móveis e eletrodomésticos, procurando entender sua importância e área de atuação. Na última parte deste capítulo, destacou-se a atividade turística, caracterizando-a e discutindo seu papel para Foz do Iguaçu. A compreensão destas atividades, bem como as relações estabelecidas pelas mesmas de forma interna ou externa à rede urbana, nos permitiu alcançar algumas considerações sobre o papel desempenhado por Foz do Iguaçu em outras redes, além da regional.

Assim, Foz do Iguaçu integra uma tríplice fronteira que reúne características naturais capazes de atrair visitantes de todas as partes do mundo, mantém ligação estreita com Ciudad Del Este – que possui uma zona de livre comércio e é apontada como um dos maiores centros comerciais da atualidade – e se tornou um lugar estratégico para o Brasil, tanto pela presença de Itaipu como pelo fato de constituir-se num dos principais corredores do comércio internacional entre os países do Mercosul.

1 - A REDE URBANA DE FOZ DO IGUAÇU

Este capítulo tem por objetivo compreender a estruturação da rede urbana de Foz do Iguaçu, bem como a sua inserção nesta rede até a década de 1970. Este recorte temporal se justifica pelo fato de que a estruturação da rede havia sido completada, já que correspondeu à última parcela de terras ocupadas no Estado paranaense. Desta forma, discutimos primeiramente estudos dedicados à rede urbana, assim como bases teóricas para seu entendimento e análise. Posteriormente verificamos o processo de construção desta rede para depois entendermos a gênese de Foz do Iguaçu e sua inserção na rede. Finalizando este capítulo, analisamos o desenvolvimento de suas atividades rurais e urbanas até a referida data.

1.1 - Rede Urbana: compreendendo o conceito

Ao buscarmos por estudos acerca desta temática, encontramos uma vasta produção teórica que procurou e procura compreender a rede urbana com base em distintos elementos e/ou categorias analíticas, sendo os estudos sobre a hierarquia urbana os mais numerosos e tradicionais. Christaller, estudioso alemão, em 1933 elaborou a teoria das Localidades Centrais, explicando a distribuição de bens e serviços pelas cidades. O autor verificou que existe distinção entre a distribuição de bens e serviços entre as cidades, vinculada diretamente ao tamanho dos núcleos.

As proposições de Christaller referem-se à análise dos núcleos urbanos diversos, entendidos como localidades centrais, nos quais se realizam funções centrais de distribuição de bens e serviços a uma população residente em sua área de influência. Para o autor, as localidades centrais apresentam diferentes níveis de centralidade, enquanto graus variados de importância, a partir das funções centrais desempenhadas.

De acordo com a teoria das Localidades Centrais, a rede urbana pode ser compreendida segundo a função das localidades, pois “[...] existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias, pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados como localidades centrais” (CORRÊA, 1989, p.21). Todas as

idades contam com atividades de distribuição de bens e serviços para uma determinada área de influência, ou seja, em posição central perante demais localidades.

A centralidade de um núcleo é medida pelo seu grau de importância com base em suas funções centrais: maior número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, maior a sua centralidade. Ou seja, a oferta de bens e serviços está relacionada ao tamanho do núcleo e de sua área de influência. Nesta dinâmica ocorre a hierarquização entre os centros; uma das formas utilizadas é: metrópole regional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local.

Se por um lado o centro local oferece bens e serviços de uso básico e frequente, por outro, a metrópole regional oferece uma vasta quantidade de bens e serviços que é consumida pela população em razão do seu nível de renda e padrão cultural. Em outras palavras, pelo fato de a metrópole ofertar tanto os bens e serviços frequentes como os menos frequentes, a influência exercida por ela na rede urbana ocupa uma ampla região, atingindo também áreas de influência dos demais centros da rede. Desta forma, a centralidade de um núcleo está fortemente relacionada ao seu grau de importância, que é formulado a partir das suas funções, o que leva a afirmar que quanto maior for o número de funções, maior será a sua área de influência e número de pessoas atendidas (CORRÊA 1989).

Com base nos conceitos de Christaller percebe-se que os bens e serviços que são consumidos com frequência diária ou semanal demandam reduzido alcance espacial mínimo, pois um pequeno número de pessoas que residam nas proximidades da localidade central justificaria a oferta de bens e serviços desta espécie. Da mesma forma ocorre com o alcance espacial máximo, que também se torna reduzido em consequência dos custos com transporte, “[...] que tornam-se elevados face aos custos dos bens e serviços, que são relativamente baixos” (CORRÊA, 1989, p.22).

A teoria das Localidades Centrais explicita ainda que podem ocorrer variações nos arranjos da rede urbana, referentes às formas como foram estruturados, podendo ser estabelecida a partir do princípio do mercado, onde para um centro de nível hierárquico superior existam três de nível inferior, ou seja, para cada capital regional devem existir três centros locais. Já o princípio do transporte

pressupõe a organização dos principais centros urbanos e das principais vias de circulação. Estas vias se tornam preferenciais para a localização dos centros, fato que resulta no aumento do número dos mesmos. E no princípio administrativo, o número dos centros se amplia e não ocorre superposição de áreas de influência, como nos dois casos anteriores.

Estas proposições gerais foram objeto de inúmeros estudos, desde a busca de sua comprovação como tema de críticas, além de repensá-la criticamente, enquanto possibilidade entreaberta de uso de algumas de suas formulações (FRESCA, 2004). O que mais se destaca, contudo, são as críticas realizadas aos principais pressupostos da teoria das Localidades Centrais, como as de Ablas (1982) e Corrêa (1982).

Ablas apoiou-se em Christaller para elaboração de suas pesquisas, contudo, verificou alguns problemas na Teoria das Localidades Centrais. Os fundamentos das críticas de Ablas (1982) se apóiam no fato de que a teoria das Localidades Centrais é uma formulação abstrata, considerando uma planície isotrópica; a racionalidade presente sem correspondência entre teoria e realidade; da validade da teoria enquanto teoria de aceitação universal. O autor também aponta que:

[...] não são levadas em conta as economias de aglomeração e os movimentos populacionais na determinação das áreas de mercado para os bens. Tais variáveis são importantes no estabelecimento da configuração final do sistema de cidades. Quanto maior forem as economias de aglomeração e o movimento populacional, maior será a concentração espacial da população. [...] O problema que resta é saber, uma vez admitidas as economias de aglomeração e os movimentos populacionais, se seria possível imaginar um sistema de Lugares Centrais no qual as relações de tamanhos dos centros pouco tivessem a ver com as formulações iniciais de Christaller (ABLAS, 1982, p.190).

Em sua formulação teórica, Christaller desconsiderou o problema do dinamismo da escala de produção das firmas. Ablas (1982) aponta que tal escala é relevante na medida em que se considera que cada vez uma quantidade de atividades atinge escalas de produção que permitem o atendimento de um mercado nacional. Esta situação aplica-se para a indústria, reforçando a ideia de que a incorporação da atividade industrial dentro do esquema teórico de Christaller poderá melhorar a sua aplicabilidade.

Para Corrêa (1982) é necessário considerar que a distribuição, enquanto etapa fundamental entre produção e consumo sob o capitalismo, exerce papel

crucial na sociedade e no espaço. Fundamentada na divisão social e territorial do trabalho, a distribuição tem nas cidades os locais preferenciais para sua efetivação, articulada as melhores condições para tal, produzindo uma diferenciação hierárquica entre os centros como significado da própria acumulação capitalista.

O autor aponta que se deve considerar que a rede de localidades centrais aparece também como uma estrutura territorial, através da qual o processo de reprodução das classes sociais se verifica. Desta forma, a inserção de uma área em determinada divisão territorial do trabalho tem repercussão no arranjo estrutural e espacial da rede de localidades centrais, podendo promover expansão da circulação de mercadorias de acordo com a densidade demográfica, nível de renda, distribuição da mesma, padrões culturais, entre outros.

Considerando os fundamentos críticos de Corrêa (1982), é necessário apreciar a rede de localidades centrais sob a etapa monopolista do desenvolvimento do capitalismo. Esta etapa traz repercussões espaciais e estruturais para as redes. Na medida em que acontece uma centralização do capital ligado ao comércio e serviços, representado por empresas constituídas em redes, cadeias de lojas multilocalizadas com propensão a concentração nos centros urbanos de maior centralidade, deve ocorrer “[...] uma progressiva diminuição da importância relativa e mesmo numérica de localidades centrais de mais baixo nível hierárquico” (CORRÊA, 1982, p.63).

Retomando a discussão acerca dos estudos relacionados às redes urbanas, verifica-se que a temática tornou-se um importante campo de pesquisa desde meados dos anos 1950, quando da introdução do tema no país durante o Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional, em 1956, no Rio de Janeiro. Neste congresso foram debatidas questões relacionadas ao papel dos centros urbanos enquanto suporte a atividade regional de produção industrial, além da definição, com base nas atividades existentes nas cidades e as relações entre os centros.

Neste sentido, é importante destacar alguns dos trabalhos pioneiros que permitem compreender vários aspectos da estrutura funcional de trechos do território brasileiro. Ainda em 1952, Monbeig abordou a divisão regional de São Paulo através das relações urbanas ali realizadas; Oliveira (1950) analisou a divisão regional do

Paraná, onde distinguiu entre outras, as zonas de Paranaguá, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava e União da Vitória.

No ano de 1958 foi publicada a obra de Tricart e Santos sobre a divisão regional da Bahia, onde os autores definiram claramente o papel de Salvador como centro daquela rede urbana. Já Santos (1956) analisou as áreas de atuação de Salvador no que diz respeito ao comércio de atacado. Costa Pinto (1953) pesquisou a região metropolitana do Rio de Janeiro, verificando os limites da região do Rio de Janeiro e a intensidade das relações mantidas com a sua região.

Entre os estudiosos desta temática, destaque deve ser dado a Michel Rochefort, que considerava a rede urbana como associação de certo número de tipos de cidades em relação de interdependência. Para o autor, esses tipos são determinados pela posição e estrutura das cidades, que refletem sua história. Nessas condições, a unidade de comparação, no interior de uma série maior, não é mais a cidade, mas a rede urbana regional, definida nos limites regionais de influência da cidade, ou seja, a metrópole, através da existência e pela localização de certo número de tipos de cidades que servem como suporte para a atividade regional (BONFIM, 2010). Rochefort também apoiou-se na Teoria das Localidades Centrais, acrescentando a utilização da telefonia em suas análises.

Para Rochefort, a análise do setor terciário das localidades permite o estabelecimento de uma hierarquia entre elas. Para isso, o autor propõe a construção de um gráfico onde é marcado na abscissa o valor da população terciária (valor absoluto ou em relação à população terciária regional), e na ordenada o valor percentual dessa população sobre a população ativa total. Os centros onde a população terciária é importante, representando porcentagem elevada no conjunto da população ativa total, serão de maior hierarquia que os centros onde um daqueles valores forem baixos (CORRÊA, 1967). Diversos geógrafos utilizaram o método Rochefort ao estudarem aspectos da geografia urbana de distintas áreas brasileiras. Os resultados obtidos puderam exprimir a realidade funcional do espaço analisado na medida em que outros elementos foram utilizados para o conhecimento da vida de relações.

Entre os trabalhos pioneiros, merece atenção o estudo de Geiger (1963) sobre a evolução da rede urbana brasileira. O pioneirismo desse estudo está no fato de representar a primeira tentativa de síntese do urbano no país. Em sua essência,

o trabalho apresenta uma discussão sobre a definição de cidade, seguido de observações sobre a organização urbana do Brasil, que inclui uma classificação das categorias de cidades de acordo com as funções, a paisagem e a estrutura urbana. Na sequência, o autor apresenta um estudo sobre a estruturação da rede urbana brasileira e comentários sobre o problema de classificação das cidades.

Este estudo tem fundamental importância para o entendimento de redes urbanas no Brasil, já que assinala as fases de relações que marcam certos aspectos da estrutura funcional do país. Corrêa (1967) ao tratar da importância da pesquisa de Geiger (1963) aponta a diferenciação de alguns núcleos com base nos aspectos estruturais estudados por Geiger:

Assim, o fato de que numerosas cidades que exercem um papel importante na vida de relações regionais estarem situadas no litoral, como é o caso de João Pessoa, Maceió e Aracaju, denunciam uma herança do período colonial, ou, ao contrário, a presença de centros importantes localizados no interior, como Anápolis, Uberaba e Campina Grande, refletem uma necessidade de trocas internas, a serviço do mercado interno. A existência ou não de sólida rede de cidades médias, industriais ou comerciais, denuncia uma economia que pode guardar fortes resquícios do período colonial, como é o caso da Bahia, ou ao contrário, refletir uma economia ligada de modo marcante a uma verdadeira vida regional comandada por uma metrópole, como ocorre em São Paulo (CORRÊA, 1967, p.101).

Destaque também deve ser dado às pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apoiadas na teoria das Localidades Centrais e em avanços teóricos, elaboraram importantes estudos para o Brasil. O primeiro trabalho foi a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, elaborado em 1966 (IBGE 1972); o segundo, as Regiões de Influência das Cidades, elaborado em 1976 (IBGE, 1987); o terceiro em 1993 (IBGE, 2000) e o quarto em 2007 (IBGE 2008).

O primeiro estudo realizado pelo IBGE trabalhou com as regiões funcionais urbanas, fornecendo dados e análises que auxiliaram na compreensão de aspectos da dinâmica da rede nacional, contribuindo também para o planejamento governamental. A importância desta pesquisa para o planejamento do desenvolvimento se fundamenta nos seguintes aspectos:

1 – tendência crescente das atividades econômicas e sociais de uma região de se integrarem em um sistema de centros urbanos, através dos quais esta região mantém vínculos e contatos com outras regiões.

2 – as cidades apresentam uma concentração apreciável de recursos e de infraestrutura básica, de serviços capazes de proporcionar economias externas suficientes para atração de novos investimentos.

3 – as cidades constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos – de educação, de assistência à saúde, de administração pública e privada, serviços financeiros, serviços profissionais liberais, serviços culturais – destinados ao atendimento da população de toda uma região.

4 – a hierarquia urbana fornece elementos para a compreensão da estrutura territorial do país, dos Estados ou das macrorregiões e dos subsídios indispensáveis para a indicação das vantagens e desvantagens locais das diferentes regiões ou cidades para as diversas atividades econômicas e sociais que objetivam atingir a mais adequada distribuição territorial (IBGE, 1972, p.9).

Este trabalho deu embasamento para a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas no Brasil (FRESCA, 2009). Para alcançar os objetivos traçados, o IBGE utilizou o método de contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos em três setores de atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços a economia e a população. “A linha metodológica do trabalho partiu da concepção de que a cidade não é apenas uma forma, mas uma estrutura. Esta estrutura é dada pela existência de uma economia básica urbana, capaz de estabelecer laços econômicos entre as cidades e suas regiões” (IBGE, 1972, p.10).

O segundo estudo realizado pelo IBGE (1987) trata-se de uma revisão atualizada do primeiro (IBGE, 1972). No entanto, este teve como quadro referencial a teoria das Localidades Centrais de Christaller, ou seja, considerou-se como base a distribuição de bens e serviços, além das extensões recentes da teoria clássica. Estas extensões podem ser caracterizadas pelos seguintes elementos:

[...] arranjo espacial da rede de centros, caráter temporário de seu funcionamento, a ausência de níveis intermediários de centros na rede, a composição de bens e serviços oferecidos, dimensão da área de influência e volume da população servida por centros do mesmo nível hierárquico e a existência de dois circuitos na rede, um superior e outro inferior (IBGE, 1987, p.12).

Para o IBGE, um estudo desta natureza, onde se definem diferentes níveis de unidades territoriais em torno de centros urbanos, apresenta-se com dupla finalidade:

[...] De um lado, constitui-se em um quadro descritivo que serve de subsídio pra o sistema de decisões quanto à localização das atividades econômicas, tanto ligadas à produção quanto ao consumo individual e coletivo. De outro, constitui-se em um quadro que sugere novos estudos de todo ou de partes, visando a compreensão das relações entre processos sociais que ocorrem na sociedade e as estruturas territoriais que emergem, das quais a que se apresenta neste trabalho, se constitui em uma das mais importantes (IBGE, 1987,p.11).

Para a efetivação desta pesquisa o IBGE buscou um quadro operacional que colocasse em evidência a rede de localidades centrais do Brasil no final da década de 1970, rede esta que deveria se caracterizar por diversos arranjos espaciais, pela existência de redes regionais com maior ou menor lacuna de centros intermediários e grande diferenciação entre centros de mesmo nível hierárquico. Para tanto, a pesquisa levou em consideração cinco níveis hierárquicos: metrópole, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centros locais.

A terceira pesquisa também foi apoiada nas formulações de Christaller, porém nesta ocasião contou com acréscimos teóricos de Corrêa (1982), incorporando discussões sobre redes geográficas e a questão dos fluxos e das interações espaciais. Entre as contribuições de Corrêa, o estudo considerou que se deve ter a compreensão de que, sob o modo de produção capitalista, produção, distribuição e consumo desempenham papel de destaque na organização da sociedade e do espaço.

Desta forma, utilizou-se maior diversidade de bens e serviços ofertados pelos núcleos urbanos, os de baixa, média e elevada complexidade relacionados à ampliação da produção e consumo, com o intuito de melhor compreender os fluxos. Para tanto:

[...] foram definidas 46 funções centrais (bens e serviços), raras ou freqüentes, que constituíram a base de investigação. daquelas funções centrais, 14 foram consideradas de baixa complexidade e freqüentes nas cidades de hierarquia mais baixa ou de menor nível de centralidade. Outras 30 funções foram consideradas como geradoras de fluxos de média a elevada complexidade e definidoras de hierarquias/centralidades mais elevadas que aquelas primeiras. As duas funções restantes representam os fluxos relativos à busca dos serviços de informação (IBGE, 2000, p.21).

Com base neste quadro operacional estabeleceram-se as interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras e suas áreas de influência. Para compreender toda a diversidade das localidades centrais existentes no Brasil foram determinados oito níveis de centralidade: máximo, correspondendo ao metropolitano; muito forte, correspondendo predominantemente ao submetropolitano; forte, correspondendo predominantemente a capital regional; forte para médio, correspondendo predominantemente a centro sub-regional; médio, tendendo a centro sub-regional; médio para fraco, correspondendo predominantemente de centro de zona; fraco, tendendo a centro de zona; e muito fraco, correspondendo a municípios subordinados (IBGE, 2000).

A última destas pesquisas (IBGE, 2008) apresentou várias alterações na interpretação e no uso de variáveis para a compreensão da rede urbana brasileira, fato que causou certa confusão na sua análise em comparação com as pesquisas anteriores. O estudo desta vez passou a considerar a introdução de novas tecnologias e as conseqüentes alterações nas redes técnicas, não necessariamente acarretando modificações no território:

Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE, a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. As classificações resultantes evidenciaram as mudanças na rede urbana ao longo do tempo. Na última década, a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades (IBGE, 2000, p.01).

Nesta perspectiva, a organização em várias formas de redes, tendo as cidades como nós, foi ampliada, possibilitando a difusão das funções e das atividades urbanas para diversos núcleos da rede urbana. Para isto, foi utilizada uma gama de variáveis (ausentes nos estudos anteriores), com o intuito de identificar os centros de gestão do território.

Estas variáveis podem ser entendidas por informações de subordinação administrativa no setor público federal, localização das sedes e filiais de empresas, oferta de equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares,

das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários e da presença de domínio de internet (IBGE 2008).

Apoiados nestas variáveis foram estabelecidos os fluxos materiais e imateriais, identificando os centros de gestão e a definição das regiões de influência dos centros com base na rede de interações que conectam as cidades (IBGE, 2000). Para tanto, outra hierarquia dos centros foi empregada, desta vez mais complexa, com numerosas subdivisões. Neste sentido, as metrópoles foram subdivididas em grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole; as capitais regionais em capitais regionais A, B e C; os centros sub-regionais foram divididos em A e B; os centros de zona em A e B, e os centros locais, abrangendo um total de 4.479 cidades.

A partir de meados da década de 1990 a produção teórica acerca das redes urbanas passou por avanços, incorporando novos referenciais teóricos e resultando em estudos distintos dos anteriores. Para melhor compreender esta dinâmica de alterações é importante considerar que no decorrer do desenvolvimento das relações capitalistas a expansão territorial demandou ampliação e transformações na divisão territorial do trabalho, onde centros urbanos passaram a crescer, a ganhar e/ou a perder posição e funções, além de permitir diferentes articulações com outros centros urbanos.

Desta forma os lugares passaram a reorganizar-se, resultando em lugares cada vez mais diferenciados no que concerne à produção e consumo e mais articulados no que diz respeito a trocas entre produtores de núcleos urbanos distintos. Na perspectiva de que a divisão do trabalho causa alterações nas cidades, Smith (1984, p.152) acrescenta que:

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho.

A reorganização dos lugares e a consequente divisão e articulação de tais lugares estão firmemente ligados à estruturação e ao desenvolvimento “[...] de uma ampla rede urbana, abrangendo vários tipos de centros localizados em vários territórios [...]” (CORREIA, 1989, p.53).

Nesta perspectiva, cabe apontar que entendemos rede urbana enquanto “[...] um conjunto de centros funcionalmente articulados [...]” (CORRÊA, 1989, p.8), onde é por meio “[...] das numerosas cristalizações materiais diferenciadas do processo de distribuição varejista e de serviços, que se realiza em um amplo território sob o domínio do capitalismo a articulação entre produção propriamente dita e o consumo final [...]” (CORRÊA, 1989, p.20), ou seja, a rede urbana seria a concretização do mercado de distribuição no sistema capitalista. Sendo assim, Corrêa (1997) a considera enquanto estrutura territorial:

A rede de localidades centrais é o que ela é pelo fato de se constituir em uma estrutura territorial da sociedade através da qual se pode verificar a reprodução de classes sociais distintas tanto entre si como em suas localizações, reprodução esta que interessa à classe dominante localizada [...] (CORRÊA, 1997, p.24).

Deve-se compreender paralelamente que a gênese e a dinâmica de uma rede urbana fazem parte do processo histórico, conferindo a esta uma natureza social, tornando-a uma dimensão socioespacial da sociedade, refletindo e condicionando a sociedade que a engendrou (FRESCA, 2004). Por isso, a rede urbana é “[...] um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução (CORRÊA, 1997, p.93).

Considerando a rede urbana como uma dimensão socioespacial da sociedade ou como uma estrutura territorial, os processos de criação, apropriação e circulação do capital excedente, ao ocorrer internamente ou externamente a rede, estão em constantes modificações. Isto se dá pelo fato de estarem também relacionados à divisão territorial do trabalho, que por sua vez também sofre mudanças com o passar do tempo.

Esta constatação está vinculada ao entendimento da rede urbana enquanto reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho. A rede urbana é considerada como reflexo da divisão territorial do trabalho na medida em que a lógica capitalista diferencia os centros urbanos ou quando os agentes sociais, na intenção de reduzir custos e maximizar lucros, criam vantagens locais diferenciadas, processo este que resulta em distintos arranjos espaciais (CORRÊA, 1989).

Na medida em que se valorizam determinadas localidades, outras são desconsideradas naquele momento por não apresentarem elementos necessários

para a produção capitalista. Este processo resulta na diferenciação entre as cidades de uma rede urbana, e Fresca (2004, p.14) salienta que:

A lógica capitalista de acumulação acaba por suscitar, por exemplo, valorização de certas localizações em detrimento de outras, gerando o aumento da importância de algumas cidades. Assim surgem determinadas hierarquias urbanas e certas especializações funcionais. Outras cidades tiveram menor valorização na ótica do capital por não atenderem os requisitos básicos para a produção e reprodução do capital naquele momento, e ainda novos modos de circulação são suscitados e instalados, atingindo, diferenciadamente ou não, os centros de uma rede.

Corrêa (1989) afirma ainda que a rede urbana reflete a divisão territorial do trabalho, pois considera que esta resulta da combinação de elementos próprios do modo de produção (forma de ocupação, produção, relações sociais, distribuição e renda da população). Se a rede urbana é considerada reflexo, deve-se paralelamente considerá-la enquanto condição para a divisão territorial do trabalho, pois ela determina os pontos de relações e as vias de tráfego por onde distintos fluxos são constituídos, possibilitando desta forma a criação e transformação de atividades e cidades.

A rede urbana torna-se uma condição a partir do momento em que os processos de produção, distribuição, circulação e consumo são realizados e/ou articulados entre as cidades de uma rede. A articulação entre estas cidades se dá na mesma proporção em que evoluem os sistemas de transportes, comunicação e informação interna e externa, permitindo em uma intensidade cada vez maior, a movimentação de pessoas, bens e serviços, capital, ideias, ordens, dentre outros.

Com a expansão do capitalismo, deve-se reduzir o tempo entre produção e consumo, vale dizer, reduzir o tempo do ciclo de acumulação do capital, para o qual deve haver superação de dificuldades para sua realização (FRESCA, 2004). No processo de urbanização, a rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela ligada permitem que regiões distantes possam ser articuladas em diferentes escalas, inclusive a mundial.

Como consequência das necessidades relacionadas à produção, circulação e consumo no âmbito do capitalismo – decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo, consumo final e, ainda, tendo em vista o alcance espacial máximo e mínimo dos consumidores e empresas no amplo território “[...] torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no

processo de circulação. Estes pontos são os centros urbanos” (CORRÊA 2006, p. 29). Parte do valor excedente, no processo de circulação entre esses pontos é reinvestida, voltando a circular e, desta forma, gerando novos fluxos. Neste sentido, Fresca (2004, p.16 -17) chama atenção ao apontar que:

[...] o excedente acumulado e a correspondente possibilidade de reinversão em esferas produtivas não ocorrem de maneira homogênea; muito pelo contrário, ocorrem de modo desigual em uma rede urbana que internamente também é diferenciada. Esta desigualdade de investimentos privilegia alguns lugares em detrimento de outros e está correlata a lógica de acumulação capitalista de direcionar-se apenas a lugares e áreas onde seja possível a maximização dos lucros e a diminuição dos custos.

Para um melhor entendimento acerca da rede urbana enquanto reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho é fundamental a compreensão da rede urbana como uma particularidade do espaço considerado uma totalidade. Santos (1985, p. 37) afirma que:

[...] cada vez que a totalidade passar por um processo de mudança, implicando em mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas, da mesma maneira tais mudanças acontecerão em relação ao espaço, que se transformará para adaptar-se às novas necessidades da sociedade.

Sendo assim, torna-se primordial considerar o espaço a partir da totalidade social, tendo como base o entendimento das partes que compõe o todo, pois o todo está num contínuo processo de desfazer e refazer-se para se tornar outro no processo de desenvolvimento. Para Fresca (2004), o primeiro passo é compreender a rede urbana como um aspecto da realidade, que a primeira vista é apenas um mundo fenomênico e ao mesmo tempo esconde a essência¹. Kosik (1986, p. 35) compreende como totalidade a:

[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem ainda a realidade.

Para o autor, não é a soma das partes que revela a totalidade, pois os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético (KOSIK, 1986). Para a compreensão efetiva de um fato da realidade é

¹ Para Kosik (1986) a aparência enganosa, é apenas um claro-escuro, uma pseudoconcreticidade, pois não é capaz de permitir que o fenômeno seja compreendido como concreticidade.

fundamental isolar este fato por meio da decomposição desta totalidade, pois a cisão do todo possibilita a compreensão dos aspectos que se deseja estudar, livre de qualquer abstração. Neste processo é necessário decompor o todo, cindi-lo, para poder reproduzir a estrutura da coisa, fato e/ou elemento em estudo, para alcançar a compreensão, o conhecimento (KOSIK, 1986).

Refletir acerca da totalidade sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento (SANTOS, 2008). Portanto, para compreender verdadeiramente a realidade é primordial que se arranque os fatos do contexto:

[...] isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo o conhecimento: a cisão do todo. Todo conhecimento é uma oscilação dialética (dizemos dialética porquanto também existe uma oscilação metafísica, que parte de ambos os pólos considerados como grandezas constantes e registra as suas relações exteriores e reflexivas), oscilação entre os fatos e o contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação (KOSIK, 1986, p.48).

O espaço sofre transformações toda vez que a totalidade passa por um processo de mudança, resultando em alterações nas relações sociais, políticas e econômicas, num contínuo processo de transformação frente às novas necessidades. Nesta discussão, Santos (1985) aponta a necessidade de categorias analíticas para a compreensão da totalidade. As categorias analíticas representam o movimento da totalidade, fato que permite fragmentá-la, compreendê-la, para posteriormente reconstruí-la. Tais categorias são: forma, função, estrutura e processo.

Para Santos (2008), forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. A noção de função sugere uma tarefa, uma atividade ou um papel a ser desempenhado pelo objeto, a forma. Processo é entendido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, buscando obter um resultado. A estrutura diz respeito à natureza econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo, ou seja, é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas.

A estrutura implica a interrelação de todas as partes de um todo, a forma de organização ou de construção. Por meio da estrutura compreende-se o modo pelo qual os objetos estão interrelacionados ou que a estrutura “[...] é a natureza social e

econômica de uma dada sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 2008, p.29). Para Santos (1985, p.57) a estrutura é o ponto explícito pelo qual se elabora a análise, sendo o conceito de formação socioespacial o mais apropriado ao estudo do espaço e da sociedade, já que este é capaz de exprimir a totalidade espacial em seu movimento.

Santos (1985) aponta também que é fundamental compreender o espaço como instância da sociedade, como a jurídica, econômica, cultural, ideológica, já que a instância da sociedade contém e é contida pelas demais, assim como cada instância contém o espaço e por ele é contido e cuja essência é o social. Para Fresca (2004, p.24):

Sem a força emanada do movimento de uma sociedade historicamente determinada, não há espaço. Espaço é a sociedade em sua concretude; só há espaço se há uma sociedade que o torne inteligível. Mas, enquanto tal, tanto espaço como sociedade em geral não tem existência, não são reais, se não realizarmos o exercício de chegar a uma sociedade e a um espaço historicamente determinado.

Neste sentido, a imbricação existente entre formação socioeconômica e espaço ocorre em um espaço particular e não no espaço em geral, como acontece nos modos de produção, pois os modos de produção escrevem a história no tempo, enquanto as formações sociais a escrevem no espaço (SANTOS, 1985). A formação socioeconômica possibilita o entendimento das especificidades de realização de um modo de produção em um determinado lugar ou região em diversas escalas, ou seja, a formação socioeconômica compreende uma estrutura técnico-produtiva da atividade correlacionada a produção, distribuição, circulação e consumo.

O espaço geográfico constitui-se na dimensão da realidade onde talvez as normas e os objetos produzidos pelo homem ganhem expressão de forma mais concreta. Ao passar por uma série de mudanças que alteram as relações sociais, econômicas e políticas, a totalidade altera também o espaço, que sofre transformações para se adaptar às novas imposições e necessidades da sociedade.

No estudo de uma dada rede urbana, para o desvendamento das lógicas que geraram e articularam suas características, a estrutura social desempenha um papel de primeira ordem. Definido através de características principais e invariantes gerais, um determinado modo de produção se concretiza em distintas formações econômicas e sociais. Ou seja, trata-se de uma estrutura técnica-produtiva, social e

cultural, na qual o econômico, o político, o social e o cultural estão imbricados, expressando-se em conjunto no espaço e no tempo.

Corrêa (2000) aponta que nas diversas formações espaciais capitalistas há uma específica rede urbana. Neste sentido, de acordo com o autor, na virada dos séculos XX e XXI coexistiam três formações espaciais distintas, mas integradas entre si. A primeira é a formação espacial fundada na grande propriedade rural, caracterizando-se por uma menor densidade de centros quando comparada a rede urbana da formação calcada na pequena propriedade dos imigrantes. Desta forma, apresenta um maior distanciamento entre seus centros, com centros de elevada importância no contexto regional. Os valores relativos às densidades e distâncias podem variar quando se trata de áreas pastoris ou agrícolas, já que nas primeiras as densidades são ainda menores e as distâncias maiores (CORRÊA, 2000, p.128).

A segunda é a formação espacial fundada na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus, determinada por uma hierarquia de centros mais nítida, refletindo uma distribuição mais equitativa da demanda e do consumo, não mais concentrada nas cidades mais importantes, como ocorre nas áreas de grandes propriedades rurais. Já a formação espacial da fronteira agrícola pode ser exemplificada na rede de cidades do norte do Mato Grosso durante a década de 1980, onde ocorria e ocorre a expansão da agricultura moderna. Neste sentido, nota-se a entrada de conteúdos da modernização, não deixando, portanto, de se manifestar de maneira desigual no espaço.

Desta forma, o espaço “[...] reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos” (FRESCA, 2004, p.33). Por outro lado, o espaço também exerce influência na evolução de outras estruturas, tornando-se, por consequência, um componente fundamental da totalidade e de seus movimentos. Portanto, para que o conhecimento da totalidade seja efetuado, pressupõe a sua divisão, pois a realidade é um processo de subdivisão. “É a ação que une o universal ao particular. Levando o universal ao lugar, cria-se uma particularidade” (SANTOS 2008, p.124).

Nesta perspectiva, compreende-se rede urbana enquanto uma forma espacial, onde as funções que ali ocorrem são emanadas de processos sociais que assumem características específicas na estrutura capitalista (FRESCA, 2004). Esta realidade implica em um movimento de ligação entre complexidade da forma

espacial e complexidade funcional de centros urbanos, os quais indicam “[...] um processo de transformação da sociedade e de sua organização espacial da qual a rede urbana é uma de suas mais importantes manifestações” (CORRÊA, 1997, p.99).

Diante destes pressupostos, é necessário ainda, explicar que o estudo da inserção de uma cidade em uma rede urbana regional deve passar pela compreensão do particular, do geral e do singular.

Desta forma, para entender o papel de uma cidade é de fundamental importância entendê-la enquanto singularidade da rede, pois o todo se manifesta no singular por meio de muitos particulares. Para Cheptulin (1982), as propriedades e as ligações que são exclusivas de uma determinada formação (coisa, objeto, processo) e que não são encontradas em outras formações, representam o singular.

Por sua vez, o geral é caracterizado pela repetição, ou seja, que não são próprias apenas a uma determinada formação. O singular está intimamente ligado ao geral, e por isso jamais poderá ser considerado de maneira isolada. É neste sentido que “[...] em cada formação material, ao lado do singular, do que não se repete, deve haver o que se repete, o que é próprio não apenas a ela, mas também a outras formações materiais (coisas, objetos, processos)” (CHEPTULIN, 1982, p.194). O singular só é de fato entendido por completo a partir do momento em que é visto em relação ao geral e por causa do geral. Ou seja,

[...] o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio de formações materiais particulares (coisas, objetos, processos), que são momentos, aspectos destes últimos. Cada formação material, cada coisa representa a unidade do singular e do geral, do que não se repete e do que se repete (CHEPTULIN, 1982, p.194-195).

O particular é a própria formação material. É considerado como “[...] simplesmente o singular, mas é igualmente o geral. O particular é a unidade do singular e do geral. A correlação do particular e do geral representa uma correlação do todo e da parte, em que o particular é o todo e o geral a parte” (CHEPTULIN, 1982, p.195-196). Fresca (2004, p.40) complementa esta idéia ao afirmar que o particular torna-se, “[...], pois, um membro intermediário real das determinações do geral, especificado em momentos particulares, incorporando novas singularidades.”

Corrêa (1988), em seus estudos relacionados à rede urbana, ao considerar as relações entre singular, geral e particular, explicita que “[...] a ação dos processos

gerais não se dá em cada segmento da rede urbana no mesmo tempo, do mesmo modo, nem com a mesma intensidade (CORRÊA, 1988, p. 118).

Verifica-se de fundamental importância a relação de escalas nos estudos urbanos, e neste sentido percebe-se que o papel das cidades nas redes urbanas passou por consideráveis transformações ao longo dos anos. Com esta base teórica, portanto, a presente pesquisa se dedicará ao estudo de Foz do Iguaçu, a fim de melhor compreender seu papel na rede urbana.

1.2 - Estruturação da rede urbana regional de Foz do Iguaçu

Ao estudar a colonização e a urbanização da região Oeste do Paraná, Reolon (2007) explicita que a ocupação territorial nesta área atravessou quatro fases distintas. A primeira delas diz respeito à ocupação indígena, todavia estes se distribuíam também por grande parte do território sul-americano. A segunda fase decorre do período em que os jesuítas se instalaram na região. Já a terceira fase, iniciada no final do século XIX, está associada à introdução do sistema obragero, e finalmente a quarta fase refere-se à ocupação efetivada pelas companhias colonizadoras, após 1940. Estas fases ocorreram na região Oeste do Paraná como um todo, portanto explica também parte da colonização da rede regional de Foz do Iguaçu.

Ao buscar por bibliografia referente à primeira fase de ocupação territorial do Oeste paranaense, deparamo-nos com a sua ausência. A segunda fase remonta ao Tratado de Tordesilhas, quando os espanhóis tornaram-se os administradores da área em tela. Foi por meio da província de Guairá, com a atuação missioneira dos jesuítas, que a Coroa espanhola expandiu seu campo de atuação na região.

De acordo com Yokoo (2002), em um período inferior a duas décadas, os jesuítas ergueram mais de uma dúzia de reduções. Os missionários da Companhia de Jesus organizaram povoados administrados pelos padres, conhecidos como Reduções Jesuíticas. Estes aglomerados, em pouco tempo, alcançaram o desenvolvimento material através da submissão da mão-de-obra indígena, que passou a se tornar produtiva. Assim como faziam alguns aglomerados espanhóis, as reduções passaram a comercializar excedentes da produção da erva-mate nativa em diversos pontos da região. Existia ainda o cultivo da mandioca e do milho, bem

como criação de gado, sendo que as mulheres produziam peças de vestuário e tecidos de algodão. Os indígenas passaram a diversificar suas atividades em carpintaria, como pintores, ferreiros e demais atividades necessárias à vida na redução.

Este êxito, segundo Colodel (1992), começou a incomodar os espanhóis de outras aglomerações, tanto pela concorrência comercial, quanto pela concorrência de mão-de-obra. Naquele período os portugueses enviavam parte da mão-de-obra indígena para as fazendas paulistas, uma vez que os escravos existentes eram insuficientes, fato que induziu a busca por índios em território espanhol. Mesmo sem a aprovação do governo paulista, os bandeirantes passaram a atacar as Reduções Jesuíticas no Guairápolis. Sem o apoio da defesa espanhola, entre 1629 e 1632 todas as reduções da região foram destruídas e não mais reconstruídas, os sobreviventes foram para o território do Paraguai ou para o sul do rio Iguaçu. Com a ruptura deste processo colonizador, a região ficou em estado de quase abandono por mais de cem anos.

A preocupação do governo brasileiro com o Oeste do Paraná teve início no período de Império, após o término da Guerra do Paraguai (1865-1870). Segundo Lopes (2002), a idéia surgiu de oficiais militares que queriam instalar no local uma Colônia Militar para proteger a fronteira. Todavia, foi somente no ano de 1888 que o Ministério da Guerra criou uma comissão estratégica para tratar dos interesses da região de Foz do Iguaçu.

Com a retomada de interesses pelo Oeste paranaense, o foco de atração econômica, que anteriormente era constituído pela procura de minerais preciosos e o pareamento indígena, foi substituído por outros produtos, que durante longos anos praticamente foram os sustentáculos da economia paranaense: a erva-mate e a madeira² (COLODEL, 1992).

Yokoo (2002), em sua pesquisa acerca da colonização do Oeste do Paraná, aponta que, de acordo com relatórios históricos, data de 1881 o aparecimento na área da foz do rio Iguaçu, dos primeiros moradores estrangeiros, em sua maioria proveniente da Argentina e do Paraguai. Estes moradores eram trabalhadores das

² Esta etapa, de acordo com Reolon (2007), constitui a terceira fase da ocupação territorial do Oeste do Paraná.

obrages³, que tinham como objetivo colher as folhas de erva-mate e a madeira nativa, que existiam em quantidade abundante nesta região do Estado.

Para iniciar o processo de ocupação da Colônia Militar, toda uma estrutura foi organizada, sendo que a cidade de Guarapuava foi estabelecida como sede da comissão. O trabalho de abertura da picada saiu de Guarapuava em novembro de 1888, contando com 14 oficiais, sendo concluído apenas em agosto de 1889. O retorno para Foz do Iguaçu se deu em novembro de 1889, data da fundação da Colônia Militar. Colodel (1992, p.45) aponta que a população encontrada na região neste período era de “[...] 212 paraguaios, 95 argentinos, nove brasileiros, cinco franceses, dois espanhóis e um inglês”.

As atividades destas pessoas, como mencionado acima, em sua maioria se resumiam a colher, cortar e transportar erva-mate e madeira até a Argentina, através dos portos do Rio Paraná. Exceto esta escassa população, concentrações demográficas mais expressivas eram encontradas somente na área compreendida entre a sede da Colônia e o porto argentino de Itacorá, distante 72 quilômetros.

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1905 já estava dividida no tradicional processo de lotes urbanos e agrícolas, sendo que a “[...] população colonial neste período era de 58 famílias” (COLODEL, 1992, p. 49). Neste sentido, Lopes (2002) aponta que a finalidade primordial da Colônia Militar de Foz do Iguaçu era a fixação de colonos, estimulando desta forma o povoamento por brasileiros, além de proporcionar a produção de gêneros alimentícios. No entanto, pelo fato de a administração da Colônia deixar de atingir estes objetivos, em 1912 o Ministério da Guerra extinguiu-a, devolvendo-a à administração do Estado do Paraná, que em 1914 criou o Município Vila Iguaçu.

Em relação à extração de madeira e erva-mate, Colodel (1992) afirma que na década de 1900 os ingleses adquiriram uma vasta área de terras na margem esquerda do Rio Paraná. Esta área passou a ser conhecida como Fazenda Britânia,

³ As obrages (termo originário do castelhano) compreendiam propriedades com uma forma de exploração oriunda das regiões que possuíam matas subtropicais e que foram objeto da extração da erva-mate e da madeira em toras. As empresas utilizavam basicamente os paraguaios e indígenas residentes na região como mão-de-obra braçal. Estes eram explorados e remunerados por mês, geralmente antecipada sob a forma de bens de consumo que lhes garantia o mínimo para a sobrevivência. O trabalhador neste sistema era totalmente dependente do patrão, a ponto de ser obrigado a suprir-se de alimentos, roupas e tudo mais do armazém da obrage, e raramente conseguia pagar o que consumia com o salário que recebia. Este sistema de exploração foi introduzido na província de Misiones, ao norte da Argentina, e também no Paraguai, e se expandiu no Oeste paranaense, pelos vales navegáveis dos rios Uruguai e Paraná.

que permitia a eles escoarem madeira e erva-mate para os mercados de Santa Fé e Buenos Aires, realizando ainda a exportação ilegal para áreas do Paraguai e da própria Argentina. A presença de estrangeiros constituiu um novo universo social “[...] que foi gerado a partir de seus costumes e das formas de exploração e dominação, alicerçadas no mando local, formando impérios agrícolas: as obrages” (COLODEL, 1992, p.51).

Este sistema utilizado para a exploração da madeira e da erva-mate só foi possível porque até a década de 1920 o local passava por uma situação de total inexistência de meios de comunicação eficientes que interligassem essa área ao restante do Estado, fato que tornou a região praticamente desconhecida, tendo sua imagem alterada somente depois da passagem da Coluna Prestes pela região.

A decadência da atividade obragera nas margens do Rio Paraná teve início a partir de um processo que se deu no período entre as duas guerras mundiais. Uma das ações veio do governo argentino, que, com o intuito de libertar-se das pesadas importações da erva-mate realizadas no Brasil, passou a estimular e a financiar proprietários de terras e ervateiros do território de Misiones a plantarem seus futuros ervais.

Outro fator importante e decisivo, relacionado à desestruturação das obrages, foi a presença militar da Coluna Prestes entre os anos de 1924 e 1925, que permaneceu alguns meses em contato direto com os obrageros e seus mensus⁴. A permanência da Coluna, segundo Colodel (1992), paralisou, desarticulou e destruiu as atividades das obrages na região, causando prejuízos econômicos, além de libertar os trabalhadores que se encontravam praticamente semi-escravizados. A partir desse momento, algumas obrages finalizaram as suas atividades econômicas.

Para o governo nacionalista que se instalava no Brasil, problemas como controle de regiões de fronteira deveriam ser devidamente solucionados. A criação de territórios federais foi a primeira etapa desta política⁵. No ano de 1942, através do Decreto Lei nº 5.812, juntamente com os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Ponta Porã, foi criado o Território Nacional do Iguaçu. O território

⁴ Termo proveniente do castelhano, designado aos trabalhadores das obrages. Mensus vem de mensal, ou seja, trabalhadores que recebem por mês.

⁵ Neste sentido, Roseira (2006, p.54) afirma: “No caso do Estado do Paraná as investidas do Governo Federal encontraram certa resistência, tanto por parte do grupo político no poder, quanto da elite e da intelectualidade curitibana. A idéia de desmembramento não poderia ser bem aceita num Estado com histórias de conflitos territoriais, como a disputa do Contestado com Santa Catarina.”

apresentava limites nacionais com o Território de Ponta Porã e com os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Durante oito meses, a capital do Território do Iguaçu foi a cidade de Foz do Iguaçu, sendo que posteriormente, com a justificativa de facilidade de acesso, a capital passou a ser a cidade de Laranjeiras.

O Território Federal do Iguaçu refletia grande parte das questões que se pretendia solucionar através dos governos territoriais. De acordo com Lopes (2002, p. 61) estas questões traduziam-se em:

[...] grandes distâncias do centro do poder econômico do país; a grande dificuldade de comunicação; a baixa densidade demográfica; a desnacionalização da região refletida na ocupação por empresas e trabalhadores estrangeiros; abandono, por parte dos governos anteriores, entre outros.

O recenseamento geral de 1940 mostra que a área geográfica pertencente ao Território Federal do Iguaçu contava com 96.854 habitantes, sendo que 90,34% residiam na área rural, 6,71% na área urbana e 2,95% em área suburbana. Diversos autores afirmam que muitos avanços foram obtidos com a criação do Território do Iguaçu; entre estes avanços, os mais perceptíveis foram aqueles ligados à área da educação, saúde, saneamento e comunicação. Todavia, o Território ainda estava dando os primeiros passos quando foi extinto em 1945. Segundo os governantes da época, para que as transformações necessárias fossem efetivadas, seria necessário um período de 10 a 15 anos, o que não ocorreu, considerando que o Território existiu por apenas três anos (LOPES, 2002).

De fato, estas articulações do Governo Federal impactaram de maneira positiva no que concerne ao desenvolvimento local, pois além dos aspectos mencionados, a região Oeste foi inserida no contexto nacional, tanto em sua dimensão política como socioeconômica (SCHALLEMBERGER; SCHNEIDER, 2008).

Neste mesmo período, durante o governo de Getúlio Vargas, foi promovida uma ação de povoamento conhecida como Marcha para o Oeste. A Marcha era formada por um conjunto de ações governamentais, como a implantação de colônias agrícolas, abertura de novas estradas, obras de saneamento, construção de escolas e hospitais, etc.

Esta política expansionista almejava a integração nacional, garantindo desta forma “[...] além da ocupação e efetiva posse, a exploração de imensas regiões

fronteiriças praticamente devolutas, em prol da organização administrativa, do desenvolvimento socioeconômico e da ocupação de espaços até então considerados vazios, do ponto de vista demográfico” (LOPES, 2002, p.68). Neste sentido, a efetiva ocupação do território nas fronteiras abertas resolveria outro entrave: o aumento da produção de excedentes agrícolas para o abastecimento do mercado nacional em expansão.

Em relação ao Oeste do Paraná, uma das primeiras estratégias apontadas pelo projeto estatal foi a construção de estradas com o objetivo de promover a integração entre as regiões do Estado e do país. Para tanto, foi criado em 1938 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), incumbido de trabalhar com o programa Marcha para o Oeste. A primeira meta deste programa, no Estado do Paraná, era construir a estrada entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, passando por Cascavel. Tratava-se da BR 35, a atual BR 277.

Com a necessidade de efetivar a colonização e a inserção produtiva da região à economia, o Estado se articulou com companhias colonizadoras particulares, definindo então os critérios para que o empreendimento fosse bem sucedido. Dentre eles, apontaram a organização fundiária, estruturada a partir dos pequenos estabelecimentos, por representarem a melhor forma de consolidar o incremento populacional. Outro fator importante era o futuro proprietário, predominantemente de origem gaúcha e catarinense, descendentes de italianos e alemães (SCHALLEMBERGER; SCHNEIDER, 2008).

Nesta perspectiva, a partir da década de 1940 teve início a quarta e última fase da colonização do extremo Oeste do Paraná. Segundo Zaar (2001, p.09), esta movimentação tinha dois objetivos centrais: “[...] 1) nacionalizar a área que durante o século XIX, e início do século XX, esteve ocupada por empresas denominadas “obrages”; 2) priorizar a expansão das fronteiras econômicas, em especial as fronteiras agrícolas do Estado brasileiro [...]”.

Para alcançar tais objetivos, empresas colonizadoras que atuavam no Rio Grande do Sul foram incentivadas pelo Governo do Paraná a adquirirem terras no Oeste paranaense, iniciando desta forma o processo de colonização. Este processo passou por vários estágios, sendo que os principais foram: a compra das terras pelas empresas colonizadoras; a demarcação e construção das primeiras vias de circulação; a demarcação dos locais onde seriam as futuras áreas urbanas; a divisão

da área em lotes rurais, sendo que a maioria possuía entre 240.000 e 300.000 metros quadrados de terra; e uma apelativa propaganda no Estado do Rio Grande do Sul (ZAAR, 2001).

Apesar da maior parte dos proprietários agrícolas serem originários da região Sul do país, é importante destacar a participação de paulistas e mineiros na formação socioeconômica regional. SchalleMBERger e Schneider (2008) apontam que estes descendentes de espanhóis e portugueses tinham metas diferentes dos colonizadores de origem alemã e italiana, pois grande parte deles não ocupava a terra na condição de proprietários, mas como trabalhadores sazonais.

Desta forma, a maior parte dos migrantes provenientes dos Estados sulinos⁶ estava vinculada às atividades agrícolas. Vinham na condição de proprietários, com o objetivo de expandir suas áreas de terras, desejando, nesta relação, continuar a sua forma de reprodução social nos moldes das famílias dos imigrantes europeus e de seus descendentes. Por outro lado, SchalleMBERger e Schneider (2008) explicitam que os paulistas e mineiros vieram inicialmente atraídos pelo cultivo do café no Norte do Paraná, sendo que mais tarde migraram para o Oeste do Estado, quando este se mostrava com oportunidades de trabalho, “[...] inserida no contexto de abertura das fronteiras agrícolas, ligada à extração de madeira e, posteriormente na agricultura, com o cultivo de hortelã e na produção de grãos” (SCHALLEMBERGER; SCHNEIDER, 2008, p.6).

Quando do início do processo de colonização estabelecido por empresas particulares na década de 1940, Foz do Iguaçu constituía-se como o único município do Oeste paranaense, todavia existiam dez pequenos povoados. Os povoados neste período eram constituídos por poucas famílias, que em geral exploravam madeira e erva-mate e praticavam agricultura para sua subsistência: Céu Azul, Diamante do Oeste, Aparecidinha do Oeste (atual Itaipulândia), Matelândia, Medianeira, Missal, Santa Helena, Santa Terezinha, São José das Palmeiras e São Miguel.

Todo este processo de colonização ocorreu, especificamente, a partir de 1946, quando um grupo constituído de empresários gaúchos, catarinenses e

⁶ Zaar (2001, p.10) complementa ao afirmar que: “A migração era realizada em grupos, geralmente formados por familiares, amigos e vizinhos, também trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulado pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infraestrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência”.

paranaenses fundou a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ. Compraram a Fazenda Britânia e iniciaram a venda dos lotes. Com sede em Porto Alegre e filial onde hoje é a cidade de Toledo, a empresa organizou a colonização baseada em pequenas propriedades agrícolas, com diversificação de culturas direcionadas às necessidades de subsistência e excedentes para atender a demanda local e regional.

Além da colonizadora Maripá, outras companhias tiveram importante papel na ocupação da região Oeste do Paraná, como a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial e Agrícola Bento Gonçalves; a Colonizadora Matelândia e a Colonizadora Criciúma. Todavia, Reolon (2007) evidencia que entre todas, a Maripá foi a única a se destacar pela credibilidade.

Dentre os povoados mais distantes estava Céu Azul, fundada pela Pinho e Terras Ltda, distante 95 quilômetros do centro de Foz do Iguaçu, sendo elevado à categoria de distrito em outubro de 1959. Distante 72 quilômetros da sede municipal, encontrava-se também o povoado de Matelândia, fundado pela Colonizadora Matelândia Ltda, que por possuir sua infraestrutura melhor organizada com o intuito de atrair novos proprietários, já possuía iluminação elétrica pública e domiciliar mantida pela firma fundadora⁷.

Medianeira, distante 67 quilômetros do centro de Foz do Iguaçu, constituía-se em outro povoado criado a partir da colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda, e assim como Matelândia, possuía iluminação pública e nos domicílios, fornecidas por geradores da empresa, essencial para que a mesma conseguisse vender os lotes por um preço mais elevado. O povoado de Medianeira foi elevado à categoria de distrito no ano de 1951. Ainda em 1950 foi fundado pela colonizadora Criciúma Ltda o povoado de Criciúma, tornando-se distrito em 1959, onde hoje está localizado o município de Santa Terezinha de Itaipu.

Com a intenção de efetivar bons negócios, as colonizadoras passaram a oferecer aos proprietários rurais e urbanos uma variedade de serviços. Entre eles, Rippel (2005) destaca o serviço de saúde, o qual contava com uma estrutura básica de assistência médica (fato que desencadeou a construção de alguns hospitais e ambulatórios). Além disso, existiam as políticas de estímulo à instalação de

⁷ Dado referenciado em um documento do ano de 1954 da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, o qual na pagina IX faz menção aos povoados e distritos daquele município.

manufaturas e indústrias, como por exemplo, as empresas de marcenaria, de carpintaria, fábricas de conservas e de várias outras atividades relacionadas ao setor primário da economia regional, principalmente o madeireiro, que continuava presente e muito forte no Oeste paranaense.

Em relação aos incentivos ofertados pelas colonizadoras, destacam-se os financiamentos e apoio logístico aos interessados em fixar-se com o objetivo de suprir os mercados locais de demanda de bens e serviços, como por exemplo, na criação de hotéis, armazéns, farmácias, etc. (RIPPEL, 2005).

Com exceção da agricultura, que neste período passa a ter destaque enquanto atividade econômica, o sistema produtivo da região Oeste do Paraná encontrava-se estruturado em outras duas frentes: a prática da pecuária e a exploração mais elaborada da madeira, que utilizava mão-de-obra assalariada, tanto na extração quanto no comércio.

De acordo com Rippel e Ferrera de Lima (1999), as frentes produtivas e o aprofundamento da divisão social do trabalho, no sentido da industrialização praticada em âmbito nacional e regional, geraram efeitos de encadeamentos produtivos, que fizeram da agroindústria regional o motor e o centro econômico da área. Nesta perspectiva, no início da década de 1960 a expansão da dinâmica econômica nacional repercutiu na região de forma contundente e simultânea.

Outro fator que contribuiu para a integração econômica ocorreu no final da década de 1950, quando as primeiras rodovias de acesso à região começaram a ser construídas. Esta determinante, juntamente com a capacidade técnica dos produtores e a boa qualidade dos solos, impulsionou a produção de excedentes agrícolas e pecuários para a comercialização, o que estimulou ainda mais a migração, já que, aos poucos, a renda regional foi aumentando, o mercado consumidor ampliou e o comércio se expandiu. Neste sentido, é importante mencionar que a inserção da rede urbana do Oeste paranaense na rede nacional não foi por acaso, pois o governo atuou com alguns incentivos. Figueiredo (1992, p.85) menciona que:

Com efeito, no contexto do processo de modernização da agricultura brasileira, que em meados da década de 60 começava a se colocar na órbita do capital industrial-financeiro, a regulamentação do crédito rural visa, em grande parte, a induzir os agricultores à adoção da moderna tecnologia. Destacam-se, entre os principais mecanismos de incentivo, o crédito subsidiado, com taxas nominais de juros inferiores às do mercado livre e invariavelmente inferiores às taxas de inflação, e o crédito orientado, como forma de financiamento tecnificado, com assistência técnica obrigatória prestada pelo financiador, diretamente, ou através da extensão rural oficial, com o objetivo de elevar a produtividade e aumentar a produção agrícola, através da utilização maciça de insumos industriais.

A partir dos anos de 1960 ocorreu o fechamento da fronteira agrícola, já que ocorria o final do processo de ocupação das terras no extremo Oeste do Paraná, processo este que foi reiniciado nas novas fronteiras agrícolas nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Neste mesmo período, ainda com a presença da indústria madeireira, a base agrícola que estava concentrada na produção de milho e na criação de suínos foi sendo diversificada, com a inserção de outras culturas, como mandioca, feijão, soja e trigo.

Todos estes fatores em conjunto, de acordo com o Ipardes (1979), determinaram a formação das pequenas cidades do estado. Assim, na década de 1960 foram criados no extremo Oeste paranaense 14 novos municípios, dos quais cinco fazem parte da rede urbana regional de Foz do Iguaçu (IBGE, 1993): Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel e Santa Helena. Além disso, foram fundados neste período os povoados de Ramilândia e Vera Cruz do Oeste. Nesta década ocorreu o maior número de emancipação de distritos no Oeste do Paraná.

Com a ascensão oficial destes povoados à condição de municípios independentes, a área territorial de Foz do Iguaçu foi consideravelmente reduzida. Todavia, a fragmentação de seu território ainda estava longe de acabar. O distrito de São Miguel, distante 42 quilômetros, foi fundado pela colonizadora Gaúcha, sendo organizado nas mesmas condições citadas anteriormente, vindo a constituir-se como município em janeiro de 1961. Sua área municipal foi constituída a partir do desmembramento de territórios pertencentes aos municípios de Medianeira e Foz do Iguaçu.

No final da década de 1960, duas grandes obras viárias foram de fundamental importância para o Oeste paranaense: a pavimentação da rodovia BR-277, ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá, e a Ponte Internacional da Amizade. Estas obras,

segundo Peris e Lugnani (2003), foram consequência de um fator exógeno, constituído pelo fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Paraguai. Os autores mencionam ainda, que a ligação com o Oceano Atlântico era uma aspiração do Paraguai desde o século XVI. A Ponte da Amizade, inaugurada em março de 1965, foi o primeiro passo para esta ligação, fato concretizado com a inauguração da pavimentação da BR 277 em março de 1969. Assim, estas obras, de acordo com Reolon (2007, p. 6):

[...] não somente satisfaz o nosso vizinho Paraguai como também colaborou com a dinamização da economia de todo o Oeste paranaense, fomentando seu processo de urbanização, cuja taxa geométrica cresceu 16,77% ao ano entre 1960 e 1970, sendo, portanto, bastante superior à verificada para o Estado do Paraná (6,73%) e para o país (5,22%). Contudo, o crescimento da população rural do Oeste (19,21% ao ano) foi ainda superior ao de sua população urbana, indicando que, nesse período, ainda não haviam cessado, completamente, as grandes frentes de migração rural que passaram a se dirigir à região a partir de meados da década de 1940.

Na perspectiva dos transportes, a construção da Ponte Internacional da Amizade e a pavimentação da BR-277 estavam entre os primeiros elementos da integração territorial, que contribuiria para os futuros acordos e tratados econômicos da América do Sul. Por trás destes investimentos, deve-se destacar que houve um grande interesse por parte do Governo Federal, que planejava a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

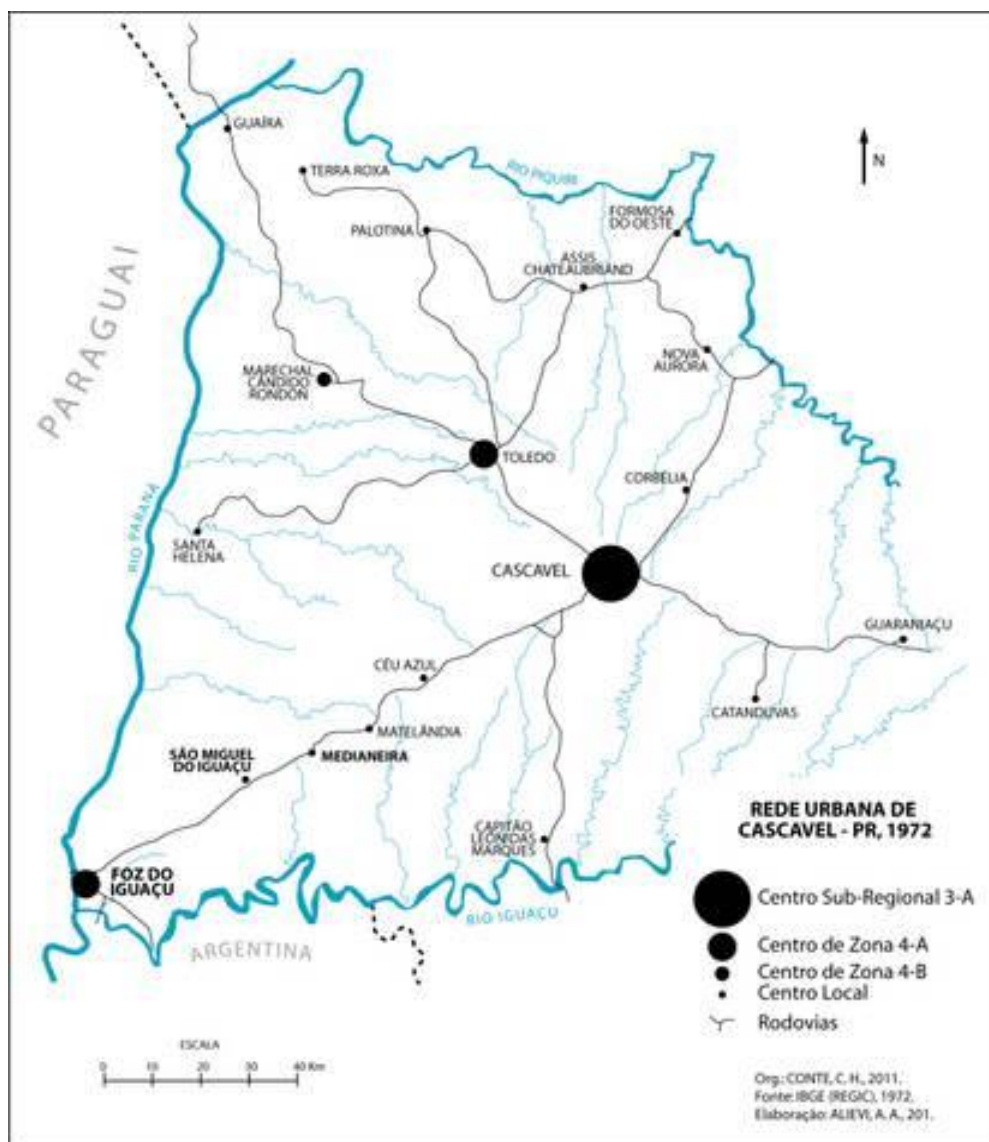
No processo de ocupação do Oeste do Paraná fica claro que o período entre 1940 e 1960 foi o mais intenso, tanto em relação à ocupação das terras, a construção de vias de circulação (principalmente vias rodoviárias), ao fluxo populacional e a produção agrícola, como ao número de cidades fundadas.

O Oeste paranaense foi a última área a ser colonizada no Estado, e no final da década de 1960 a rede urbana estava estruturada mediante a criação dos núcleos urbanos, com as vias de circulação entre os mesmos por meio da mobilidade populacional, comercialização da produção agrícola, da madeira e de outros bens e serviços, contudo, uma parte dos núcleos ainda não haviam sido elevados à condição de sede municipal.

A formação espacial constituída neste território foi fundada na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus, onde se percebe de maneira mais nítida a hierarquia dos centros e a própria distribuição de bens e serviços (CORRÊA,

2000). É por meio do desvendamento das lógicas que geraram e articularam seus elementos que melhor se compreende uma dada rede urbana (CORRÊA, 2000)..

Como referido anteriormente, o IBGE realizou importantes pesquisas referentes à rede urbana brasileira. Com base no estudo de 1966 (IBGE, 1972), o mapa 2 apresenta a rede urbana do Oeste paranaense, onde as cidades foram classificadas enquanto centros de relações, levando em consideração o conjunto de vínculos mantidos. Estes vínculos estão relacionados à centralidade, bem como à atração da produção agrícola para comercialização.



Mapa 2 - Rede urbana de Cascavel: 1972

Neste sentido, Curitiba foi considerada como um centro macrorregional, exercendo influência em todo o Paraná (exceto a região Norte do Estado). Este estudo argumenta que a rede urbana de Curitiba compreende 59 centros, sendo sete regionais, 11 sub-regionais e 41 locais. Acrescenta ainda que essa rede apresenta uma certa fraqueza em comparação com as demais redes desta porção do país, pois o Oeste do Estado ainda é uma região que se encontra em processo de povoamento e valorização agrícola, e além disso possui centros de emergência e de organização urbana em elaboração (IBGE, 1972, p.22).

Foz do Iguaçu foi considerada como centro local 4A. “Os centros de nível 4 ou centros locais subordinam-se aos centros de nível 3 ou se encontram diretamente vinculados aos centros regionais ou às metrópoles, dentro de suas áreas de atuação direta” (IBGE, 1972, p.16). Foz do Iguaçu estava vinculada à rede regional de Cascavel, que se apresentava como centro sub-regional 3A. Tendo em vista a ocupação relativamente recente da área, o maior nível hierárquico era o de centro sub-regional, e ao mesmo tempo verifica-se um pequeno número de cidades na rede, na medida em que parte dos núcleos ainda eram povoados ou sedes distritais. Por este motivo, o mapa da rede regional tem Cascavel como principal cidade, com a qual os núcleos mantinham relações diversas, embora Foz do Iguaçu já tivesse estabelecido relações com as cidades mais próximas.

Dando ênfase a Foz do Iguaçu, verifica-se que sob sua influência direta estão apenas os núcleos de Medianeira e São Miguel do Iguaçu. É importante ressaltar que, embora nesta pesquisa Foz do Iguaçu apareça com apenas duas cidades subordinadas, neste período o número de ligações nesta rede mostrava-se maior, pois além das cidades citadas, existiam os povoados de Diamante do Oeste, Aparecidinha do Oeste (Itaipulândia), Santa Terezinha e São José das Palmeiras. Outras cidades como Céu Azul, Matelândia e Santa Helena foram elevadas a categoria de sede municipal no decorrer da década de 1960, posterior ou durante o período de levantamentos feito pelo IBGE, além da fundação dos povoados de Ramilândia, Missal e Vera Cruz.

Até o início da década de 1970 a relação existente entre Foz do Iguaçu, a cidade fronteiriça no Paraguai e a cidade fronteiriça na Argentina era consideravelmente mínima, exceção, é claro, ao período anterior e durante a criação da Colônia Militar.

Ciudad Del Este, capital do Departamento paraguaio de Alto Paraná e segunda maior cidade do país, foi fundada em 1957, denominada de Puerto Flor de Lis, passando logo depois a Puerto Presidente Stroessner, como permaneceu até 1989. Teve a sua gênese a partir de uma ação nacional planejada, reconhecida como Marcha para o Leste, sob orientação geopolítica de enfatizar as relações com o Brasil e, principalmente, abrandar os laços de dependência com a Argentina. Para tanto, contava com a ampliação das possibilidades de comunicação, dada a prevista construção da ponte entre Paraguai e Brasil, que posteriormente foi denominada Ponte da Amizade (IPARDES, 2008).

Puerto Iguazu, na Argentina, com participação mais modesta na dinâmica econômica e social da fronteira, teve suas relações intensificadas somente a partir do início das obras de Itaipu – geograficamente mais distante do Brasil e do Paraguai, foi fundada em 1901 sob o nome de Puerto Aguirre – data que coincide com a da abertura do caminho das Cataratas. Em 1943 é elevada à categoria de município de Puerto Iguazu (IPARDES, 2008).

1.3 - A inserção de Foz do Iguaçu na rede urbana até os anos de 1970

O município de Foz do Iguaçu teve a sua gênese a partir de 1889, ano em que se deu a criação da Colônia Militar. O espaço territorial destinado para a Colônia foi de 112.500 hectares, tendo como marco de referência 25 quilômetros no sentido Leste-Oeste e 40 quilômetros no Rio Paraná, contados desde a foz do Rio Iguaçu no sentido Norte-Sul. A área da Colônia encontrava-se isolada das demais regiões do Estado em função das dificuldades de transporte, representadas pelas picadas ervateiras. O projeto colonizador daquela área foi difícil, pois eram poucos aqueles que se dispunham a enfrentar as inúmeras dificuldades de acesso e de sobrevivência. Yokoo (2002, p.39) explicita que:

[...] havia predominância de colonos assentados, qualificados e velhos, imprestáveis (provavelmente, tratava-se de pessoas com deficiências físicas, mentais ou portadoras de algumas doenças incuráveis). Na realidade, os idosos ou doentes assentados na condição de colonos eram trabalhadores demitidos após muitos anos de labuta nas obras.

Em 1905 as terras da Colônia já estavam divididas e distribuídas pelo governo em lotes agrícolas e urbanos, sendo que a população colonial era composta por 58 famílias. A grande maioria dos colonos dedicou-se à extração e venda de madeira e a coleta da erva-mate existente nos lotes recebidos. Com o término desses recursos em seus lotes coloniais, passaram a extraí-los em terras devolutas, situadas nas imediações das terras da Colônia.

Não existia estímulo por parte da administração superior da Colônia Militar para que os colonos iniciassem a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da própria Colônia, pois, como atesta o capitão Lindolfo de Siqueira Bastos em seu relatório, “não existe na sede [Colônia Militar] uma única plantação de hortaliças ou árvores frutíferas, o que seria sinal de indolência” (BASTOS apud WACHOWICZ, 1987, p.26).

Neste sentido, Wachowicz (1987) acrescenta que a finalidade primordial da fixação de colonos era incentivar o povoamento por brasileiros e proporcionar a produção de gêneros alimentícios. Todavia, por diversos motivos, a administração da Colônia não atingiu seus objetivos e no ano de 1912 o Ministério da Guerra a extinguiu, devolvendo-a para a administração do Estado do Paraná. Dois anos mais tarde, em 1914, a localidade foi oficialmente declarada Município de Vila Iguaçu. Neste momento a cidade era considerada como “fim do mundo”, a comunicação com o restante do país era praticamente inexistente e o acesso, uma batalha para poucos. Otilia Schimmelpfeng afirma:

Revestia-se, pois, de heroísmo empreender viagem através do sertão, via Guarapuava, percorrendo ‘ínvios caminhos’, assinalados por picadas que rompiam a espessa e misteriosa mata, num percurso de léguas e léguas de extensão, isolando-se do resto do mundo civilizado; até alcançar a clareira iguaçuense (SCHIMMELPHENG, 1991, p.58).

Considerando a dificuldade de comunicação com os núcleos maiores em território brasileiro, a cidade voltou-se para aqueles núcleos que existiam na região do Prata, tornando-se economicamente dependente dos comerciantes platinos. Estes, por sua vez, temerosos dos desdobramentos futuros que poderiam lhes caber com a presença de um núcleo urbano constituído inteiramente por brasileiros, passaram a prejudicar Foz do Iguaçu, exercendo forte pressão no sentido de obstaculizar o seu desenvolvimento material (LOPES, 2002).

Desta forma, o porto de Posadas, na Argentina, detinha uma importância difícil de ser suplantada por qualquer outro núcleo que tivesse localização no eixo de penetração oferecido pelo Rio Paraná. Em suas movimentadas ruas encontravam-se os produtos que seriam embarcados e direcionados pelo rio; era ali também o local para onde os peões de toda a região se dirigiam para usufruir de bares e prostíbulos, além dos hotéis que abrigavam os turistas que tinham como destino as Cataratas do Iguaçu.

Além disso, a moeda utilizada com maior frequência era a argentina, seguida da paraguaia, já que o dinheiro brasileiro não tinha lugar entre as outras duas. Lopes (2002) aponta que as diferenças cambiais só deixaram de existir quando as autoridades competentes da Colônia fizeram, através de um constante policiamento, com que eles possuíssem o mesmo valor dentro dos limites coloniais. O envolvimento era tamanho com os países vizinhos que a vida na fronteira era composta de aspectos de ambos os países. Catta (2002, p.30) aponta que:

Assim, observamos que nessa fronteira as interpelações culturais, econômicas, sociais e políticas não poderiam ser senão de uma tal frequência e intensidade que costumes, experiências, gostos, moeda e língua se intercambiavam e se misturavam, num hibridismo digno de uma mini-babel do século XXI.

Apesar das dificuldades mencionadas, os trabalhos de edificação no núcleo urbano de Foz do Iguaçu estavam sendo desenvolvidos. Brito (2005) retrata que a pouca ajuda enviada pelo governo foi destinada à construção de alojamentos para a diretoria. Ergueu-se uma farmácia, a casa do médico, depósito de gêneros alimentícios, ferraria, carpintaria e mais alguns casebres. Em seus domínios iniciou-se o cultivo do milho, feijão, mandioca, banana, cana de açúcar, café em pequenas quantidades, além do fabrico de erva-mate, de farinha de mandioca, do açúcar, da cachaça e da farinha de milho.

A atividade turística na cidade despontou no ano de 1915, quando o primeiro hotel⁸ foi construído. As visitas às Cataratas do Iguaçu aconteciam de forma bastante rústica, por meio de carruagens que percorriam, durante seis a sete horas, inóspitos caminhos até chegar ao hotel⁹. Para chegar até as quedas era necessária

⁸ Hotel Brasil, de propriedade do Sr. Frederico Engel.

⁹ Filial do Hotel Brasil localizada próximo às Cataratas do Iguaçu. "Ali o 'turista' encontrava hospedaria simples, mas agradável e acolhedora, onde permanecia o tempo indispensável para a excursão às quedas" (SCHIMMELPHENG, 1991, P.30).

muita coragem e disposição, já que as trilhas ficavam na margem do Rio Iguaçu, em caminhos estreitos e sinuosos.

No papel de cidade fronteira, a questão referente à fiscalização alfandegária mostra-se de fundamental importância. Todavia, neste período era praticamente inexistente, pois segundo Colodel (1992), os salários eram irrisórios e os poucos que resolviam trabalhar nessas repartições públicas em pouco tempo se tornavam alvo fácil do processo de corrupção e subornos que por ali eram frequentes¹⁰. Neste sentido, a maior parte da produção de madeira ou de erva-mate exportada não era controlada pela aduana de Foz do Iguaçu, pois o cargo de fiscal contava com baixos salários, ou seja, eram poucos os que se submetiam a este trabalho. Wachowicz (1987, p.128) enfatiza que:

Em Foz do Iguaçu não existia infraestrutura adequada, e a literatura consultada nos informa que a única embarcação da aduana local, para combater o contrabando pelo Rio Paraná, tinha como barqueiro um paraguaio, exatamente pela falta de brasileiro habilitado e que se dispusesse a receber os baixos salários oferecidos para esta função.

A cidade permaneceu sob estas condições por praticamente duas décadas, quando em meados de 1930 verifica-se um pequeno crescimento populacional, além de um tímido desenvolvimento urbano, conforme pode ser visualizado na foto 1. Brito (2005, p.90), descreve esta situação da seguinte maneira:

[...] como sinal do progresso, observamos mais que no período de 1931 a esta data estabeleceram 12 casas comerciais, duas máquinas para descascar arroz, uma para fabricar gelo, três engenhos para serrar madeira. Trabalham efetivamente cinco olarias, e destas casas comuns, possui edifícios notáveis como o do quartel da companhia do exército nacional, estacionada aqui e os da capitania do porto da marinha brasileira, atestado evidente do progresso de um povo. [Sic]

¹⁰ Exemplificando esta situação, Lopes (2002, p.61) salienta que “[...] em 1919, a força pública paranaense contava com apenas 18 homens destacados em Foz do Iguaçu, que deveriam exercer vigilância sobre milhares de quilômetros quadrados, desde Foz até Guaíra.”



Foto 1: Vista parcial da Avenida Brasil de Foz do Iguaçu, em 1936
Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

Brito (2005) aponta também que neste período foram construídos campos de aviação em vários pontos do município, além de um correio aéreo militar que efetuava quatro viagens mensais; em abril de 1942 foi inaugurado o aeroporto municipal.

No início da década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, foi anunciado um conjunto de medidas que objetivavam reforçar a brasilidade de seus habitantes. Dentre as medidas estava a Marcha para o Oeste, e Foz do Iguaçu foi a primeira cidade a ser atingida pelo projeto. A obrigatoriedade do uso da língua nacional foi imposta em todas as repartições públicas e comerciais. “[...] Documentos, ofícios, abaixo-assinados, listas de preços, avisos e quaisquer outros meios de informação deveriam ser escritos em língua portuguesa” (WACHOWICZ, 1987, p.206).

Além disso, a moeda nacional impreterivelmente deveria reger todas as transações comerciais, e como forma de afirmação da língua, todas as localidades compreendidas pelo município deveriam receber jornais de Curitiba gratuitamente, para que ficassem informadas do que acontecia no território nacional. Em 1932, outra medida neste aspecto foi tomada, com a chegada a Foz do Iguaçu de um contingente militar responsável por reforçar o policiamento da região.

Em setembro de 1943, com a função de capital, o município passou a pertencer ao Território Federal do Iguaçu. Esta situação se estendeu por oito meses, até que em maio de 1944, por meio do Decreto-Lei 6.550, foram redefinidos os limites para os territórios criados e aconteceu uma nova divisão de municípios.

Nesta realização, o município de Laranjeiras assumiu o papel de capital do Território do Iguaçu. Nesta perspectiva, Schimmelpfeng (1991, p.64) expressa:

[...] a situação em Foz do Iguaçu era tão precária [...], carente de recursos, de tudo; isso levantou uma grande esperança, principalmente porque Foz do Iguaçu [seria] a sede deste território. Foi uma coisa, foi como um alvorecer de uma outra vida para Foz do Iguaçu, a criação do Território Iguaçu [...]. Embora demorasse um pouco, uma fase grande, aguardando a constituição do governo, também foi muito animador, esperançoso. Mas, no dia que eles transferiram a capital para outro local, que foi Laranjeiras, aí caiu toda a esperança.

A efêmera existência do Território Federal do Iguaçu trouxe uma gama de benefícios para toda a região, principalmente na área de infraestrutura, com a construção de estradas, escolas e hospitais. Extinto o Território do Iguaçu, o município de Foz do Iguaçu passou novamente a integrar o território do Estado do Paraná. Várias foram as manifestações contra a extinção do Território, inclusive umas delas ocorreu em nível estadual, através do Diário da Tarde, publicado em 07 de outubro de 1948 (citado por LOPES, 2002, p. 254):

Foz do Iguaçu só existe, pois, no pensamento do governador, na área de suas referidas terras, porquanto todo o opulento município se encontra no mais completo e criminoso esquecimento. Sem estradas, sem pontes, sem edifícios escolares, sem melhoramentos e sem verbas, aquela zona começa a decair na maior das ruínas, transformada em triste e desoladora tapera. Fossem quais fossem os erros das administrações do Território, o fato é que o Governo Federal enviava para ali largos recursos, com os quais importantes melhoramentos eram realizados, produzindo um trabalho de ativo e contínuo progresso em todas as iniciativas empreendidas. Depois que o território retornou ao Estado, entrou em decadência, em marasmo e aniquilamento. É que o nosso governador descuro de assistir aquele município, permitindo que a descrença e o desengano invadissem a alma do nobre povo de Foz do Iguaçu.

Em meados da década de 1950 a dinâmica da fronteira passou por modificações. Estas modificações estão relacionadas com os brasiguaios¹¹, já que grande parte dos brasileiros que se direcionaram ao Paraguai procedeu do próprio Estado do Paraná. As primeiras entradas em massa de brasileiros em território paraguaio aconteceram em 1954, e em sua maioria eram compostas por grandes proprietários de terras.

¹¹ Brasiguaios são brasileiros estabelecidos no Paraguai em áreas fronteiriças com o Brasil. A denominação tem origem na junção das palavras brasileiro e paraguaio.

Zaar (2001, p.10) aponta que foi em 1961, com a criação do programa “*marcha al este*” que tinha como objetivo oficial “[...] ocupar a fronteira leste paraguaia com campesinos paraguaios [...]”, que o processo se acelerou com a venda de imóveis rurais a latifundiários e empresas estrangeiras. Neste sentido, e com o apoio do *Instituto Bienestar Rural* – IBR (órgão latifundiário paraguaio), algumas destas terras transformaram-se em projetos de colonização privados, oferecendo deste modo, terras baratas e férteis aos agricultores que se dispusessem a migrar para o Paraguai.

Sendo assim, as mudanças ocorridas no Oeste paranaense, que num período anterior produziram efeito em toda a área de fronteira, desta vez – e em outras circunstâncias – são vivenciadas pelo Paraguai. Os fluxos migratórios novamente tiveram papel fundamental na relação dos dois países. Entretanto, “[...] em outro contexto histórico-espacial, onde o Brasil já havia consolidado as dimensões de seu território, é o Paraguai que passa a sofrer os efeitos das migrações” (ROSEIRA, 2006, p.78).

Após uma forte divulgação, os pequenos proprietários agrícolas da região Sul do Brasil sentiram-se atraídos pela idéia de migrar para o Paraguai. Alguns destes residiam nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, outros, na própria região Oeste do Paraná. Em sua maioria, adquiriram terras, construíram suas casas e passaram a cultivar soja, o que fez com que o Paraguai também se tornasse produtor e exportador deste produto agrícola (ZAAR, 2001).

Zaar (2001), ao tratar da questão relacionada ao processo de migração de brasileiros em direção ao Paraguai, explicita que o Estado brasileiro entendia este processo como um meio de diminuir as tensões internas que existiam na área rural ou também com objetivos geopolíticos. A autora salienta ainda que “[...] o apoio entre os dois governos autoritários nunca foi tão forte como neste período, e este grupo de migrantes representa um exemplo de identidade cultural que, ao superar os limites de um Estado, consegue manter seu idioma e tradições frente à sociedade que o acolhe¹²” (ZAAR, 2001, p.12).

¹² “Com a visita do Presidente Vargas a Assunção em 1941, começou um processo de aproximação entre o Brasil e o Paraguai que mudaria o padrão de relações até então reinante na região. Além de uma série de acordos sobre intercâmbios comerciais, técnicos e culturais, naquele mesmo ano foram concedidas facilidades portuárias ao governo paraguaio no porto de Santos. Em 1955, a Comissão Mista Paraguaio-Brasileira começou a construção da rodovia entre Coronel Oviedo (PY) até a margem do Rio Paraná à altura de Foz de Iguaçu. Em 1956, foram concedidas facilidades portuárias no porto de Paranaguá. Em

A década de 1960 é marcada por grandes transformações, alterando desta forma a dinâmica da cidade de Foz do Iguaçu. No ano de 1965 foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade, facilitando o acesso entre Brasil e Paraguai e principalmente o acesso do Paraguai para o mar. Através da Ponte da Amizade, como se pode visualizar na foto 2, iniciaram-se também as exportações de mercadorias brasileiras para o país vizinho. Estas ações proporcionaram uma maior proximidade diplomática entre Brasil e Paraguai, além de futuros acordos entre ambos.

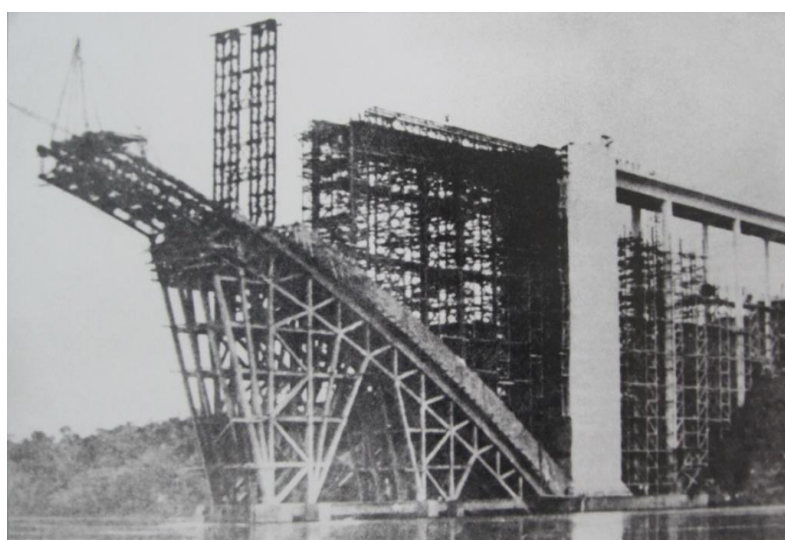


Foto 2: Vista parcial da construção da Ponte Internacional da Amizade, sobre o Rio Paraná: 1956/1965. Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

A pavimentação e inauguração da BR-277, no ano de 1969, pode ser considerada como uma grandiosa obra em favor de Foz do Iguaçu, pois através desta rodovia diversos processos políticos e econômicos ocorreram com mais agilidade e rapidez. Entre estes processos, destacam-se a atividade turística e principalmente a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que transformou em todos os aspectos a funcionalidade e a dinâmica existente nesta cidade e nesta rede urbana.

1965, foi inaugurada definitivamente – pois já tinha sido inaugurada alguns anos antes, ainda sem terminar – a Ponte da Amizade, unindo Puerto Presidente Stroessner e Foz do Iguaçu; ponte construída e financiada pelo governo brasileiro. Em 1969, se inaugurou a rodovia BR-277, que une Foz de Iguaçu a Curitiba, completando-se o corredor que ligava o centro de Paraguai com a costa brasileira” (RABOSSI, 2004, p.17).

1.3.1 - Atividades agropecuárias em Foz do Iguaçu

Como mencionado, a partir da ocupação da área de Foz do Iguaçu, as atividades de maior destaque foram, por mais de três décadas, a extração e comercialização da madeira e da erva-mate. Um dos objetivos principais da fundação da Colônia Militar foi o estabelecimento de áreas de produção de gêneros alimentícios, porém este objetivo não alcançou os resultados esperados justamente pelo destaque e rendimento que a extração de recursos naturais proporcionava àquela população.

Durante a década de 1930 verifica-se o cultivo em pequenas quantidades de milho, feijão, mandioca, banana, cana de açúcar e café, além da criação de gado e suínos para a própria manutenção da população. Considerando que a efetiva ocupação da porção extremo Oeste paranaense se deu através do Projeto Marcha para o Oeste, com a atuação das colonizadoras, foi a partir deste momento que as atividades agropecuárias daquela região iniciaram-se de modo mais efetivo.

Ao analisar os dados do censo agrícola do IBGE de 1950, uma ressalva deve ser explicitada: no período da coleta de dados a área Oeste estava dividida em Foz do Iguaçu e Guarapuava, ou seja, mesmo com a criação de novos povoados, naquele momento os mesmos ainda estavam na área de Foz do Iguaçu. No censo de 1960 o município de Foz do Iguaçu já não era o único, fato que possibilita melhor entendimento acerca dos dados. Outro ponto fundamental é considerar que o território de Foz do Iguaçu passou por uma série de desmembramentos até o final da década de 1960. Um dos elementos observados pelo IBGE foi a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais conforme tabela 1 a seguir.

Tabela1- Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu: 1950/1970

Grupos de área	1950		1960		1970	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Até 49 ha	191	5.219	1.120	21.116	1.371	23.337
50 a 100 ha	105	8.043	231	14.287	105	7.427
101 a 500 ha	84	15.472	139	21.756	69	12.872
Acima de 501 ha	07	5.321	09	29.130	06	15.060
Total	387	34.055	1.507	86.289	1.551	58.696

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Em 1950 observa-se que os estabelecimentos com até 49 ha eram numericamente predominantes, representando 49,35% do total, enquanto a área representava apenas 15,32%. Aqueles entre 50 e 100 ha representavam 27,13% do total dos estabelecimentos e 23,61% do total das terras. Ambos os extratos, no entanto, perfaziam 76,48% dos estabelecimentos e 38,94% da área total. São os estabelecimentos entre 101 e 500 ha que representavam 45,43% do total das terras e 21,7% dos estabelecimentos. Os grandes estabelecimentos, acima de 501 ha representavam 15,62% da área e 1,80% do total de estabelecimentos.

Em 1960, a primeira observação diz respeito ao aumento do número de estabelecimentos e da área ocupada pelos mesmos em razão da continuidade de loteamentos. Desta maneira, verifica-se que a área total aumentou de 34.055 para 86.289 ha em relação a 1950, face à ocupação de terras antes recobertas por florestas. No entanto, em 1960 a estrutura dimensional das propriedades continuava com as mesmas características da década anterior, pois o número de estabelecimentos com área inferior a 49 ha representava 74,60% do total, perfazendo uma área de 24,47% do total de terras. Os estabelecimentos entre 50 e 100 ha representavam 15,32% do total, com área de 16,55% do total. Por sua vez, os estabelecimentos de 101 a 500 ha compreendiam 9,4% do total, com 25,21% da área total, enquanto os estabelecimentos acima de 500 ha representavam 0,5%, perfazendo 33,75% da área total.

Já em 1970 nota-se, de modo geral, que a área ocupada foi reduzida, sendo representada por 58.696 ha. Este fato é justificado pela emancipação de alguns povoados e distritos que estavam localizados no município de Foz do Iguaçu.

Observa-se, contudo, que em 1970 os estabelecimentos com até 49 ha representavam 88,39% do total, com 39,75% da área total. Os estabelecimentos com área entre 50 e 100 ha representavam 6,76% e 12,65% do total de terras. Juntos, os estabelecimentos de até 49 ha e aqueles entre 50 e 100 ha perfaziam 52,4% do total de terras. Já os estabelecimentos entre 101 e 500 ha totalizavam 4,44%, contando com 21,92% da área, enquanto aqueles acima de 501 ha representavam 0,3% dos estabelecimentos, com ocupação de 25,65% da área total.

Ao analisar o uso desta terra, de acordo com a tabela 2, verifica-se que em 1950 a maior parte das terras estava ocupada por matas, compreendendo 56,33% do total; permitindo que se entenda ainda a expressividade da extração da madeira e, até certo ponto, da erva-mate.

Tabela 2 - Uso da Terra em Foz do Iguaçu: 1950/1970

Atividade	1950	1960	1970
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	4.052	9.376	13.135
Lavoura permanente	158	5.199	740
Pastagem	4.148	8.518	15.284
Matas naturais	57.909	23.538	18.912
Terras incultas	6.301	2.425	2.092
Total	72.568	49.056	50.163

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Os dados evidenciam que a área ocupada por atividades agropecuárias (8.358 ha), exceto matas e terras incultas, representava 88,48% do total em 1950. No município de Foz do Iguaçu o predomínio de lavouras temporárias perfazia 48,48% da área, as lavouras permanentes ocupavam 1,89% das terras, enquanto as pastagens ocupavam 49,62%.

Em 1960 observa-se inicialmente a redução da área total, comparativa a 1950, em razão da continuidade dos desmembramentos municipais. Outro elemento importante é a redução, em relação a 1950, da área ocupada por matas e terras incultas. Na contrapartida, a área ocupada pela lavoura temporária e permanente foi ampliada de modo significativo. Se excetuarmos do total das terras de uso agropecuário aqueles ocupados pelas matas, as lavouras temporárias representavam 36,74%, as lavouras permanentes 20,37% e as pastagens ocupavam 33,38%.

Em 1970 a área total permaneceu estável, mas continuou a redução de áreas ocupadas por matas, enquanto a área de lavoura permanente foi fortemente reduzida; as áreas de lavoura temporária e de pastagens foram as de maior incremento, representando exceto a área de matas – 42% e 48,90%, respectivamente.

Com relação aos principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu, os dados apresentados na tabela 3 mostram que em 1950 as maiores produções foram de milho, cana-de-açúcar, arroz, feijão e trigo. Considerando que em 1960 houve um acréscimo na área destinada a lavouras temporárias, observa-se a maior produção de milho, feijão, arroz, cana de açúcar e trigo, respectivamente. Em 1970 verifica-se redução na produção de arroz, feijão e cana-de-açúcar, enquanto o trigo permaneceu estável em comparação a 1960; o milho apresentou expansão em terrenos de área plantada e quantidade colhida.

Tabela 3 - Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1950/1970

Principais Culturas	1950		1960		1970	
	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)
Arroz	275	239	1680	999	805	743
Cana-de- açúcar	1.549	51	82	- -	431	23
Feijão	247	283	2.039	2200	1.296	1.961
Milho	4.453	2.570	10.155	5.099	13.108	6.844
Trigo	58	111	282	261	230	280

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Em relação à pecuária no município de Foz do Iguaçu, de acordo com a tabela 4, verificamos que na década de 1950 a quantidade de animais criados é relativamente pequena, sendo que o número de bovinos era de 4.960 e suínos de 14.122. Mais uma vez, percebe-se através destes dados que o número de criadores era pouco significativo, se considerar e/ou comparar com a criação realizada em outras regiões do Estado do Paraná no mesmo período.

Tabela 4 - Atividade pecuária de Foz do Iguaçu: 1950/1970

Atividades Pecuárias	1950		1960		1970	
	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças
Bovinos	295	4.960	1.085	14.207	1.951	21.802
Equinos /muars	224	845	795	1.507	556	1.025
Ovinos	34	571	44	384	27	383
Suínos	348	14.122	1.353	29.653	1.216	22.644
Aves	369	25.427	1.965	108.058	1.489	117.905

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Já na década seguinte visualiza-se ampliação na pecuária, onde o número de cabeças de gado contabilizava um total de 14.209, 29.653 de suínos e 108.058 de aves. Na tabela anterior observamos o acréscimo na produção de milho na década de 1960, e este aumento está relacionado com a criação de suínos e aves, os quais tinham sua alimentação baseada no milho. Em 1970 novamente percebe-se um grande crescimento na produção de bovinos e de aves, enquanto as demais criações permaneceram estáveis ou reduziram o número de cabeças, como é o caso dos suínos.

É importante destacar que ao longo do período de colonização e estruturação desta rede urbana, a área municipal de Foz do Iguaçu foi consideravelmente reduzida, já que na década de 1970 o município possuía uma área total de 878 km², reduzida para 630 km² em 1980 até chegar aos 550 km² no ano de 1991. Diante desta constatação, Catta (2009, p.45) afirma que:

[...] os reflexos negativos para a população não se limitaram à perda de grandes extensões de terras férteis, mas também de restrições as possibilidades de diversificação de sua economia, já que a atividade agropecuária praticamente ficou limitada às pequenas propriedades, e não ocorreu um incremento da agroindústria.

A partir de 1950, quando a ocupação já estava avançada, a agropecuária começou a se tornar uma importante atividade. Esta era realizada predominantemente por pequenos estabelecimentos, que vendiam sua produção excedente no centro urbano do município. Esta situação foi sendo alterada com o passar dos anos, tendo em vista que, atrelada ao processo de desmembramentos municipais, a área destinada às atividades agropecuárias cresceu, mas não na mesma proporção das demais áreas do Estado. Desta forma, as atividades agropecuárias permaneceram com as mesmas características das décadas anteriores.

Todavia, com a redução da área municipal de Foz do Iguaçu, muitos agricultores, assim como novos moradores que chegavam a Foz do Iguaçu, direcionavam-se ao núcleo urbano do município. Esta dinâmica tornou o processo de urbanização mais acentuado, conforme verificaremos na próxima parte.

1.3.2 - Atividades urbanas em Foz do Iguaçu

Vinculada ao processo de ocupação das terras e do desenvolvimento das atividades agropecuárias nas décadas de 1950, 1960 e 1970, ocorreu a estruturação e expansão do núcleo urbano de Foz do Iguaçu. Primeiramente pela implantação de atividades urbanas direcionadas para as necessidades da população em determinado momento, ou seja, de acordo com a expansão do povoamento e das atividades rurais, a cidade iniciou o processo de comercialização do excedente produzido¹³, além de ofertar bens e serviços para a população do campo e da cidade.

Podemos considerar que as atividades urbanas só atingiram maior complexidade a partir do final da década de 1950, quando passaram a desempenhar os papéis atribuídos em sua inserção na divisão territorial do trabalho. Neste sentido, mesmo considerando que a cidade teve a sua gênese ainda no final do século XIX, com o advento da Colônia Militar, Foz do Iguaçu passou a atender a população com serviços e comércio algumas décadas depois. Isto pode ser verificado inicialmente pela evolução da população entre 1950 e 1970 (tabela 5), onde Foz do Iguaçu contava com uma população total de 16.420 habitantes, dos quais 20,70% era população urbana (IBGE, 1950). O Censo de 1960 mostra que a população total era de 28.080 habitantes, e a urbana representava apenas 13,63% do total.

Tabela 5 - População de Foz do Iguaçu: 1950/1970

Ano	Total	População urbana	População rural
1950	16.420	3.400	13.020
1960	28.080	3.830	24.250
1970	33.970	20.150	13.820

Fonte: Censo Demográfico, IBGE 1950 e 1960 e 1970.

¹³ Importante considerar que na década de 1950, de acordo com os dados do censo agrícola, ainda era relativamente pequena a produção agrícola, com reduzido excedente para a comercialização.

Os dados evidenciam importante crescimento populacional total entre 1950 e 1960 (71%), refletindo a dinâmica da ocupação das terras através dos loteamentos rurais, bem como a área ou ainda atrativos a migração de pessoas em busca de melhores condições de vida. Da mesma forma, no período considerado a população urbana aumentou 12,64%, expansão muito menor que o crescimento da população total e rural. Assim, até 1960 a população era majoritariamente rural. Este crescimento populacional está relacionado, em parte, com os desmembramentos ocorridos ao longo da década de 1960 e que induziram o deslocamento de muitas famílias para Foz do Iguaçu.

Em 1970 verificam-se importantes modificações. A população total continua crescendo, mas entre 1960 e 1970 foi da ordem de 20,95%. A população urbana, que até então era pequena, passou a representar 59,31% do total, evidenciando a inversão da distribuição da mesma. A população rural foi reduzida em comparação a 1960. Este rápido crescimento está atrelado aos processos de desmembramentos, pois com a redução da área de Foz do Iguaçu ocorreu a concentração populacional, a chegada de muitas pessoas que antes se concentravam nas vilas e distritos próximos, assim como a migração de pessoas de outras áreas do Estado e do país.

A partir dos dados acima é possível compreender que até o ano de 1960 a cidade de Foz do Iguaçu correspondia a um pequeno núcleo urbano, cuja dinâmica de atividades estava fortemente articulada ao atendimento das demandas rurais, seja da população ou da produção.

Desta forma, o urbano foi estruturado com o intuito de ofertar bens e serviços de coleta, beneficiamento e comercialização da produção rural, além de atividades ligadas ao comércio em geral (tabela 6).

Tabela 6 - Estabelecimentos comerciais em Foz do Iguaçu: 1950/1970

Atividades	1950		1960		1970	
	Estabs.	Pessoas Ocupadas	Estabs.	Pessoas Ocupadas	Estabs.	Pessoas Ocupadas
Comércio Varejista	64	140	120	386	246	644
Comércio Atacadista	04	132	09	68	35	304
Total	68	272	129	454	281	948

Fonte: Censo Econômico IBGE 1950, Censos Comercial e de Serviços, IBGE, 1960 e Censo Comercial, IBGE, 1970.

Observa-se que, na década de 1950, a cidade de Foz do Iguaçu contava com 64 estabelecimentos de comércio varejista e quatro estabelecimentos de comércio atacadista, com 272 pessoas ocupadas. Em 1960 o número de estabelecimentos ligados ao comércio varejista dobrou, visto que estes somavam 120 e contavam com 386 trabalhadores. Já em relação ao comércio atacadista, nota-se que também ocorreu um crescimento, já que estes totalizavam nove estabelecimentos, contudo o número de pessoas ocupadas diminuiu de 132 para 68.

Embora tenha ocorrido crescimento dos estabelecimentos comerciais entre 1950 e 1960, foi entre 1960 e 1970 que este aumento se tornou mais significativo. Em 1970, os estabelecimentos ligados ao comércio varejista somavam 246, e aqueles ligados ao comércio atacadista totalizavam 35. Muito deste crescimento está relacionado ao incremento populacional do período, juntamente com a demanda desta nova população.

Por outro lado, em relação à atividade industrial, de acordo com a tabela 7, verifica-se que em 1950 Foz do Iguaçu contava com 27 estabelecimentos industriais, dos quais 20 eram do ramo madeireiro, cinco do ramo mineral e dois do alimentar. Em 1960 nota-se redução dos estabelecimentos industriais, especialmente dos madeireiros, enquanto que em 1970 verifica-se relativo crescimento, tanto dos ramos já existentes nas décadas anteriores, como o estabelecimento de novas indústrias nos ramos de minerais não metálicos, mecânica, material elétrico e editorial e gráfica. Embora tenha ocorrido incremento industrial em Foz do Iguaçu entre as décadas de 1950 e 1970, os dados apontam para a ausência de um amplo e diversificado setor industrial em comparação com outros municípios do Estado.

Tabela 7 - Estabelecimentos industriais em Foz do Iguaçu: 1950/1970

Indústrias	1950		1960		1970	
	Estabs.	Pessoas Ocupados	Estabs.	Pessoas Ocupados	Estabs.	Pessoas Ocupados
Madeira	20	285	04	27	23	89
Mobiliário	---	---	01	03	06	50
Produtos Alimentares	02	07	03	05	06	50
Metalúrgica	---	---	02	10	03	24
Extração de Minerais	05	75	---	---	01	x
Prod. Minerais não metálicos	---	---	---	---	14	94
Mecânica	---	---	---	---	02	x
Material elétrico	---	---	---	---	02	x
Editorial e Gráfica	---	---	---	---	03	08
Total	27	367	10	45	74	302

Fonte: Censo Industrial, IBGE 1960 e 1970; Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, 1959,

Cabe destacar que, por situar-se em uma zona fronteiriça, Foz do Iguaçu mantinha, além do comércio local, algumas relações comerciais internacionais com a Argentina e o Paraguai, principalmente na exportação de madeiras.

O serviço de transportes, de fundamental importância para o fluxo de pessoas e mercadorias, acontecia por meio das rodovias, dos rios navegáveis e também através do serviço regular de aviação comercial até o final da década de 1960. Em relação ao transporte rodoviário, a BR-277, concluída em 1969, constituía o principal acesso entre Foz do Iguaçu e Curitiba.

O transporte fluvial era realizado com embarcações denominadas “rebocadores” e “chatas”. Carregavam exclusivamente madeira no Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Toledo, enquanto que o transporte aéreo era efetivado por empresas particulares que contavam com um aeroporto relativamente bem aparelhado e seus três campos de pousos. Foram registrados no ano de 1956, 99 veículos motorizados, sendo “[...] 24 automóveis de tipos e marcas diversas e 75 caminhões” (IBGE, 1959, p.218). A grande quantidade de caminhões em Foz do Iguaçu está relacionada ao transporte de madeira.

A assistência médico-sanitária era ofertada por dois médicos, três dentistas e um farmacêutico, e a cidade contava ainda com três farmácias. Em relação aos estabelecimentos de ensino, na década de 1950 existiam 18 unidades escolares de ensino fundamental comum, um estabelecimento de ensino extra primário, o Ginásio

Estadual com uma escola Normal anexa. Foz do Iguaçu contava com dois cinemas: o Cine Star, com 600 lugares e o Cine Iguaçu, com 144, além da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu e do periódico “A Notícia”, de periodicidade mensal (IBGE, 1959, p.219).

Em relação à atividade turística, esta teve a sua gênese concomitante ao processo de ocupação, mas evidente que de forma bastante rústica no início e desenvolvendo-se paulatinamente com o passar dos anos. Na década de 1960 a cidade contava com 50 hotéis e 20 restaurantes, denotando relativo desenvolvimento das infraestruturas destinadas ao turismo (SINOPSE, 1972).

As funções urbanas em Foz do Iguaçu foram organizadas com a perspectiva de atender a sua população urbana e rural através de atividades comerciais, industriais, bancárias e prestadoras de serviços. Percebe-se neste sentido que, embora as funções de distribuição de bens e serviços à população local tenham acontecido de forma lenta, a cidade possuía uma importância fundamental para a sua população e para as vilas e distritos encontrados em sua área municipal. A foto 3 apresenta a vista parcial da Avenida Brasil em Foz do Iguaçu (onde estavam concentrados os principais estabelecimentos comerciais) em 1970.



Foto 3: Avenida Brasil: década de 1970.
Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

Quando o IBGE (1972) identificou a rede urbana de Cascavel, onde se inseriu Foz do Iguaçu, verifica-se que esta tinha articulada a ela duas cidades e outras dez vilas e distritos existentes na área que viria a se configurar como a rede urbana de

Foz do Iguaçu. Por outro lado, as atividades existentes eram pouco complexas e pouco dinâmicas, além da rede urbana ser pequena e os núcleos se localizarem distantes um dos outros e principalmente de Foz do Iguaçu.

Até 1970 Foz do Iguaçu constituiu suas atividades rurais com base nas pequenas propriedades agrícolas, contava com um pequeno núcleo urbano fornecendo bens e serviços à sua população rural e urbana. Sua inserção na rede de cidades se deu através do fornecimento dos bens e serviços aos municípios, vilas e distritos localizados em suas proximidades, sendo durante várias décadas a cidade mais importante do Oeste paranaense. Contudo, a partir de 1970, Foz do Iguaçu passou por inúmeras transformações, por inúmeros processos que alteraram a sua dinâmica. É sobre estas transformações que trabalharemos no próximo capítulo.

2 - TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA DE FOZ DO IGUAÇU

A partir da década de 1970, profundas alterações afetaram a cidade de Foz do Iguaçu e sua rede urbana em diversos aspectos, podendo-se apontar a Usina Hidrelétrica de Itaipu como grande marco de transformação e evolução. O objetivo do presente capítulo é analisar processos gerais que afetaram a cidade e que geraram transformações na dinâmica da rede urbana a partir de 1970. Para tanto, inicia-se com uma discussão sobre a questão energética no Brasil, bem como a conjuntura econômica no país, para em seguida discutir a construção de Itaipu, e finalmente pontuar as implicações e as alterações ocorridas em Foz do Iguaçu e na rede. Neste sentido, cabe apontar que os momentos de ruptura num determinado espaço estão atrelados aos processos de convergência e divergência, como nos ensina Bessa (2007).

A divergência deriva de processos contraditórios, determinados pela descontinuidade, cujo resultado é a mudança. No sentido oposto, encontram-se processos de estabilidade, marcados pela continuidade, onde o resultado é a conservação diante de forças homogeneizadoras. Diante disso, formações socioespaciais podem ser comparadas com base no grau de distanciamento ou de ruptura espaço-temporal que elas adquirem, assim como no grau de convergência. Todavia, a estrutura social e o espaço não são homogeneizados através de processos de convergência absoluta, tampouco são diferenciados através de efeitos divergentes.

Bessa (2007) explicita que estes processos não existem em si mesmos e nem são absolutos. Antes, estes processos estão associados a uma descontinuidade sistêmica, onde países, regiões e cidades podem apresentar reversão na convergência, acentuando desta forma os desequilíbrios com o acréscimo de competitividade, fato que resulta em divergências, que em algumas situações retratam características conjunturais locais, a exemplo da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no período denominado de milagre econômico brasileiro.

Sendo assim, os fatores internos interagem com os fatores externos, complementando-os e criando particularidades. As relações existentes internamente nas formações socioespaciais são marcadas por relações sociais locais, podendo

ser simétricas ou assimétricas. Desta maneira, torna-se essencial a construção de uma abordagem geográfica e histórica para verificar estas questões.

Esta situação possibilita considerar a formação, a natureza e a trajetória dos processos, relacionando fases de convergência e fases de divergência, com o intuito de compreender a evolução desigual dos lugares. A abordagem histórica do processo de construção de Itaipu remete ao entendimento da diferenciação espacial ocorrida com o início das obras e ampliada com o decorrer das mesmas, denotando-se tratar de um processo de divergência na evolução da cidade de Foz do Iguaçu e da rede urbana.

É importante destacar que, se até o início dos anos de 1970 a rede urbana regional ainda era marcada pelo pequeno número de núcleos urbanos, pela fraqueza de relações entre os mesmos e pela maior centralidade ser a de Cascavel, a partir de então, as transformações em curso permitirão a estruturação da rede de Foz do Iguaçu.

Diante disso, buscou-se o entendimento das mudanças, além da estrutura institucional e da realização de tais processos. A cada novo momento histórico, que abrange novas formas de produção e acumulação, novas relações políticas e econômicas são criadas. Tem-se o embate entre a continuidade, a descontinuidade e a ruptura dos processos, caracterizando a renovação da sociedade e a recriação constante de diferencialidades espaciais (BESSA, 2007).

Neste sentido, a totalidade, ao passar por transformações, provoca mudança nos lugares, que estão ligadas a incidência de processos gerais. Conforme os processos de mudança vão ocorrendo, tanto a sociedade quanto o espaço passam por alterações no sentido de adequar-se às necessidades e imposições advindas do movimento da própria sociedade. Santos (1985, p.57-58), nesta perspectiva, aponta que:

A cada nova totalidade social, acarreta mudanças no equilíbrio entre as diferentes instâncias ou componentes da sociedade, modificando os processos, exigindo novas funções e atribuindo diferentes valores às formas geográficas. O espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração.

As transformações na totalidade não significam que todos os lugares serão alterados da mesma maneira, pois cada um possui sua história, sua especificidade, resultando em combinações particulares das variáveis provenientes do processo

geral, produzindo assim, uma considerável diferenciação entre os lugares. De acordo com Corrêa (1989), mudanças nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, ao impor outra totalidade, impõem ao mesmo tempo transformações na rede urbana, já que esta é uma dimensão socioespacial da sociedade. Estas transformações na rede são materializadas mediante alterações na forma e na função, ou em apenas uma dessas categorias.

Dias (2008) explicita que a constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional, pois, a eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para a integração do mercado interno, já que esta integração pressupunha a elevação do grau de complementaridade econômica entre as distintas regiões brasileiras.

Verifica-se que a rede urbana brasileira passou por mudanças significativas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Até a década de 1940 a rede urbana podia ser compreendida como do tipo christalleriano; entre outros aspectos, por apresentar centros urbanos com pouca diversidade funcional, pela organização da distribuição de bens e serviços funcionar de acordo com a produção rural e com a numerosa população residente no campo (CORRÊA, 1997).

A partir da década de 1950 a rede passou por transformações, principalmente no que diz respeito à sua funcionalidade, considerando neste caso, que a forma já contava com certo grau de complexidade. Neste período o país assume um caráter industrial e urbano; entre as transformações oriundas desta nova etapa do sistema capitalista brasileiro que colaboraram para a complexificação funcional das cidades, destaca-se “[...] a industrialização, a modernização do campo e a melhoria geral da circulação” (CORRÊA 1997, p.99).

No que concerne ao processo de industrialização, a sua intensificação ocorreu através da estruturação da indústria de base e com a consolidação das indústrias de bens duráveis, enquanto as indústrias direcionadas para a agricultura passaram por expansão a partir da década de 1970. Com a rápida difusão da agroindústria no território brasileiro, uma brusca alteração no campo também ocorreu, pois o campo tornou-se “[...] lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível [...]” (SANTOS, 2008, p. 306).

Tendo isso presente, acrescentemos a técnica¹⁴ como o importante modo de relação entre homem e natureza, entre homem e o espaço geográfico, pois, “[...] as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2008, p.310).

As técnicas expressam, através dos objetos técnicos, seu conteúdo histórico e em cada momento de sua existência, da sua criação, instalação e operação, revelam a combinação, em cada lugar, das condições econômicas, políticas, sociais, culturais e geográficas que permitem seu aproveitamento. “Um desses objetos técnicos é a rede” (SILVEIRA, 2003, p.2).

A história das redes técnicas é também a história das inovações tecnológicas em resposta às demandas sociais que aparecem de determinados lugares e em determinados momentos. Esse é o sentido do surgimento, por exemplo, das redes de transportes, como a rodovia e a ferrovia, das redes de comunicação, como a telegrafia, a telefonia e a teleinformática ou das redes de energia, como a energia elétrica, os gasodutos e os oleodutos (DIAS, 2008).

Outro fator, inserido na discussão das transformações provenientes da rápida difusão tecnológica, está ligado à questão demográfica. Como consequência da mecanização do campo o êxodo rural e a população urbana aumentaram, pois os fluxos populacionais direcionavam-se para as maiores cidades, incluso as metrópoles. Neste sentido, Santos (2005, p.128) aponta que a rede urbana é “[...] cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexa [...]” pois cada cidade e seu campo assumem relações específicas.

Santos (2005) explicita também que a globalização da economia capitalista nos permite identificar a constituição de um mercado articulado e hierarquizado pelo capital monopolista. Este mercado pressupõe um espaço onde a fluidez da informação, das relações sociais, dos produtos e do capital possa ocorrer. Desta forma, a exigência permanente, pelos agentes hegemônicos, de maior fluidez resulta na ampliação e na complexificação da divisão territorial do trabalho e das várias formas de circulação.

¹⁴ Muitas vezes as noções de “técnica” e “tecnologia” tem sido empregadas para apontar o mesmo significado. Todavia, entendemos que, enquanto a técnica designa regras do modo de ação prática de como fazer, a tecnologia explicita uma espécie de teorização das técnicas, no sentido de constituir um procedimento lógico que permite a compreensão da racionalidade e da ordem presente em uma ou na articulação de mais técnicas.

Deve-se considerar o fato de que a fluidez e a funcionalidade técnica requerida ao território demonstram a importância funcional e estratégica das redes técnicas. Neste aspecto, as reflexões quanto aos efeitos e as determinações do processo de globalização da economia em relação ao papel das redes e seu envolvimento com a produção e organização do espaço geográfico em geral e do território em particular, adquirem fundamental importância (SILVEIRA, 2003). Nesta perspectiva, Santos (2000, p.79) explicita:

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.

Outra questão importante neste processo de transformação da rede urbana diz respeito às mudanças nos meios de comunicação e de transporte. Foi justamente na década de 1970 que se verificou o meio técnico-científico-informacional. Para Santos (2008, p.235):

[...] o meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas de produção.

Santos (2008) destaca a rapidez em que ocorreu a difusão de inovações nesta fase do sistema capitalista, pois de acordo com o autor “[...] as inovações técnicas introduzidas nos vinte anos após a Segunda Guerra Mundial se espalharam duas vezes mais rapidamente do que aquelas introduzidas depois da Primeira Guerra Mundial e três vezes mais do que as introduzidas entre 1890 e 1919 [...]” (SANTOS, 2008, p.178). Isso se deu porque estas inovações tornaram-se essenciais para o desenvolvimento do sistema capitalista no período de maior centralização e concentração do capital, além da redução do tempo de produção e reprodução do capital¹⁵.

¹⁵ Para Carlos (2007 p.62): “Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao específico, o segundo considera a acumulação de capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que antes foi produzido pelo trabalho humano; que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à

Neste contexto assistimos a ampliação do meio técnico-científico-informacional, que ocorre graças à adoção de um mesmo conjunto de objetos técnicos que estão presentes em escala planetária. Engendra-se assim, uma nova geografia dos lugares, com a sobreposição dos novos sistemas de objetos técnicos que muitas vezes somam-se aos preexistentes, como rodovias, aeroportos, portos, hidrelétricas, ferrovias, indústrias, bancos, etc., constituindo arranjos espaciais específicos. Com a difusão das redes de informação esse sistema é cada vez mais interdependente, já que articula diversas regiões do mundo.

Com relação às redes técnicas e de informação, Dias (2008) salienta que a história recente do desenvolvimento das técnicas de informação e de comunicação no interior das organizações econômicas aponta ritmo acelerado de transformações. De acordo com a autora ocorreram mudanças por conta da introdução de microcomputadores, da utilização das redes em tempo real e pela capacidade de análise instantânea dos dados.

A partir destas mudanças acelerou-se o ritmo de inovação em diversos campos, como na engenharia de sistemas elétricos, que permitiu a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias; por meio da associação das técnicas de telecomunicações juntamente com o tratamento de dados, as redes de telecomunicações alcançam um potencial muito maior, já que diminuem as distâncias graças à instantaneidade das transmissões.

As propriedades de simultaneidade e de instantaneidade das redes de telecomunicações propiciaram grande liberdade para novas interações. Neste sentido, os bancos constituem-se num elemento fundamental de integração do território e também de articulação deste mesmo território à economia internacional. As organizações não financeiras adquirem mobilidade enquanto introduzem novas formas de gestão, independente de tratar-se de departamentos técnicos, financeiros ou de pessoal.

Em relação às transformações técnicas, as melhorias dos sistemas rodoviário, ferroviário, aeroviário e dos instrumentos de navegação marítima e hidroviária

produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz). [...] O processo de reprodução está associado às condições de vida da sociedade e determinado por ela. São as condições sociais de produção que determinam o grau e a medida em que se darão a ampliação e o desenvolvimento de suas relações. Nesse sentido, o espaço geográfico incorpora uma diversidade que escapou à noção de meio geográfico."

proporcionam maior segurança e rapidez no processo, aumentando a fluidez potencial do território. Pereira (2009) aponta que o uso do *contêiner*, por exemplo, garantiu a integração de diferentes modais, permitindo rapidez e articulação dos sistemas de transporte, tornando o movimento das cargas fácil e seguro. Outro exemplo importante, neste caso para demonstrar o uso de sistemas de redes de informação conjugado às redes de transporte, diz respeito à difusão das tecnologias de monitoramento e rastreamento de cargas, como é o caso dos aparelhos de rádio e GPS, que permitem atualmente falar em “[...] logística e em sistemas de *just in time* de produção e distribuição” (PEREIRA, 2009, p.124).

Nesta discussão, de acordo com Santos (1999), é a partir da unificação do tempo e do espaço em escala planetária que a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, tornando possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e criando entre lugares e acontecimentos uma relação unitária na escala mundial. Partindo desta constatação, Santos (1999, p.11) explicita que:

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos que formam o espaço, como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.

Paralelamente ao desenvolvimento das formas materiais, há também uma grande expansão das formas de produção não material, como a saúde, a educação, o lazer e até mesmo as esperanças. São formas de consumo não material que se disseminam sobre o território (SANTOS, 1999). No contexto atual, o processo de circulação se tornou tão importante quanto o processo de produção. Os fluxos, por sua vez, tornaram-se mais intensos, mais extensos e mais seletivos. Os meios de comunicação e transportes passaram por grandes avanços, viabilizando maior fluidez à circulação de pessoas, produtos, idéias, etc.

Deve-se considerar, de acordo com Santos (2008, p.237) que “[...] a expansão desse meio técnico-científico-informacional é seletiva, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras [...]”. Por este motivo,

mesmo considerando que tenha ocorrido a intensificação da produção, circulação e consumo, este processo não se dá de forma homogênea em todos os lugares, pois não é em todos os lugares que o capital encontra os elementos propícios para a sua reprodução. Este fato tem como consequência distintas inserções de cidades e redes urbanas na divisão territorial do trabalho.

Num mundo interligado, quando a mobilidade da produção do capital e das pessoas se impõe quase como regra, mesmo que não se realize da mesma forma para todos os lugares e homens, a multiplicação das redes técnicas surge como algo imprescindível. A densificação das redes, sejam elas internas a uma organização ou compartilhadas entre distintos parceiros – regionais, nacionais ou internacionais –, aparece como condição que se impõe à circulação crescente de capitais, de tecnologia e de matérias primas, ou seja, a rede surge como instrumento viabilizador da circulação e da comunicação.

É desta forma que, paralelo às alterações empreendidas no sistema produtivo capitalista durante o século XX, as redes e os sistemas de transporte conhecem significativamente a transformação na qualidade dos fluxos, influenciado em parte, pelo uso conjunto com as redes de informação.

Neste sentido, a diferenciação entre redes urbanas pode ocorrer, pois cada uma tem sua dinâmica de acordo com as atividades produtivas predominantes numa determinada área. Todavia, deve-se considerar que a inserção de uma rede na divisão territorial do trabalho não está restrita apenas a uma única produção, pois uma rede pode ter mais de uma correlacionada à distribuição, produção e consumo (FRESCA, 2004). Cada rede tem a sua organização de acordo com a produção local/regional, e esta situação resultará em diferentes inserções na divisão territorial do trabalho. Neste sentido, Corrêa (1997, p.100) afirma que:

[...] a posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere as suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente. [...] A complexidade funcional crescente vai traduzir-se entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes. Uma constituída por localidades centrais (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona, centro local) e outra, menos sistemática e mais irregular, na qual cada centro desempenha um papel singular e /ou complementar a outros centros.

Como consequência deste processo, as interações espaciais não acontecem apenas entre poucos centros e em curta distância, pois passam a alcançar lugares distantes e abrangem cada vez um número maior de cidades. As interações que anteriormente realizavam-se de acordo com a posição do centro na rede, nesta nova etapa do processo produtivo, com as transformações ocorridas, realizam-se “[...] entre as grandes cidades localizadas na mesma região ou em regiões distintas, entre uma grande cidade e centros menores localizados tanto na hinterlândia como fora dela e entre cidades pequenas localizadas na mesma região ou em regiões diferentes [...]” (CORRÊA 1997, p.283).

Assim, as interações internas e externas a uma rede podem apresentar forte diversificação, pois este processo envolve a exportação de produtos agrícolas, importação de gêneros alimentícios industrializados, o deslocamento da população, entre outros aspectos (CORRÊA, 1997). Considerando esta discussão sobre as transformações nas redes urbanas, o próximo item abordará a conjuntura econômica e o setor energético no Brasil na década de 1970.

2.1- Conjuntura econômica e o setor energético no Brasil na década de 1970

No começo dos anos de 1970 o Brasil passava por um processo de forte desenvolvimento econômico, denominado de “milagre brasileiro”, que começou em 1968 e perdurou até 1973, evidenciando taxas de crescimento da ordem de 10% ao ano. Este período era na realidade uma das últimas etapas do processo de substituição industrial das importações, que vinha sendo realizada desde os anos de 1930.

A origem desta etapa, temporalmente realizada a partir de 1930, encontra seu entendimento na conjuntura nacional e internacional. Primeiramente a crise de 1929, crise cíclica mundial da economia capitalista, afetou fortemente a base econômica nacional apoiada na produção para exportação do café, que foi consideravelmente reduzida. Neste quadro de redução do comércio internacional, criaram-se caminhos – mediante alteração no pacto ou poder das classes hegemônicas – para avanços no processo de industrialização com forte participação do Estado.

Nestas condições, a crise do comércio exterior criou, de forma indireta, uma situação favorável para as atividades produtivas voltadas ao mercado interno, pois com a redução da capacidade de importação as indústrias complementares se viram obrigadas a economizar e/ou substituir insumos importados.

Por outro lado, esta crise afetou as fontes tradicionais de financiamento do Estado, forçando-o a escapar pelos duvidosos caminhos da inflação. “[...] Ora, a inflação significava maior rentabilidade para as indústrias ligadas ao mercado interno, ou seja, uma proteção adicional contra as importações, cujos preços relativos se elevavam em consequência da depreciação da moeda nacional [...]” (SINGER, 1977, p.24).

Singer (1977) explicita que é este processo no qual um mercado preexistente e em crise de abastecimento de suas fontes externas tradicionais incentiva a expansão da indústria local, usualmente chamada de substituição de importações. O processo de substituição de importações verificado a partir da década de 1930 foi intensificado durante a Segunda Guerra Mundial, devido principalmente ao desaparecimento da concorrência estrangeira. Em outras palavras, tratava-se de medidas políticas que protegiam o mercado interno.

Este processo tende a desqualificar as indústrias direcionadas à exportação, já que a substituição avança pela cota de elevação dos preços internos em relação aos produtos importados. Rangel (2005) explicita que sem essa contração da capacidade para importar, o esforço de substituições não teria tido o impulso necessário para a industrialização.

Entretanto, sem uma produção própria de bens de produção, inclusive, de equipamentos – mesmo que essa produção não fosse industrial – a industrialização brasileira teria sido natimorta, como, aliás, aconteceu a numerosos outros países periféricos, como o nosso e confrontados com o mesmo desafio, isto é, com a brutal contração da capacidade para importar (RANGEL, 2005, p.664).

Nesta perspectiva, Furtado (1981) aponta que a década de 1950 foi uma fase importante da industrialização brasileira, pois nesse período verificou-se grande empenho do Estado em relação à ampliação do sistema industrial que surgira da crise da economia primária exportadora. Desta forma, coube ao Estado a tarefa de criar meios para atrair técnica e capital do exterior, ao mesmo tempo em que oferecia inúmeros incentivos à iniciativa industrial nacional. O Estado concedeu

subsídios aos industriais, porém, exigiu a nacionalização das atividades produtivas, objetivando reduzir o conteúdo de insumos importados.

Como consequência, em 1959 a estrutura do sistema industrial havia evoluído consideravelmente em relação à década anterior. O setor metal-mecânico já era o mais importante, contribuindo com 27% para a produção total; os setores alimentar, têxtil e conexos (mineração, indústria de papel, gráfica e de artefatos) representavam 36% em conjunto (FURTADO 1981, p.32). O avanço na capacidade de autotransformação da economia era visível no fato de que a contribuição da indústria local à oferta de bens de capital passara nesta década de 36% para 66%.

Nesta discussão, cabe apontar que a integração das regiões brasileiras em um único mercado, com base no transporte rodoviário, exigia investimentos na área de infraestrutura, além do deslocamento das frentes agrícolas para o interior e do aproveitamento do potencial hidrelétrico, este com localização distante dos grandes centros industriais. Diante desta realidade Singer (1977, p.136) afirma que:

[...] nem todos os elementos da economia industrial podem ser importados. A energia elétrica, por exemplo, tem que ser produzida localmente e as instalações existentes no Brasil sempre acompanharam o crescimento da demanda com atraso. Também a rede de transportes não foi projetada no sentido de articular a economia num mercado nacional, mas de ligar as diferentes regiões do país ao mercado externo.

No início da década de 1960 o Brasil já havia alcançado condição de país industrializado, dotado de um sistema industrial amplamente diversificado. A oferta de produtos industriais finais e de seus principais insumos de origem industrial constituía nove décimas partes na produção interna e o processo de formação de capital fixo já não dependia da importação de equipamentos, de maneira diferente do que acontecia em outros países também considerados industrializados. No entanto, o processo de substituição industrial das importações ainda não estava completo, pois faltavam os setores de química, química fina, eletrônica, dentre outros.

Do ponto de vista do processo de substituição das importações a partir de 1930, é fundamental destacar o período entre os anos de 1968 e 1973. Este período foi marcado por uma vigorosa expansão da estrutura produtiva no país, onde o crescimento do produto brasileiro atingiu a média de 11,4% ao ano (BATISTA, 1987). Nesta conjuntura, os investimentos produtivos adquiriram novo ímpeto,

ocasionando a ampliação da capacidade produtiva e a implantação de novas atividades. Este período caracterizou-se pelo crescimento, maior diversificação e integração do parque manufatureiro e da política energética nacional.

Para Ianni (1975, p.67), a política econômica executada a partir de 1964 estava orientada para a modernização do sistema econômico no Brasil, fortalecendo as relações econômicas e as instituições, garantindo desta forma “[...] o seu funcionamento, sem os riscos das tensões geradas e agravadas com as transformações estruturais, que se tornaram urgentes ou se impunham”, abrangendo todas as esferas do país.

Desta forma, convertia-se de maneira definitiva o setor industrial e suas empresas em unidades-chave do sistema de produção e reprodução do capital. Para isso, um conjunto de investimentos da esfera estatal criou condições para que o Estado novamente interviesse na esfera produtiva, implantando parte dos setores de base da indústria nacional.

O grandioso crescimento da produção manufatureira brasileira no período convencionalmente chamado de “milagre” aconteceu sem que se efetuassem alterações significativas na estrutura do sistema. Tanto o coeficiente de exportação, como a capacidade de autofinanciamento mantiveram-se estáveis. Para Rangel (2005, p. 698):

O Brasil reage – nem poderia deixar de fazê-lo – aos movimentos do ciclo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra em fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços na divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma – o *crecimiento hacia adentro* dos cepalinos – adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido, uma forma de crescimento, adequada ao seu nível de desenvolvimento econômico e social: diversificação da produção das unidades econômicas básicas; diversificação da produção nacional, pela proliferação de unidades artesanais e excepcionalmente manufatureiras voltadas para o mercado nacional; aprofundamento desse movimento, pela substituição de unidades pré-industriais por outras, de caráter propriamente industrial, no movimento estudado como industrialização.

No período do choque petrolero em 1973, a economia brasileira se encontrava em posição vulnerável, pois o sistema industrial operava em pleno uso de sua capacidade, num momento em que ocorria alteração de uma fase de

persistente melhora dos termos de intercâmbio externo (mais de 20% entre 1967 e 1973) para outra de brusca degradação.

Em 1974 a situação é alterada em razão de fatores contraditórios, pois, por um lado, sob pressão do acréscimo do preço do petróleo, os termos de intercâmbio externo rebaixaram-se rapidamente. Por outro lado, com estímulo de uma política expansionista, a taxa de crescimento do índice geral de preços dobra entre 1973 e 1974, ou seja, em momento de euforia de que tudo continuaria como antes, sendo a turbulência externa um incidente passageiro.

O problema era encontrar os recursos financeiros necessários para a ampliação da base do sistema industrial, além de aumentar o coeficiente de exportação e redirecionar o setor energético. Assim, “[...] o rápido endividamento externo surgiu como uma saída para escapar a essa contradição. Destarte, a crescente dependência da poupança externa também se inscreve na lógica do esforço para preservar o modelo de desenvolvimento” (FURTADO, 1981, p.46).

Na medida em que ocorria esse processo de crescimento econômico no Brasil, onde o Estado incentivava novos e contínuos investimentos no setor agrícola e industrial, buscava cada vez mais recursos externos no intuito de desenvolver também os outros setores como, por exemplo, o setor energético. É neste contexto do “milagre econômico” que o governo vai atentar para a produção de energia elétrica, recuperando antigos projetos e realizando acordos internacionais para a concretização de novos, que aproveitassem o potencial disponível no país.

Nesta conjuntura, a eletricidade surge como um ponto primordial nas diretrizes de execução do planejamento nacional¹⁶. É o que se vislumbra no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1970-1974), o qual constava no seu elenco de realizações para o período a:

[...] VIII – Efetivação de um certo número de grandes programas de investimentos, cada um deles de valor superior ao equivalente a um bilhão de dólares, em cinco anos, em consonância com o propósito de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias básicas (BRASIL, 1971, p.8).

¹⁶ Fato mencionado já no governo de Getúlio Vargas, através da Constituição de 1934; apontado posteriormente também através do Plano SALTE, no governo de Eurico Gaspar Dutra; no Plano de Reaparelhamento Econômico, em 1951, com Getúlio Vargas (em sua segunda gestão); no governo de Juscelino Kubitschek com o seu Plano de Metas e durante todo o período ditatorial (1964-1985) através de diversos programas.

Todavia, foi no II PND, impulsionado pela primeira crise do petróleo, que ocorreu de forma mais explícita a preocupação do governo em relação à produção de energia:

I - O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica em grande ênfase nas Indústrias Básicas, notadamente o setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação.
[...] III — A Política de Energia, num País que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada), passa a ser peça decisiva da estratégia nacional. O Brasil deve, no longo prazo, atender internamente ao essencial de suas necessidades de energia (BRASIL, 1974, p.16).

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi publicado em meados da década de 1970, constituindo o programa básico do governo para o período entre 1974 e 1979 e segundo Batista (1987, p.66):

Trata-se de um período bastante interessante, já que coincide do ponto de vista da economia mundial, com um período marcado por grandes incertezas associado ao ajustamento da economia mundial ao primeiro choque do petróleo, e ao colapso definitivo de Bretton Woods, com a generalização do regime de taxas de câmbio flutuantes nas economias avançadas. Do ponto de vista interno, ele coincide com a desaceleração do crescimento econômico vis a vis do período do milagre.

Brevemente pode-se dizer que, apesar da presença de fatores externos e internos desfavoráveis ao desenvolvimento da economia mundial, o II PND objetivava: 1) manter altas taxas de crescimento econômico; 2) manter o equilíbrio do balanço de pagamentos através de superávits na conta de capital capazes de financiar os déficits em conta corrente esperados. Esta poupança externa seria usada com o intuito de realizar uma mudança estrutural da economia, "[...] com a finalidade de ajustá-la ao longo do tempo às novas condições internas e externas" (BATISTA, 1987, p.66). Neste sentido, o II PND sugeria a correção dos desbalanceamentos setoriais existentes, indicando como prioritários os setores de insumos básicos, o setor energético e o de bens de capital¹⁷.

¹⁷Batista (1987, p.70) complementa que: "a escolha destes setores prioritários foi coerente com o diagnóstico realizado. O aumento da capacidade de produção de bens de capital, insumos básicos e petróleo correspondia ao objetivo de aumentar a oferta de bens internacionais visando a substituição de importações e a promoção de exportações".

Para a realização dos objetivos traçados no II PND o governo teria as empresas estatais como principais agentes de sua execução. O plano buscava ajustar a economia ao choque provocado pela crise internacional e também ao novo patamar alcançado pela indústria no período do “milagre econômico”.

Foi a forte expansão econômica criada pelo milagre que induziu o recurso maciço a empréstimos externos, resultando em efeito bumerangue sobre a capacidade de importar, estabelecida pela própria economia e sobre o potencial interno de financiamento. Destarte, o custo da dívida externa tenderia a crescer numa velocidade maior do que as exportações e a poupança interna.

No que diz respeito à infraestrutura, o relativo acréscimo da produção de hidroeletricidade visava uma modificação na matriz energética brasileira, fato que corresponderia a uma substituição estrutural de importações. Deste modo, com o choque do petróleo, com a mudança política e com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo acelerou o processo de crescimento econômico.

Neste momento surgem os grandes projetos de investimentos hidrelétricos – Tucuruí e Itaipu – que estavam relacionados com a política de substituição de bens de capital e ao desenvolvimento de empresas (LIMA, 2004). De maneira esporádica, o Brasil tem presenciado desde as primeiras décadas do século XX a busca por potencial hidrelétrico a fim de suprir o crescente parque industrial, que neste sentido, vinha sofrendo constantes racionamentos. Entre os estudos de levantamento de potencial energético nos rios do Brasil, destaque para o rio Paraná, mais precisamente a força existente nos saltos das Sete Quedas.

Diante destes apontamentos, verifica-se que o período do milagre econômico foi um marco no processo de encerramento da intensa e longa fase da substituição industrial das importações com fortes investimentos do Estado. Nesta perspectiva, o Estado foi fundamental ao desenvolvimento brasileiro, principalmente através dos investimentos realizados mediante estatais e financiamento para empresas privadas. Com a crise do petróleo a partir de 1973, o ritmo de crescimento foi interrompido, contudo, o governo tentou dar prosseguimento nos investimentos em projetos estratégicos colocados pelo I e II PND e até final de 1979 o país seguiu relativamente bem.

Foi a partir de 1980 que a crise chegou efetivamente, sendo denominada de “década perdida”. Nesta discussão, Rangel (2005, p.712) aponta que “a situação

mudaria radicalmente a partir de 1980, quando coincidiu com a fase recessiva do nosso ciclo breve, a do ciclo longo mundial que, provavelmente, continuará em fase recessiva por muitos anos ainda [...]”. Diante do exposto, verifica-se que o Estado não alcançou os resultados esperados, mas esta discussão ultrapassa os objetivos do presente trabalho.

A busca pelo desenvolvimento nacional passa pela necessidade de energia elétrica como um elemento fundamental neste processo. Assim, a cidade de Foz do Iguaçu foi atingida através da construção da maior usina hidrelétrica do mundo. O processo de planejamento, construção e transformações provenientes de Itaipu será discutido no próximo item.

2.2 - O projeto e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu

Na década de 1960, especificamente nos anos que se seguiram ao período de governo militar, foram travados encontros entre os governantes do Brasil e Paraguai com o objetivo de concretizar maior aproximação e integração entre as duas nações, resultando principalmente na assinatura da Ata do Iguaçu em 1966¹⁸. Através deste acordo, os dois países assumiram o compromisso de construir uma usina hidrelétrica binacional, aproveitando os recursos do rio Paraná, que separa territorialmente os dois países¹⁹. Assim, concretizaram um projeto que vinha sendo discutido e se arrastando desde o governo Juscelino Kubitschek.

O projeto Itaipu previa a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, com o aproveitamento do grande potencial energético do Rio Paraná²⁰. Estabeleceu-se do ponto de vista técnico e de critérios políticos que a usina deveria localizar-se

¹⁸ Este acordo, apesar de manter-se guardado nos gabinetes militares até o momento da assinatura do tratado de Itaipu no ano de 1973, pois existiam inúmeras questões a serem resolvidas para sua execução, que iam desde a parte técnica até a diplomática, colocaria o país numa posição de destaque internacional (CATTÁ, 2009).

¹⁹ Com a construção da referida usina, a questão de disputas fronteiriças entre Brasil e Paraguai seria definitivamente resolvida. A região de Guaíra, mais especificamente os saltos existentes no Rio Paraná naquela porção, vinha sendo durante décadas o motivo de diversos desentendimentos e obstáculo para acordos entre ambos os países. Estas disputas haviam levado, inclusive, a intervenção militar brasileira, com o envio e estabelecimento de tropas do exército naquela área. A formação do lago de Itaipu acabaria de vez com as questões de limite entre os dois países, ampliando, a partir deste momento a cooperação entre os países no usufruto dos benefícios provenientes daquele empreendimento.

²⁰ Para o aprofundamento sobre os estudos realizados acerca do aproveitamento energético do Rio Paraná ver: PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

na cidade de Foz do Iguaçu, na divisa com a cidade de Hernandarias, no Paraguai. Nesta perspectiva, Catta (2009, p.190-191) explicita que:

[...] localizada na região da 'tríplice fronteira', o governo buscava ocupar estrategicamente o espaço fronteiriço com o Paraguai e a Argentina, impondo um projeto de dimensões gigantescas, que pudesse definir seu controle sobre o 'cone-sul' da América do Sul, e no mesmo sentido, trazer o país guarani para seu eixo de influência afastando-se da tradicional dependência com a Argentina.

No momento em que os governos brasileiro e paraguaio anunciaram que seria construída a usina de Itaipu, ou seja, no início da década de 1970, muitas pessoas, inclusive da imprensa dos grandes centros urbanos do país, pouco conheciam sobre a existência de Foz do Iguaçu no extremo Oeste paranaense. De forma geral corria a notícia de que ali se encontravam as Cataratas do Iguaçu, por outro lado, praticamente nada se sabia sobre a cidade. Os dados divulgados pela imprensa escrita demonstravam pouco conhecimento sobre a história daquela área, tornando-se então, a partir daquele acordo entre Brasil e Paraguai e durante praticamente duas décadas seguintes, uma fonte constante de notícias.

Considerando a proporção desta obra, Catta (2009) afirma que o governo brasileiro procurava, a partir da área onde seria localizada Itaipu, criar um 'macro-polo' de intensa radiação de povoamento, de trabalho e elevação de padrão de vida, modernizando as estruturas produtivas, reorganizando o espaço a fim de atender o setor do turismo, dar dinamicidade à economia da fronteira e, principalmente, abrir as portas dos países da América do Sul para os produtos brasileiros. Neste sentido, todas as expectativas estavam direcionadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O empreendimento, que estava projetado para produzir 12.600.000 KW no momento da abertura definitiva das comportas no ano de 1992, e que já havia alcançado em 1990 cerca de 90% de sua capacidade instalada, seria inteiramente custeado pelo governo brasileiro, envolvendo no projeto até 80% de empresas brasileiras para a realização das obras (ITAIPU, 1990, p.13). Para adquirir o capital necessário, o Estado realizou empréstimos internacionais, cabendo ressaltar que os valores eram sempre alterados por conta da recessão que atingia até os países mais ricos, além dos problemas conjunturais do país, que elevava os valores de forma contínua por conta da inflação.

A partir daquele momento o universo da fronteira se coloca como uma alternativa muito ampla para milhares de brasileiros de diversas regiões e com diferentes formações profissionais, inclusive para a grande maioria, despossuída de qualquer qualificação. Todos tinham como objetivo a busca por trabalho, acreditando que a sua inserção naquele grande projeto de barragem, mesmo que de forma indireta, era a melhor opção para enfrentar as dificuldades de sobrevivência.

As barragens de grande porte no Brasil não eram mais novidade na área da construção civil, pois com os recursos hídricos existentes no país os governos anteriores ao regime militar já possuíam projetos em andamento ou em fase de estudo, considerando a possibilidade de desenvolvimento da área industrial. Desta forma, anteriormente à construção de Itaipu algumas outras usinas de grande porte foram construídas ou se encontravam em andamento.

Foram construídas durante o período de prosperidade econômica do país as importantes usinas do complexo Urubupungá, primeiramente Jupiá com 1.411.000 KW e depois outra maior, a de Ilha Solteira, com 3.230.000 KW (inaugurada em 1974) que contaram com um grande número de trabalhadores oriundos de todas as partes do país, e que “[...] puderam também adquirir *know-how* para trabalhar em novos empreendimentos. Estes trabalhadores passaram a ser conhecidos como “barrageiros”, deslocando-se território afora, de barragem em barragem, assim que terminassem sua parte nos trabalhos” (CATTA, 2009, p.189).

Esta nova realidade que se aproximava trouxe grande expectativa de transformações no cotidiano da população de Foz do Iguaçu, pois acreditavam que os investimentos a serem feitos na construção de Itaipu refletiriam em toda a cidade. Do dia para a noite, milhares de pessoas começaram a chegar à cidade. Vinham em grupos, e todos os dias chegavam dezenas de ônibus cheios de homens provenientes de todas as regiões do Brasil com a esperança de serem absorvidos pela obra.

Para a realização dos trabalhos iniciais, as empreiteiras envolvidas no projeto requisitaram trabalhadores que já haviam atuado na construção de barragens, assim como trabalhadores paraguaios sem qualificação alguma para aquelas atividades (LIMA, 2004). A todos, independente de possuir qualificação ou não, era oferecida a oportunidade de “conseguir” um emprego com boa remuneração, assistência médica, escola e moradia gratuita. Todavia, com um número cada dia maior de

candidatos para as referidas vagas, um grande contingente não foi absorvido pelas empresas. A foto 4 mostra os primeiros trabalhadores contratados.



Foto 4: Trabalhadores recém contratados de Itaipu: década de 1970.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

Sotuyo (1998) aponta que, do total das pessoas que vieram, 25% a 30% permaneceram na cidade sem conseguir emprego. A grande migração, muito além da esperada, não permitiu uma preparação adequada na oferta de equipamentos sociais e de infraestrutura básica capazes de atender a todo este contingente, ocorrendo uma visível transformação do espaço urbano de Foz do Iguaçu.

Para se ter dimensão desta realidade, basta verificar que no ano de 1970, de acordo com dados do Anuário Estatístico de Foz do Iguaçu (1992, p.198), a cidade possuía uma densidade demográfica de 38,69 habitantes por km², sendo que grande parte da população já se encontrava na área urbana, ou seja, dos 33.970 habitantes, 20.150 formavam o quadro urbano. Em contrapartida, no ano de 1980, cinco anos após o início da construção de Itaipu, a população passou a ser de 136.320 pessoas, sendo que destes, 101.330 viviam na área urbana, cuja densidade demográfica saltou para 216,38 hab./km² ²¹.

²¹ Para Catta (2009, p.232) “Foz do Iguaçu, guardadas as devidas proporções, experimentou, como as metrópoles do começo do século passado, um crescimento muito rápido em um curto período de tempo, perdendo a sua identidade, sendo sua população engolida pelo turbilhão das novidades que se avolumavam a cada dia, apresentando sempre um ineditismo que, entretanto, não era usufruído por todos.”

Na ausência de uma estrutura urbana adequada, as primeiras levas de trabalhadores que chegavam à cidade eram acomodadas temporariamente em hotéis e pousadas antes destinados exclusivamente à atividade turística, assim como todo e qualquer espaço público que possibilitasse a estadia dos recrutados para a construção da obra.

Neste sentido, Santos (2008) aponta que no momento em que uma nova atividade é criada em um lugar ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o valor do lugar é alterado. Ou ainda, quando a forma de exercer uma atividade preexistente é modificada, cria-se no conjunto das localidades que também exercem tal atividade um desequilíbrio qualitativo e quantitativo. As transformações espaciais, seja por meio da introdução de uma nova atividade, seja pela reestruturação e consolidação de uma atividade já existente, em ambos os casos constituem fatores de alterações no significado dos lugares.

Itaipu Binacional, cuja previsão de construção era de cerca de duas décadas, trouxe nessa mesma ordem a construção de vilas residenciais destinadas à moradia de seus funcionários, além de toda a infraestrutura necessária, como educação, saúde, etc. Até o ano de 1978 foram construídos três conjuntos residenciais, totalizando 5.215 casas, sendo os mesmos divididos e posteriormente distribuídos de acordo com as funções laborais exercidas na obra, mostrando também uma segregação social que marcou tanto a convivência quanto os relacionamentos interpessoais, explicitando as diferenças sociais.

Para abrigar os trabalhadores de nível médio e superior e da alta hierarquia administrativa, Itaipu construiu duas vilas residenciais; a Vila A, com 2.094 residências, que possuíam de 72 a 160 metros quadrados, e a Vila B, com 221 residências entre 152 e 298 metros quadrados, que ofereciam um padrão de moradia mais elevado, desde a infraestrutura até os serviços de segurança, educação, saúde e lazer. Estas vilas foram construídas ao Norte da então malha urbana de Foz do Iguaçu, entre o canteiro de obras e o centro da cidade, contando com um hospital, dois clubes sociais e desportivos, uma escola para atender 10.500 alunos, desde a pré-escola até o segundo grau, com vigilância 24 horas por dia (ITAIPU, 1980), de acordo com as fotos 5, 6 e 7.



Foto 5: Vista parcial do Floresta Clube, localizado na Vila A de Itaipu: 1980.
Fonte: Acervo Fotográfico de Itaipu



Foto 6: Vista parcial do hospital localizado na Vila A de Itaipu: 1978.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

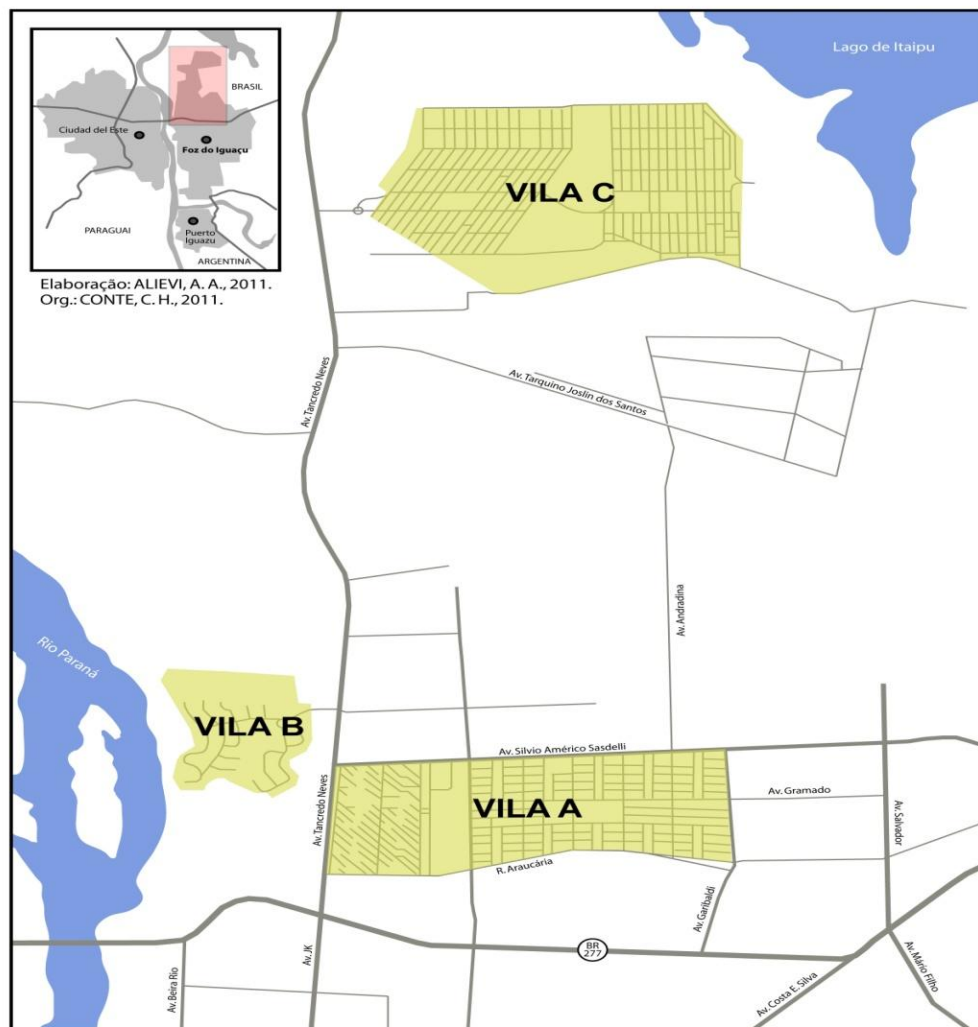


Foto 7: Vista parcial do Colégio Anglo-Americano, localizado na Vila A de Itaipu: 1980. Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

É importante salientar que Itaipu empregou a maior parte dos operários para as atividades mais simples da construção, como o desmatamento da área onde seria realizada a obra e a construção civil. Para abrigar estes trabalhadores, assim como suas famílias, Itaipu construiu outro espaço com 2.900 residências, que possuíam entre 70 e 100 metros quadrados. Este se encontrava próximo ao canteiro de obras, sendo denominado de Vila C.

Ao contrário das casas das outras vilas, estas moradias eram mais simples, sendo constituídas por quatro residências geminadas num quadrilátero. O número de residentes nas vilas A, B e C de Itaipu no ano de 1980 chegava quase a 35.000 pessoas, representando 35% da população urbana local. Para os trabalhadores solteiros que estavam atuando na fase inicial das obras foram construídos alojamentos localizados no próprio canteiro de obras²². O mapa 3 aponta a localização das vilas e as fotos 8, 9 e 10 apresentam as casas construídas por Itaipu.

²² Em relação ao número de trabalhadores em Itaipu, Sotuyo (1998) explicita que o maior número de trabalhadores se deu em junho de 1978, com 30.263 pessoas, dos quais 20.090 eram brasileiros e 10.173 eram paraguaios.



Mapa 3 – Localização das Vilas A, B e C de Itaipu em Foz do Iguaçu: 1985



Foto 8: Vista parcial de uma casa da Vila A de Itaipu: 1978.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu



Foto 9: Vista parcial de uma casa da Vila B de Itaipu: 1978.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu



Foto 10: Vista parcial de uma casa da Vila C de Itaipu: 1978.
Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

Em seu estudo acerca das vilas de Itaipu, Sotuyo (1998, p.18) é enfática ao afirmar que:

As relações humanas que se estabeleceram desde o início da construção de Itaipu giraram em torno de um grande distanciamento entre os empregados da usina e os moradores da cidade. Estas relações apoiaram-se sempre no poder político, nas influências de classes e no 'status'. Os recém chegados não se identificaram com os moradores de Foz do Iguaçu e a cidade também não os tratou com se fizessem parte dela. A idéia de que a expansão ocorreria somente até o auge da obra, acontecendo um enorme fluxo populacional, como o que geralmente aconteceu nas grandes obras de engenharia do Brasil, ajudou a manter estes dois segmentos da população afastados. [...] Itaipu criou as vilas com o propósito de alojar a mão de obra contratada, cuja infraestrutura, organização e funcionalidade transpareceram para a população local como forma de poder e distanciamento.

Construiu-se uma cidade segregada dentro da cidade de Foz do Iguaçu, protegendo constantemente os funcionários de Itaipu²³, e para demonstrar esta situação, os dados anunciados por um documento elaborado durante o Seminário de Desenvolvimento Regional²⁴ apontavam, entre outros aspectos, que entre os anos de 1976 e 1981 os investimentos em pavimentação asfáltica nas vilas de Itaipu excediam os investimentos efetuados em todo o restante da cidade. Neste sentido, percebe-se que de 5.326.835 m² de asfaltamento, 2.914.743 m² foram realizados nas vilas de Itaipu, em oposição aos 2.421.09 m² em todo o restante da cidade de Foz do Iguaçu.

Desta forma, a cidade foi transformada e seus traços originais foram alterados mediante a implantação das vilas. Nesse ambiente havia fortes expectativas positivas de mudanças, já que a fronteira estava habituada com um cotidiano sem qualquer outra possibilidade de transformação no curto prazo. O resultado era pragmático, e diante disso nenhum obstáculo colocado à frente deixou de ser superado pelos idealizadores do projeto.

Diante do vertiginoso crescimento demográfico, ocorreu simultaneamente o crescimento da construção de moradias. De acordo com dados do Ipardes (1977, p.227), no período do início da construção da usina, em apenas três anos a administração pública forneceu 553 alvarás para construção de moradias, sendo que entre os anos de 1969 e 1973 este número não passou de 332. Considerando a

²³ Sotuyo (1998, p.79) complementa esta constatação ao afirmar que: "Na época em que foram construídas e nos quase 10 anos seguintes, elas [as vilas] ficaram totalmente afastadas de qualquer outro loteamento da cidade e como ninguém tinha que atravessá-las para ir a outros bairros ou estabelecimentos elas conseguiam ser territorialmente ainda mais isoladas do contexto urbano."

²⁴ Seminário de Desenvolvimento Regional (S.D.R). Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu, 1982.

demanda, os aluguéis tiveram aumentos exorbitantes e aqueles que possuíam um quarto excedente em sua residência alugavam rapidamente. Outros construíam peças nos fundos das casas com o intuito de alugar a preços elevados. A tabela 8 mostra os valores dos imóveis para venda e locação em comparação com Curitiba e São Paulo no início da década de 1970.

Tabela 8 - Preço médio para venda e aluguel de imóveis em Foz do Iguaçu: Cr\$ por m²: 1974

Local	Aluguel	Venda
Foz do Iguaçu	45,00	3.600,00
Curitiba	22,50	3.200,00
São Paulo	27,50	3.750,00

Fonte: IPARDES (1977, p.231).

As habitações de baixo padrão cresceram consideravelmente em razão dos novos moradores que buscavam por emprego, construindo-se progressivamente novas moradias nas áreas periféricas, sem orientação técnica, tampouco controle por parte da Prefeitura. Este também foi o momento da expansão do número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para atender as demandas do aumento populacional que ocorria em toda a área de fronteira. Nesta perspectiva, no período entre os anos de 1974 e 1976 a Prefeitura de Foz do Iguaçu liberou 124 alvarás para construções destinadas ao comércio e serviços, contra 97 liberados nos cinco anos anteriores (IPARDES, 1977, p.225).

Diante do exposto, verifica-se que devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, um conjunto de alterações socioespaciais atingiu o município de Foz do Iguaçu e sua rede urbana. Tais alterações contribuíram para a expansão das atividades econômicas na área, contudo, uma série de outras transformações ainda estava por acontecer.

2.3 - Foz do Iguaçu em um novo contexto: anos 1980 e 1990

Na primeira metade dos anos de 1980, período em que as obras da barragem encaminhavam-se para sua etapa final, Foz do Iguaçu continuava recebendo muitos trabalhadores com a esperança de encontrar algum tipo de ocupação.

É importante frisar que a década de 1980 iniciou-se, em âmbito nacional, com uma combinação perversa para os trabalhadores, “[...] o aumento constante da inflação que corroía os salários e os reajustes dos mesmos a partir de índices que não correspondiam à realidade, o que levava a uma queda brutal no poder de compra” (CATTA, 2009, p.134). Neste sentido, o decorrer da construção de Itaipu se deu num período turbulento para a economia brasileira, que aumentou o número de desempregados ou subempregados procurando ocupação, não apenas nos grandes centros urbanos, mas em qualquer local que oferecesse opção de sobrevivência.

No decorrer das obras de Itaipu uma etapa em especial foi responsável por mais um conjunto de alterações na dinâmica de Foz do Iguaçu: os conflitos com os proprietários rurais cujas terras seriam alagadas. Os problemas provenientes da “perda” da terra levaram ao êxodo de milhares de agricultores à procura de novas terras para poderem cultivar e “[...] tiveram no embate entre agricultores desapropriados pela formação do reservatório de Itaipu e a empresa binacional, uma demonstração dos desequilíbrios ali provocados, cujos reflexos no quadro social se tornavam preocupantes” (CATTA, 2009, p.87-88).

O reservatório de Itaipu atingiu uma média de 200 quilômetros ao longo do trecho do rio Paraná, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra. A inundação atingiu 1.460 quilômetros quadrados de área e um montante de 8.519 propriedades na margem brasileira (SOTUYO, 1998, p.73). A foto 11 apresenta parte do processo de alagamento da terras agricultáveis.



Foto 11: Vista parcial da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu: 1982. Fonte: Acervo fotográfico de Itaipu

Foz do Iguaçu teve 149,10 km² de suas terras inundadas na criação do reservatório de Itaipu, sendo que no ano de 1983 passou por nova redução territorial devido ao desmembramento do município de Santa Terezinha de Itaipu, com área equivalente a 259 km². Juntas, as áreas do lago e de Santa Terezinha de Itaipu corresponderam a uma perda de 46,50% de seu território. As perdas de terras agricultáveis dos municípios atingidos pelo lago de Itaipu foram intensas, ocasionando mudanças radicais em termos de produção, estradas, transportes, entre outros aspectos. As produções de soja, milho, feijão, arroz e mandioca ocupavam 99 mil hectares do total desapropriado e representavam 98% da produção agrícola da área inundada.

O maior problema destes acontecimentos está relacionado com a indenização das terras alagadas, desencadeando-se um longo processo de disputas e de enfrentamentos que levaram, inclusive, à formação de um movimento dos agricultores pela reivindicação de preços justos para suas propriedades²⁵.

²⁵ Entre as manifestações realizadas pelo movimento, um dos mais representativos foi relatado pela Revista Memória, de Foz do Iguaçu: “No dia 17 de março de 1981, cerca de 700 pessoas, famílias inteiras de agricultores da região de Santa Helena, organizados no “Movimento Justiça e Terra”, marchavam para Foz do Iguaçu com a decisão de acampar em frente aos escritórios da empresa. Foram recebidos por um efetivo de 150 policiais militares, e o acampamento acabou sendo feito no trevo da BR-277. Durante os 54 dias em que ficaram acampados, os colonos tiveram a companhia dos soldados em regime de prontidão, armados de fuzis, metralhadores e armas químicas. Além deles, mais 40 guardas de segurança da empresa estavam sempre por perto, nas assembléias diárias realizadas no local, que passou a ser conhecido nacionalmente como o “Trevo da vergonha” (Revista Memória de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, n.2, dezembro de 1982, p.37).

Ao final das disputas, Itaipu pagou para os proprietários valores muito abaixo do mercado, e grande parte dos agricultores que dependia das indenizações teve dificuldades para conseguir um novo estabelecimento rural. Aqueles que decidiram ficar no Brasil tinham como escolha as novas frentes de colonização na Bahia, Acre, Rondônia e Mato Grosso, mas os preços das terras nestas localidades eram mais elevados que os valores obtidos com a indenização. Aqueles agricultores que optaram por continuar na região, ou tiveram que mudar de atividade, enfrentando enormes dificuldades para sobreviver na área urbana, ou compraram lotes menores.

Contudo, grande contingente de agricultores optou por atravessar a fronteira, já que os valores das terras no Paraguai eram acessíveis diante dos preços da terra no Brasil. Após o estabelecimento destes brasileiros em território paraguaio²⁶ outro problema se desencadeou, ou seja, no momento em que suas terras encontravam-se “prontas”, muitas produzindo em larga escala, por meio de desmandos políticos e militares, paraguaios iniciaram a invasão de suas propriedades de forma arbitrária. Estes expulsavam os brasileiros, sendo que muitos foram obrigados a voltar ao Brasil sem dinheiro, com dívidas, sob pena de serem presos pelas autoridades paraguaias (CATTA, 2009).

Para melhor compreender o processo de fragmentação territorial e diminuição de áreas agricultáveis no município de Foz do Iguaçu, as tabelas 9 e 10 apresentam dados relacionados ao número de estabelecimentos, área utilizada e principais produtos cultivados na década de 1990. Os dados utilizados nestes quadros fazem parte do levantamento realizado pelo IBGE em 1995/1996, ou seja, uma década depois da formação do reservatório de Itaipu. Todavia, a situação agropecuária em Foz do Iguaçu foi pouco alterada desde 1982.

De acordo com o censo, na década de 1990 os estabelecimentos rurais em Foz do Iguaçu totalizavam 348 unidades. Se considerarmos o censo de 1970 verificamos que neste período estes eram 1.551, ou seja, em 20 anos ocorreu uma diminuição de 445% dos estabelecimentos.

²⁶ De acordo com o jornal Nosso Tempo, “[...] mais de 90% dos colonos da fronteira paraguaia com o Brasil são brasileiros, com uma média de 20 hectares para cada proprietário” (Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, 04 a 11/02/81, p.10).

Tabela 9 - Estabelecimentos por grupo de atividade e área cultivada em Foz do Iguaçu: 1995/1996

Atividade	Estabs.	Atividade	Área (há)
Lavoura Temporária	172	Lavoura Temporária	6.610
Lavoura Permanente	11	Lavoura Permanente	314
Horticultura	16	Lavoura Temporária em descanso	113
Pecuária	115	Pastagem	6.912
Produção Mista	28	Matas e Florestas	1.374
Silvicultura e Exploração Florestal	01		
Pesca e Aquicultura	05		
Total	348	Total	16.876

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1995-1996.

Dos estabelecimentos, 49,42% eram constituídos por lavouras temporárias e 3,18% por lavouras permanentes. A pecuária representava 33% dos estabelecimentos, enquanto a horticultura totalizava 4,59%. Os estabelecimentos ocupados com produção mista constituíam 8%, pesca e aquicultura representavam 1,43% e 0,2% dos estabelecimentos eram utilizados para silvicultura e exploração florestal.

Em 1995/1996 os 348 estabelecimentos ocupavam 16.876 hectares de terra; considerando que em 1970 a área ocupada por atividades agropecuárias era de 58.696 hectares, ocorreu a diminuição de 28,75%. Da área destinada para estas atividades, 40,95% era composta por pastagem, 39,16% por lavoura temporária e 8,14% por matas e florestas. Em menor proporção verificam-se as lavouras permanentes com 1,86% da área e 0,66% de lavoura temporária em descanso.

Tabela 10 – Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1997

Principais Culturas	Área (ha)	Quantidade colhida (t)
Algodão	10	18
Arroz	4	10
Cana de Açúcar	20	900
Milho	1.700	3.795
Soja	7.000	17.500
Trigo	1.000	1.700

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1997).

Entre os principais produtos cultivados em Foz do Iguaçu neste período, a soja tinha posição de destaque, ocupando 7.000 hectares e rendendo 17.500 toneladas. Mesmo sendo a cultura de maior representatividade no município, se comparada com a produção de Cascavel no mesmo período nota-se que a produção em Foz do Iguaçu corresponde a 9,6% da produção em Cascavel, que obteve 182.120 toneladas numa área de 65.100 hectares (IBGE, 1997). Na sequência verifica-se o milho com 3.795 toneladas colhidas numa área de 1.700 ha, o trigo por sua vez representou 1.700 toneladas numa área de 1.000 ha. Em menor quantidade observa-se a cana de açúcar (900 t e 20 ha), o algodão (18 t e 10 ha) e o arroz (10 t e 4 ha).

A partir das últimas modificações em sua configuração territorial, Foz do Iguaçu ficou limitada ao Norte pelo lago de Itaipu, pela Ilha do Bananal e pelo município de Itaipulândia; ao Sul pelo Rio Iguaçu, que faz fronteira com Puerto Iguazu, na Argentina; a Leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, e a Oeste faz limite com o Rio Paraná, que delimita a fronteira com Ciudad Del Este, no Paraguai. Dos atuais 617,70 km² que compõem o município, 191,46 km² (32%) constituem a área urbana; 138,17 km² (24,44%) correspondem ao Parque Nacional do Iguaçu; 149,10 km² (24,14%) constituem a área coberta pelo lago de Itaipu. Desta forma, a área utilizada pela agropecuária é de 138,97 Km² (20,49%).

Retornando para a discussão acerca dos conflitos de terra, é possível perceber a situação ocorrida em Foz do Iguaçu envolvendo famílias de posseiros ou de pessoas que foram enganadas por vendedores de terrenos rurais irregulares. Esta situação abrangeu famílias que adquiriram terras nas décadas de 1950 e 1960 e que no início dos anos de 1980, com a intensa valorização das mesmas pela especulação imobiliária, tiveram suas propriedades contestadas na Justiça por famílias tradicionais de Foz do Iguaçu e até mesmo de outras cidades, que um dia estiveram por lá. Através de meios legais, com o auxílio de advogados renomados no Estado do Paraná, além do apoio policial, expulsaram os moradores, sem que houvesse tempo para que estes conseguissem outra área para recomeçar a vida, engrossando desta maneira o número de despossuídos em Foz do Iguaçu.

Muitos destes brasileiros, tanto os que perderam suas terras no Paraguai quanto aqueles desapropriados em Foz do Iguaçu, por falta absoluta de alternativas

de sobrevivência, começaram a buscar trabalho no país vizinho, em atividades outras que não a agropecuária. Soma-se a isso a situação crônica da falta de emprego gerada pela recessão da década de 1980, fazendo com que um grande número de trabalhadores ficasse à margem do mercado, visualizando como alternativa o comércio de fronteira.

Paralelo a esta situação, e como consequência da diminuição das tarefas necessárias no canteiro de obras, Itaipu iniciou o processo de demissão de funcionários. Uma multidão de ex- trabalhadores, juntamente com aqueles que não foram absorvidos pela empresa binacional nem pelos consórcios de empreiteiras, se agregaram ao já tumultuado espaço da fronteira, disputando os poucos imóveis de aluguel ou buscando alternativas que pudessem mantê-los até que a situação do país melhorasse e se reativassem a oferta de empregos.

Neste sentido, Catta (2009, p.201-202) afirma que “essa parte dos trabalhadores de Itaipu, os mais pobres, que tinham contato mais próximo com a cidade de Foz do Iguaçu e com seus problemas [...] e ao serem dispensados das obras, estes trabalhadores e suas famílias forma morar nas favelas ou na periferia, onde conseguiam pagar um aluguel em valores menores que os praticados nas áreas centrais ou em suas proximidades.

Neste contexto, ocorreu um significativo incremento do comércio de fronteira, principalmente de Ciudad Del Este para Foz do Iguaçu, onde muitos brasileiros passaram a buscar produtos na primeira para serem revendidos na segunda²⁷. Inicialmente atendiam pedidos de moradores de Foz do Iguaçu, aumentando depois sua atuação para toda a região e mais tarde buscando pedidos de todos os pontos do Brasil. Este período ficou conhecido como a fase dos sacoleiros.

Os brasileiros que se dirigiam ao país vizinho atuavam como vendedores, cambistas, transportadores, carregadores e guardas, sendo que a ocupação de maior destaque era aquela conhecida por todos na fronteira como “laranjas”. Eles

²⁷ Rabossi (2004, p.17), em seu estudo sobre o comércio em Ciudad Del Este, aponta que “a partir do plano de estabilização acordado com o Fundo Monetário Internacional em 1956, o governo paraguaio eliminou as tarifas externas de exportação, diminuiu os impostos às importações e nunca implementou uma política de desenvolvimento industrial baseada em um modelo de substituição de importações. Brasil e Argentina, pelo contrário, implementaram este último modelo estabelecendo altos impostos ou diretamente proibindo a importação daqueles produtos cujas indústrias se pretendiam incentivar”.

garantem seu sustento colocando à disposição de outros seu direito de trazer mercadorias do Paraguai para o Brasil como se fossem suas.

A partir de 1975, diante do forte crescimento que ocorria em Ciudad Del Este, verificou-se a necessidade da expansão de produtos diversos para atendimento das demandas da população residente tanto em Ciudad Del Este como em todo o Paraguai. Desta forma, empresários organizaram em Foz do Iguaçu uma área comercial destinada a exportação de produtos industriais brasileiros.

Esta área está localizada muito próxima da Ponte da Amizade, sendo dividida pela BR-277. Ao Norte da rodovia encontra-se a região do Jardim Jupira, e ao Sul a Vila Portes, de acordo com o mapa 4 e com as fotos 12 e 13. O Jardim Jupira contava com grandes casas comerciais, exportadoras de artigos de vestuário, cama, mesa e banho, depósitos, entre outros. Além disso, encontravam-se ali inúmeras residências, a maioria delas habitadas por árabes e descendentes, que dominavam a exportação destes produtos.

Neste sentido, cabe apontar que desde o final da década de 1960 a área de fronteira se tornou destino de imigrantes árabes que saíram de seus países para escapar de conflitos no Oriente Médio, como a guerra civil do Líbano (1975-1990). A comunidade árabe existente na região é constituída por maioria libanesa e em menor percentual por sírios, egípcios, palestinos e jordanianos, compondo uma das maiores comunidades árabes no Brasil.

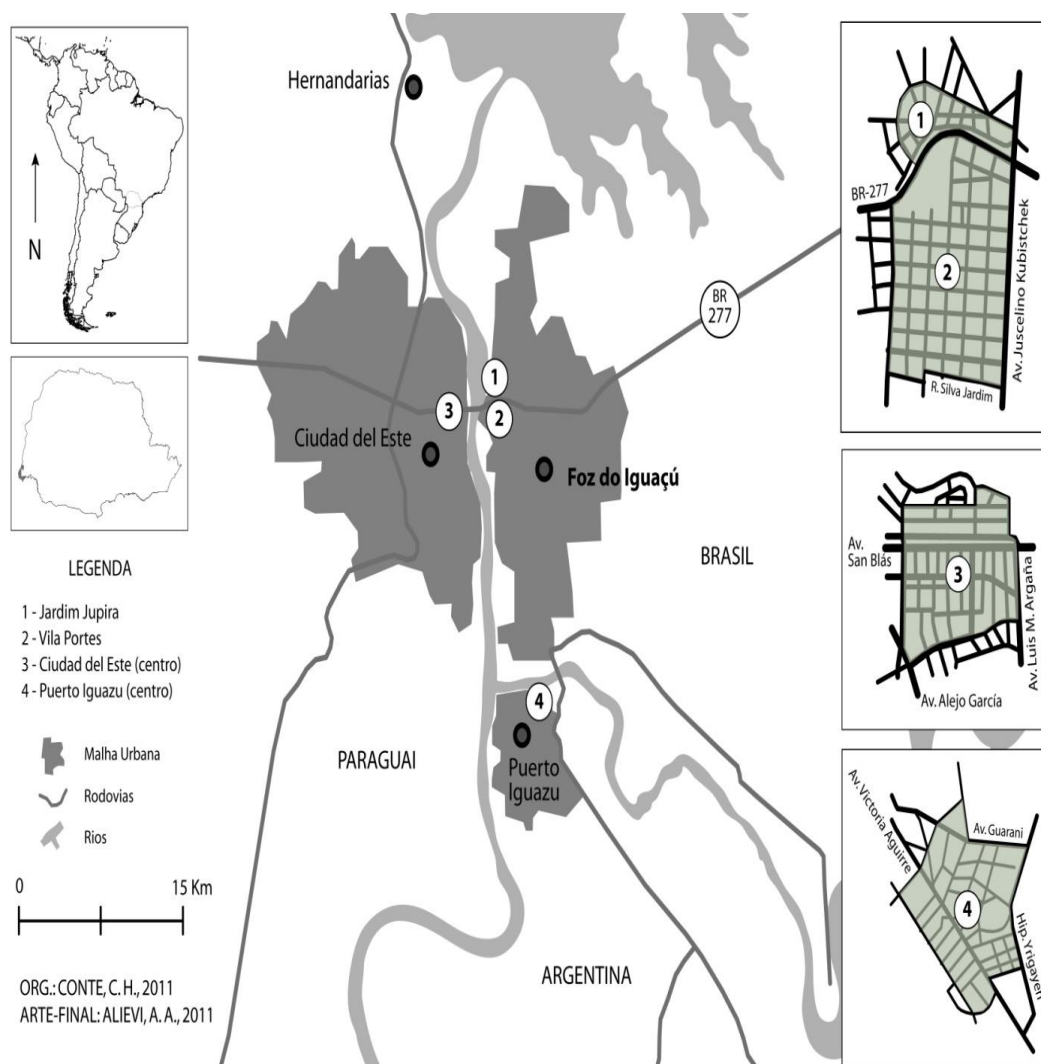
Do outro lado da BR-277 está a Vila Portes, onde se encontra uma imensa variedade de tipos de comércio, como casas de roupa e tecidos (entre elas várias casas de roupas usadas), exportadoras de produtos alimentícios, artigos de bazar, produtos agropecuários, hortifrutigranjeiros, máquinas agrícolas e industriais. Ali também estão instaladas muitas lanchonetes e guarda-volumes, que funcionavam como depósitos para compristas de Ciudad Del Este. Neste local se concentravam ainda inúmeros taxistas, mototaxistas, vendedores de comida e de bebidas.

Existia na Vila Portes um grande número de hotéis que atendiam especialmente aqueles que vinham comprar no Paraguai, alguns dos quais passavam a noite, outros simplesmente os utilizavam como lugar de apoio. Essa forte atividade comercial exportadora teve seu auge até o início dos anos de 1990, e a partir deste momento entrou em relativa estagnação. Isso se deve à abertura do

mercado brasileiro a produtos estrangeiros e à presença e diversificação dos produtos chineses no Paraguai.

No período pós-guerra, diante das potencialidades de ganho em relação ao comércio internacional, ocorreu um amplo reforço de liberação comercial em diversos países. Destaque deve ser dado ao início da década de 1990, quando estes países passaram a aproveitar mais intensamente as possibilidades do desenvolvimento econômico, com foco na transferência de capital e tecnologia, bem como na facilidade de mobilidade de produtos.

Com a abertura do Brasil ao mercado internacional juntamente com o aprofundamento das reformas econômicas na China, verificou-se a ampliação de variedade de produtos chineses de consumo popular no país, antes encontrados apenas em Ciudad Del Este.



Mapa 4 - Área comercial da fronteira



Foto 12 – Vista parcial da Avenida Oswaldo Cruz, na Vila Portes: 2010
Fonte: Agência Municipal de Notícias de Foz do Iguaçu/Antonio Lopes



Foto 13 – Vista parcial da Rua Santo Rafagnin, no Jardim Jupira: 2012
Fonte: Agência Municipal de Notícias de Foz do Iguaçu/Antonio Lopes

Essa área passou a ser centro de circulação da população menos favorecida de Foz do Iguaçu, que ali encontrava todo tipo de empregos esporádicos ligados ao comércio e serviços, que lhes permitia enfrentar as instabilidades do mercado. Esta nova dinâmica econômica da fronteira passou a atrair trabalhadores de distintas atividades, que na procura por novas e melhores oportunidades passaram a atuar na região próxima à Ponte da Amizade:

O que não esperavam é que novos personagens aparecessem tão precocemente, oriundos dos meios, profissões, culturas e expectativas, chegando, a priori, num número aceitável, sendo recebidos com entusiasmo pelos comerciantes e pelos prestadores de serviços, mas posteriormente, em grandes levadas, aumentando significativamente os problemas da cidade. Essa enxurrada de novas pessoas que se agregavam à cidade impunha novas medidas socioeconômicas ao poder público, e foi tornando superados os, ainda tímidos, projetos em execução pela administração municipal, além daqueles que haviam sido concebidos pelos urbanistas, e naquela conjuntura ainda se encontravam engavetados (CATTA, 2009, p.169).

Diante do grande comércio de um lado ao outro da fronteira²⁸ é importante destacar que a dinâmica social deste espaço não segue as divisas estabelecidas pelo limite internacional. Isso porque os padrões de moradia e de trabalho não são organizados por este limite, e as interrelações entre ambos é tamanha que o limite internacional pode muitas vezes parecer uma abstração em um espaço urbano contínuo. Nesta perspectiva, Rabossi (2004, p.10-11) explicita que:

O quadro que emerge da dinâmica social e das trajetórias históricas é diferente e, nas interações que ocorrem através desse movimento comercial, também se mantêm limites claros reproduzindo-se diferenças e inscrevendo-as em terrenos de sociabilidade particulares. Independentemente dessas dinâmicas, ainda que desde o movimento comercial o limite internacional pode parecer uma abstração, não podemos esquecer que é precisamente por sua presença que tal movimento ocorre: o fato de cada cidade pertencer a estados diferentes (*ergo*, espaços econômicos diferentes) é o que cria os incentivos para que esse movimento suceda. Neste sentido, essa dinâmica que se instaura pelo limite internacional – pela presença contígua de territórios sujeitos a regimes legais diferenciais dos quais derivam os controles das importações e as políticas impositivas, entre outros aspectos –, só pode desenvolver-se *apesar* desse limite internacional; isto é, apesar dos controles instaurados para regular o fluxo das mercadorias e das pessoas. Isto produz uma situação singular: o fato de ser um espaço de interrelações que se estrutura a partir de diferenças. Ambos os elementos se pressupõem e não se cancelam, contrariamente às imagens de alguns retratos que o apresentam como um espaço homogêneo.

A partir de 1970 com a intensificação das atividades comerciais entre Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, verifica-se o caminho para a formação da aglomeração de fronteira. As relações entre Foz do Iguaçu e a cidade argentina de

²⁸ Em relação ao movimento de transporte na Ponte da Amizade em 2001, segundo o DNER, 18.500 veículos e 20.000 pedestres atravessaram a ponte diariamente em ambos os sentidos (RABOSSA, 2004, p.42). É importante considerar que no período em que estamos estudando, ou seja, as décadas de 1980 e 1990, este fluxo era ainda maior.

Puerto Iguazu são anteriores àquelas com a cidade paraguaia de Ciudad Del Este, já que ainda no início do século XX muitas transações econômicas da região ocorriam naquela localidade.

Era na província de Posadas que se localizava um dos principais portos e onde se concentrava praticamente todo o comércio que existia na região, como a comercialização de madeira e erva-mate e o próprio abastecimento da cidade de Foz do Iguaçu com produtos como farinha, azeite, querosene, vestuário, dentre outros. As relações entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, embora existentes, eram pouco intensas, sendo ampliadas a partir da construção da Ponte da Amizade e da BR-277 e intensificadas com a construção de Itaipu. A partir da dinamização deste comércio se tem o principal elemento para a formação do aglomerado de fronteira.

Em relação aos estudos sobre aglomeração, destaca-se o trabalho de Davidovich e Lima (1975), apontando como fundamental a compreensão das relações de interdependência das cidades. As autoras consideram a densidade demográfica mínima de 60 hab/km², a composição da PEA predominantemente nos setores secundário e terciário, além de critérios de integração como fluxos de migração pendular, fluxos telefônicos, de transporte coletivo e de mercadorias e capitais como requisitos para classificar aglomerações.

Já a Secretaria de Estado de Planejamento aponta que as aglomerações podem ser classificadas em duas categorias: as de espaço urbanizado contínuo, resultantes da expansão da cidade central, da expansão simultânea de duas ou mais cidades e/ou de uma integração de cidades, enquanto as aglomerações sem espaço urbanizado contínuo são formadas por municípios contíguos, cuja integração é feita por complementaridade de funções e não por junção espacial (PARANÁ, 1991). Segundo esta classificação, a aglomeração fronteiriça em tela enquadra-se na primeira categoria, já que as cidades pertencentes a esta se expandiram simultaneamente. Em relação às fronteiras, concorda-se com Oliveira et al (2010,p.74):

Mais que a extensão de contato entre o Brasil e seus países vizinhos, entende-se a fronteira em seu sentido material, como uma região cortada pelos limites político-administrativos dos países, mas também como uma construção social simbólica de limite, que remete à perspectiva simultânea de cruzar ou ser barrado. Ou seja, mais que uma linha imaginária que separa países, a fronteira é concebida como um espaço em mutação, que se abre e se fecha, proíbe e autoriza, que supera a rigidez com uma porosidade unificadora e, acima de tudo, que reflete relações de poder. As cidades de fronteira e aglomerações transfronteiriças são a materialização destas relações em contínua transformação, expressando-se em configurações urbanas aglomeradas, ou simplesmente próximas, entre ocupações de países vizinhos.

Destacam-se as aglomerações fronteiriças, cujas áreas de ocupação contínua, resultantes da expansão urbana de cidades vizinhas, mesmo que cortadas por rios, perpassam e interconectam territórios de mais de um país. Esta compreensão orientará toda a abordagem subsequente.

Em relação às cidades que constituem a aglomeração de fronteira, cabe mencionar que Ciudad Del Este exibiu crescimento similar a Foz do Iguaçu durante o período da construção de Itaipu. Dados da Dirección General de Estadísticas y Censos (DGEEC) do Paraguai apontam que, no ano de 1972, a municipalidade contava com uma população total de 26.485 habitantes, sendo elevado para uma população total de 62.328 em 1982 e 260.594 em 2005.

Mesmo com uma população consideravelmente inferior às outras duas cidades fronteiriças, a municipalidade de Puerto Iguazu também foi afetada pelas obras de Itaipu, mesmo considerando que a Argentina não tenha feito parte do acordo binacional. A população de Puerto Iguazu triplicou após 1970, já que neste período contava com 3.001 habitantes, passando para 10.250 em 1980, e no ano de 2001 apresentava uma população total de 31.515 habitantes, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), da Argentina (IPARDES, 2008).

Entre as três cidades constituintes da Tríplice Fronteira, Foz do Iguaçu se destaca como centro de comércio e serviços de maior complexidade, da presença de importantes infraestruturas, além de exercer a função de polo internacional de turismo. Esta função é compartilhada com Puerto Iguazu, que oferece também infraestrutura e serviços ao turismo, todavia em menor volume, concentrando-se em sua pequena área central.

As maiores diferenças econômicas e sociais se dão entre as cidades brasileira e paraguaia. Como Brasil e Argentina são as duas maiores forças econômicas no Cone Sul, a passagem de mercadorias entre Puerto Iguazu e Foz do Iguaçu está na maior parte ligada às variações cambiais ou à distinção nos valores dos produtos originados por singularidades nas características econômicas e produtivas dos dois países (ROSEIRA, 2006).

Desta forma, as ações dos órgãos de fiscalização estão direcionadas a um tipo de fluxo mais comum nas regiões de fronteira, visto que o comércio que ocorre por meio da Ponte Tancredo Neves possui um volume muito inferior ao realizado na Ponte da Amizade.

As atividades econômicas que têm caracterizado cada uma destas cidades fronteiriças tendem a serem reforçadas com o tempo, resultando na intensificação das interações e dos deslocamentos populacionais entre as cidades em busca da complementaridade dos serviços que elas proporcionam à região “[...] reforçando o que parece ser uma das principais características desta região, a intensa mobilidade humana vivenciada entre as cidades fronteiriças (MOURA, 2010, p.129).

Nesta discussão é necessário apontar que além de Foz do Iguaçu fazer parte do aglomerado de fronteira, outro processo ocorre entre Foz do Iguaçu e a cidade de Santa Terezinha de Itaipu, neste caso aponta-se o processo de conurbação. Refere-se a um processo de crescimento urbano de duas ou mais cidades que acabam por juntar-se. Contudo, neste processo de crescimento, as cidades mantêm certa independência entre si, mesmo que uma delas tenha maior proeminência.

No entanto, quando relações de integração através de deslocamentos cotidianos para o trabalho, estudo, consumo, entre outros, ocorrerem entre uma cidade principal e núcleos urbanos conurbados ou não à primeira, tem-se a aglomeração urbana. Assim, esta

[...] expressão é reservada para cidades já de um certo tamanho e com uma localização relativamente independente em relação a outros grandes sítios urbanos.[...] O conjunto forma uma unidade de construções e de espaço econômico, mas que pode muito bem ser repartida por uma série, um grande número de unidades administrativas. A cidade-centro exerce um certo efeito de atração: é em relação a ela que se organiza a rede convergente de transportes; é ela o lugar de concentração de empregos. Os bairros da cidade, assim como os setores dos arredores periféricos, podem ter características diferentes, quer do ponto de vista da morfologia, quer da repartição das atividades e do nível social (BEAUJEAU-GARNIER, 1983, p. 135-136).

A fim de melhor compreender a dinâmica econômica de Foz do Iguaçu, as tabelas 11 e 12 apresentam dados dos setores comerciais e de serviços na década de 1980.

Tabela 11 - Estabelecimentos comerciais e pessoal ocupado em Foz do Iguaçu: 1980/1985

Setor	1980		1985	
	Estab.	Pessoal Ocupado	Estab.	Pessoal Ocupado
Comércio Varejista	848	5.298	1.105	5.807
Tecidos, vestuários e armarinho	221	1.144	305	1.420
Veículos e peças	70	477	93	661
Alimentos e mercadorias em geral	49	797	39	721
Demais gêneros	508	2.880	668	3.005
Comercio Atacadista	50	566	132	1.058
Total	898	5.864	1.237	6.865

Fonte: Censos Econômicos: Municípios, IBGE, 1985 (1991).

De acordo com a tabela acima se verifica o crescimento do setor comercial em Foz do Iguaçu. Em cinco anos os estabelecimentos saltaram de 898 para 1.237, enquanto o número de pessoas ocupadas cresceu de 5.864 para 6.865. De modo geral ocorreu crescimento do número de estabelecimentos ligados ao comércio varejista, com exceção para os estabelecimentos de alimentos e mercadorias em geral, que passaram de 49 em 1980 para 39 em 1985. Destaque deve ser dado ao comércio atacadista, que no espaço de cinco anos contou com a abertura de 339 novos estabelecimentos. Isto se justifica pela infraestrutura adquirida pela cidade durante a construção de Itaipu, além da demanda de produtos pelos municípios próximos.

No que diz respeito ao setor de prestação de serviços (tabela 12), o crescimento se deu em todos os segmentos. O segmento de alojamento foi o que menos cresceu, contudo, verifica-se o aumento de 48,63% de pessoas ocupadas. Esta constatação está relacionada com a ampliação e melhoria dos serviços dos estabelecimentos já existentes, assim como o aumento de turistas, fato que demanda maior número de mão-de-obra.

Em cinco anos os estabelecimentos ligados à alimentação cresceram 40,63%, os estabelecimentos de manutenção, reparação e instalação cresceram 47,03% e os estabelecimentos variados cresceram na ordem de 72,96%. Com todo este crescimento do setor, 1.576 novas pessoas passaram a trabalhar na prestação de serviços.

Tabela 12 - Estabelecimentos de prestação de serviços e pessoal ocupado em Foz do Iguaçu: 1980/1985

Serviços	1980		1985	
	Estab.	Pessoal Ocupado	Estab.	Pessoal Ocupado
Alojamento	90	1.244	93	2.558
Alimentação	193	1.344	475	1.681
Manutenção, Reparação e Instalação	103	648	219	811
Demais Gêneros	197	2.654	270	2.416
Total	583	5.890	1.057	7.466

Fonte: Censos Econômicos: Municípios, IBGE, 1985 (1991).

No início da década de 1990 a Usina Hidrelétrica de Itaipu inaugurava outras turbinas, fato que tinha importantes significados para a área de fronteira, ou seja, a etapa final de montagem das turbinas colocaria em plena operação a maior hidrelétrica do mundo no ano de 1992, o que levaria Itaipu a dispensar mais uma grande quantidade de trabalhadores. Além disso, a empresa não mostrava a possibilidade de contratar novos empregados. Neste sentido, é importante considerar que a produção de eletricidade de Itaipu encontra seu principal mercado na indústria paulista.

Diante desta situação, muitas transformações foram impostas ao espaço urbano de Foz do Iguaçu, que passou por uma intensa reorganização, tanto pela presença de expressiva população pobre e problemas sociais como o desemprego,

falta de moradia, precário saneamento nas áreas periféricas, como pelo contingente de trabalhadores vivendo de trabalhos informais²⁹.

Por outro lado, é importante destacar que Foz do Iguaçu não representava um caso isolado em relação às desigualdades sociais. Apesar das características singulares, como sua localização distante dos grandes centros do país, fronteira com outros dois países sul-americanos, assim como a própria composição de sua população, Foz do Iguaçu era um reflexo do quadro mais amplo da sociedade brasileira e das políticas socioeconômicas implantadas pelo Governo Federal durante as décadas de 1980 e 1990 (CATTA, 2009).

Neste sentido, cabe apontar que a década de 1990 foi marcada por um período de transição da economia brasileira, com a abertura econômica e comercial. Desta forma, a economia foi sendo reestruturada; o Estado deixou de atuar ativamente no setor produtivo, privatizando várias empresas estatais e integrando-se com a economia internacional de forma pouco planejada, tornando-se cada vez mais dependente da lógica do mercado externo. Diante disso, a economia brasileira passou a conviver com sérios problemas econômicos, como o descontrole inflacionário, que desestabilizava e estagnava qualquer tentativa de crescimento econômico.

A taxa anual de inflação quadruplicou entre 1985 e 1988, atingindo 81% em 1990 (BAER, 1996). Esta situação se estendeu até 1994, quando a implantação do Plano Real passou a controlar a inflação de forma mais efetiva, todavia com um ônus bastante elevado para a economia do país. Camargos (2002, p.8) aponta:

[...] o Plano Real esconde sob a bandeira do controle inflacionário e da estabilização da economia, problemas crônicos como o desemprego, o aumento do emprego informal e da vulnerabilidade externa. Problemas que se agravam a cada dia e poderão acarretar dificuldades intransponíveis para administrações futuras, incorrendo o país na ameaça de ter um destino semelhante ao da vizinha Argentina”.

Durante a construção de Itaipu, a mesma foi responsável pela dinâmica do ponto de vista do crescimento populacional, comercial e prestador de serviços, criando até mesmo uma articulação muito forte entre estes processos. Todavia, os

²⁹ Para o aprofundamento acerca dos problemas sociais, violência e tráfico de drogas em Foz do Iguaçu, ver: CATTA, L.E. A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

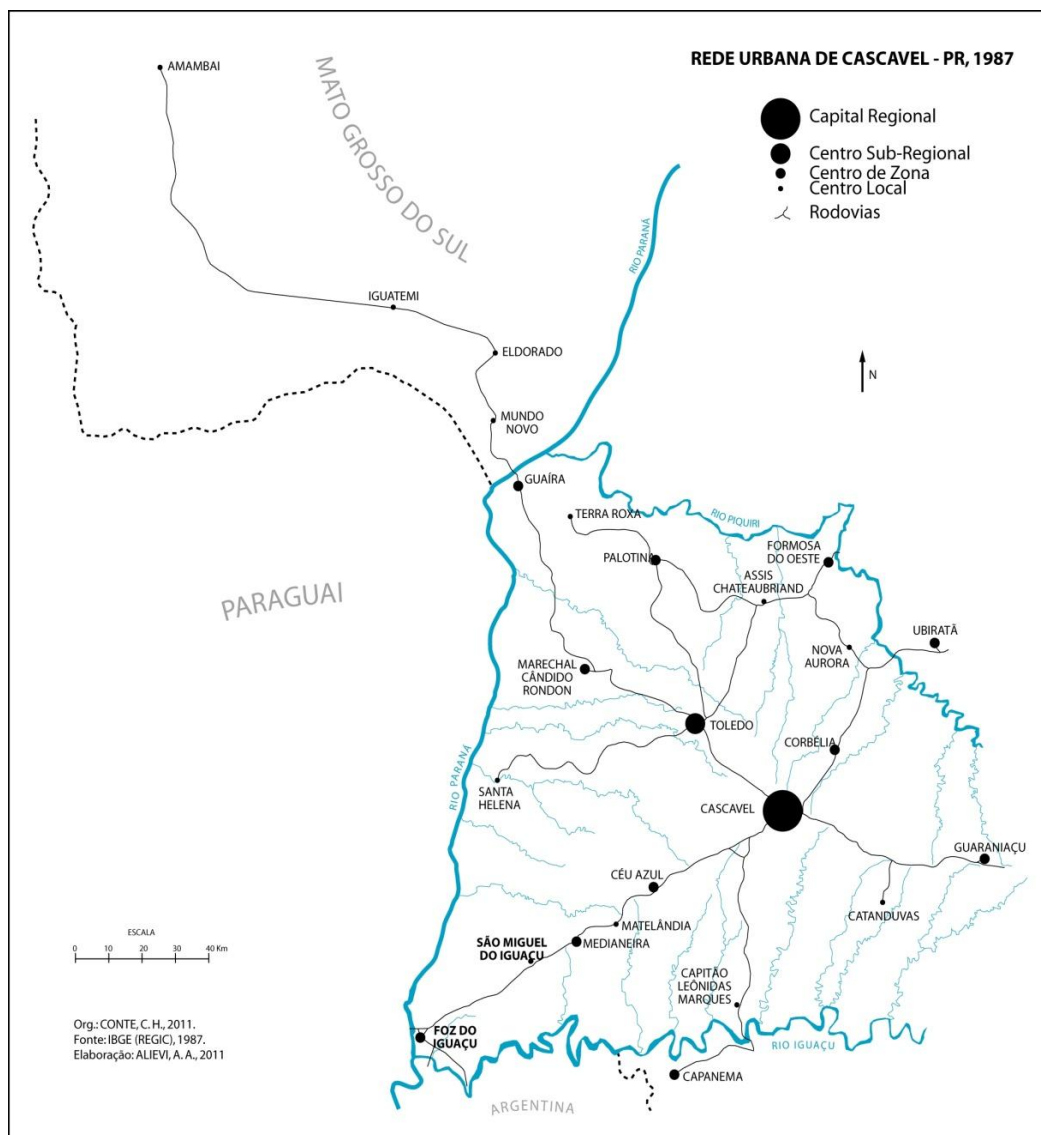
reflexos não se deram apenas na cidade de Foz do Iguaçu, mas em toda a rede urbana. A construção de Itaipu e as alterações socioespaciais advindas de seu estabelecimento influenciaram inclusive na hierarquia desta rede, como veremos no próximo item.

2.4 - A consolidação da rede urbana regional de Foz do Iguaçu

Em 1987 o IBGE publicou o segundo REGIC com dados coletados no final da década de 1970, ou seja, no período de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Verifica-se, no mapa abaixo, que o quadro foi pouco alterado em relação à primeira pesquisa, realizada no final da década de 1960. O nível metropolitano encontra-se em Curitiba, a cidade de Cascavel foi elevada à categoria de capital regional, enquanto Foz do Iguaçu permaneceu como um centro de zona subordinado a Cascavel. Foz do Iguaçu contava em sua área de influência apenas com a cidade de São Miguel do Iguaçu, já que Medianeira passou a constituir área de influência de Cascavel, de acordo com o mapa 5.

Cascavel foi elevada a categoria de município em dezembro de 1952 e conta atualmente com uma população urbana de 270.009, enquanto a rural é de 16.163 (IBGE, 2010). A elevação de Cascavel para capital regional está relacionada com a importância que a cidade recebeu enquanto distribuidora de bens e serviços para as demandas de Itaipu. No início da década de 1970, Cascavel era a cidade mais aparelhada do Oeste paranaense no que diz respeito à infraestrutura e funcionalidade. Desta forma, e atrelada à proximidade com Foz do Iguaçu, durante os primeiros anos de construção da usina Cascavel tornou-se sua base de distribuição.

Ligado a este fato, observa-se que Cascavel teve sua rede de cidades ampliada, pois além dos núcleos já encontrados sob sua influência em 1966, nesta pesquisa verificam-se ligações com as cidades de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi e Amambai, no Mato Grosso do Sul.



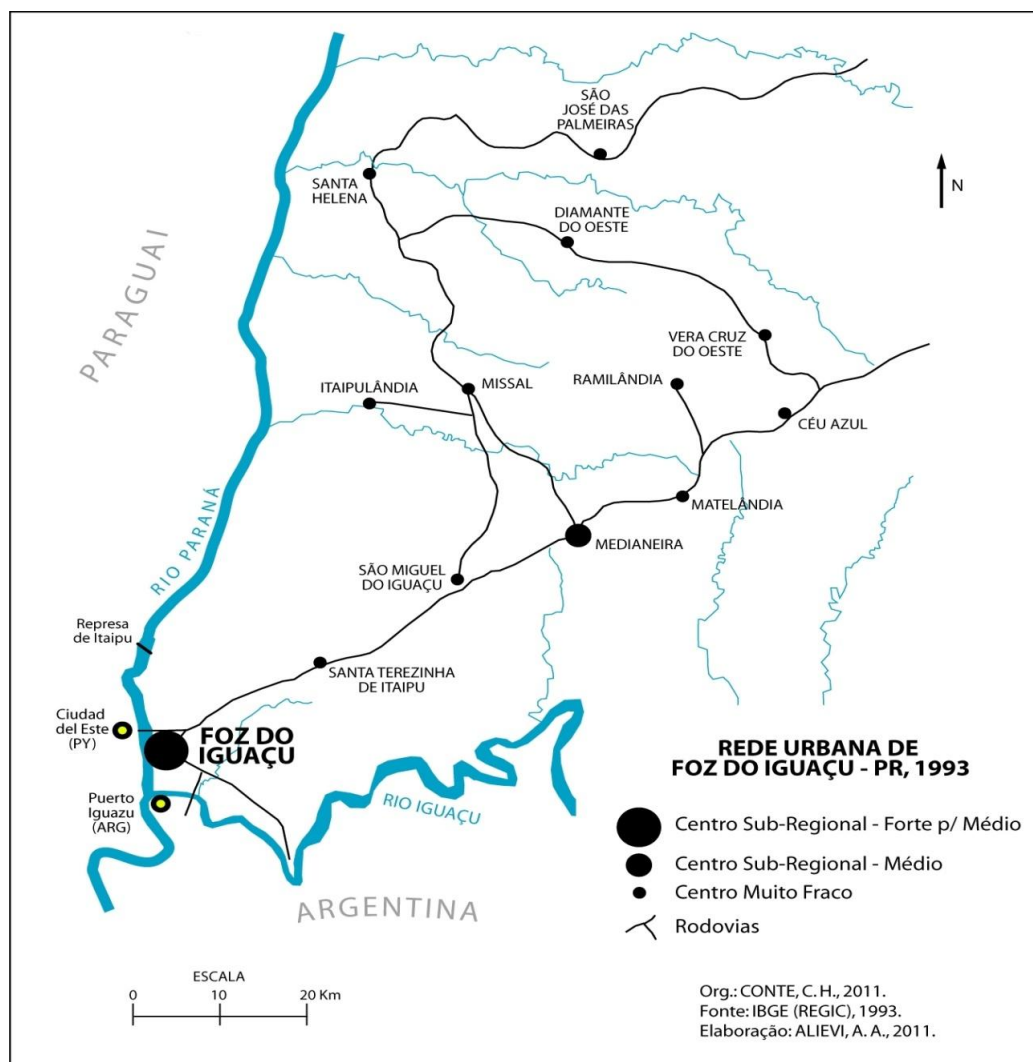
Mapa 5 - Rede urbana de Cascavel: 1987

Em 1993 o IBGE publicou a terceira pesquisa do REGIC, cujos dados são do final da década de 1980. Nesta ocasião se observa alterações em relação à pesquisa anterior; Curitiba continua exercendo papel de nível metropolitano, Cascavel de capital regional (forte), enquanto Foz do Iguaçu ganha posição na rede, sendo classificada como centro sub-regional (forte para médio). Subordinada diretamente a Foz do Iguaçu verifica-se a cidade de Santa Terezinha de Itaipu, esta na condição de centro local. Entretanto, encontra-se sob influência de Foz do Iguaçu a cidade de Medianeira, tendendo a centro sub-regional (nível médio) e a ela estão subordinados os demais centros locais: Céu Azul, Diamante do Oeste, Itaipulândia,

Matelândia, Missal, Ramilândia, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste.

De acordo com o mapa 6, observa-se que a rede urbana de Foz do Iguaçu foi ampliada, pois neste momento a cidade aparece com um nível de centralidade superior em relação a última pesquisa. Como consequência do fortalecimento de Foz do Iguaçu mediante ampliação e/ou criação de suas funcionalidades, o município tornou-se apto a fornecer bens e serviços para grande parte dos núcleos anteriormente subordinados a Cascavel.

É neste momento, ainda sob influência das recentes transformações advindas da construção de Itaipu, que Foz do Iguaçu consolida sua rede regional de cidades, desvinculando-se de Cascavel e tornando-se a cidade mais importante da rede.



Mapa 6 - Rede urbana regional de Foz do Iguaçu: 1993

Em relação às cidades desta rede regional é importante destacar que a grande maioria, mesmo que em proporções menores, passaram por transformações advindas da construção de Itaipu. Com a formação do reservatório alguns municípios perderam terras, população e renda. Por outro lado, muitos trabalhadores dispensados de seus trabalhos na Usina Hidrelétrica de Itaipu buscaram em cidades menores da rede melhores oportunidades de trabalho e de sobrevivência. Cabe ressaltar que através do comércio em Ciudad Del Este, muitos moradores destas cidades encontraram opção de trabalho e de melhores condições de vida. A tabela 13 demonstra a evolução populacional de todas as cidades da rede.

Tabela 13 - Evolução da população total, urbana e rural, dos municípios da rede urbana regional de Foz do Iguaçu: 1970/2010

Cidades	1970		1980		1990		2000		2010	
	Pop. Urbana	Pop. rural	Pop. Urbana	Pop. rural	Pop. Urbana	Pop. rural	Pop. Urbana	Pop. rural	Pop. Urbana	Pop. rural
Foz do Iguaçu	20.150	13.820	101.330	34.990	186.422	3.753	256.524	2.019	253.962	2.126
Medianeira	6.047	7.887	20.396	9.270	28.006	5.771	33.246	4.581	37.390	4.427
São Miguel do Iguaçu	1.511	10.541	7.014	13.525	8.974	10.001	14.260	10.172	16.485	9.284
Diamante do Oeste	25	4.601	1.443	6.448	2.876	6.377	2.480	2.398	2.561	2.466
Itaipulândia	378	6.535	554	3.519	890	1.718	3.757	3.079	4.741	4.285
Sta. Terezinha de Itaipu	1.283	4.623	7.788	3.744	11.655	2.494	16.299	2.069	18.837	2.004
São J. das Palmeiras	-	-	-	-	2.355	3.241	2.259	1.843	2.411	1.419
Céu Azul	2.504	10.438	5.467	6.033	5.831	4.755	7.197	3.248	8.387	2.645
Matelândia	2.651	21.910	6.847	7.981	8.438	4.080	10.151	4.193	11.613	4.465
Santa Helena	1.667	14.862	4.584	14.577	5.727	8.758	9.818	10.673	13.126	10.287
Ramilândia	-	-	2.086	8.941	1.949	2.864	1.754	2.114	2.043	2.091
VeraCruz do Oeste	1.679	8.600	6.287	7.657	6.579	4.791	6.966	2.685	6.863	2.110
Missal	491	9.608	2.183	10.408	3.679	6.693	4.972	5.461	5.420	5.054

Fonte: Censo Demográfico, IBGE 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em 1970, apenas Foz do Iguaçu apresentava predomínio de população urbana, representando cerca de 60% da população total. Todos os demais municípios eram majoritariamente rurais, cujo destaque deve ser dado a Diamante do Oeste, com apenas 25 habitantes urbanos.

Em 1980, no que se refere à distribuição entre rural e urbano, nota-se que a situação permanece relativamente estável em comparação a 1970. Contudo, neste momento são três os municípios que apresentam predomínio da população urbana: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Medianeira. Além disso, verifica-se aumento populacional total para a maioria dos municípios, com exceção de Itaipulândia, Céu Azul e Matelândia.

Em relação à década de 1990, percebe-se, de modo geral, que ocorreu diminuição da população total, exceto os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Diamante do Oeste e Medianeira, que mantiveram o crescimento. Com o passar dos anos o processo de crescimento demográfico de Foz do Iguaçu foi menos intenso, correspondendo ao período de recessão em que o

país se encontrava, ou seja, esta situação foi determinante para que muitas pessoas deixassem Foz do Iguaçu em busca de alternativas de trabalho em outras cidades.

Outra observação diz respeito ao predomínio de população urbana, já que na década de 1990 houve um significativo crescimento destes. Em 1980 eram três municípios majoritariamente urbanos, e em 1990 estes totalizavam seis, com destaque para Vera Cruz do Oeste, Céu Azul e Matelândia, que tiveram alteração em sua composição populacional.

Nos anos 2000 nota-se que maior parte dos municípios voltou a ter crescimento da população total, exceto São José das Palmeiras, Céu Azul, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste e Diamante do Oeste. Este período marca também a inversão da população rural para urbana. Enquanto em 1990 os municípios com população urbana superior à rural contabilizavam três, em 2000 eram três os municípios que mantinham a população rural predominante: Santa Helena, Ramilândia e Missal. Todavia, deve-se considerar que nestes casos a diferença entre a população rural e a urbana não alcança os 1.000 habitantes.

Em 2010 o crescimento da população total manteve-se em relação aos anos 2000; a diminuição se deu apenas nos municípios de Foz do Iguaçu, São José das Palmeiras e Vera Cruz do Oeste. Neste momento os municípios caracterizam-se como urbanos, pois apenas Ramilândia manteve sua população rural maior que a urbana, ainda assim esta superioridade não ultrapassa os 50 habitantes.

No geral verifica-se maior crescimento de alguns municípios em detrimento de outros, como é o caso de Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu. As duas primeiras receberam algumas indústrias nos últimos anos, fato que pode justificar o rápido crescimento populacional, já o crescimento populacional de Santa Terezinha pode estar relacionado à sua proximidade e relação com Foz do Iguaçu. Mesmo considerando a diminuição da população total de Foz do Iguaçu em 2010, Santa Terezinha manteve crescimento.

Diante do exposto, é importante considerar a dinâmica de transformação na rede urbana, que é derivada dos complexos processos de criação e evolução dos seus centros urbanos, marcados por uma evolução urbana desigual, vinculada a uma desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, resultantes das tendências contraditórias para a convergência e para a divergência. É desta forma que as redes urbanas distinguem-se umas das outras, já que são determinadas pela

complexidade genética e através de suas estruturas dimensionais, espaciais e funcionais, onde a combinação, num certo espaço-tempo, caracterizam-nas e as distinguem (BESSA, 2007).

Desta forma, para compreender a rede urbana deve-se apreender a coerência da estrutura socioespacial, que cumpre importante papel no sentido de tornar compreensíveis as lógicas geratrizes que, na etapa embrionária de certa rede urbana, impuseram um padrão específico de articulação de seus elementos peculiares, estabelecendo a ela uma identidade singular. No mesmo caminho cabe compreender as lógicas dinamizadoras que geram a desarticulação de uma nova configuração espacial para a rede, definida por essa ou aquela recombinação de elementos que se manifestam de modo integrado num dado contexto espaço-temporal, resultando num padrão de rede diferente do anterior, pois transformou sua estrutura e seu funcionamento, portanto, cada combinação tem a sua lógica, norteadas pelas práticas e estratégias dos agentes políticos, econômicos e sociais (BESSA, 2007).

A partir das transformações ocorridas na rede, Foz do Iguaçu tende a manter-se como parte integrante do pólo regional Oeste juntamente com Cascavel e Toledo, como apresentado por Moura (2010), reforçando a condição metropolitana da capital Curitiba e mantendo sua condição de influência regional. Ainda assim, sua complexa condição, que envolve as diversas redes de relações locais e internacionais, com suas tensões e contradições sociais, políticas e econômicas, continuaram a determinar a peculiar dinâmica à região da Tríplice Fronteira e a diferenciação das outras cidades de porte similar.

Neste sentido, Foz do Iguaçu diferencia-se das demais cidades de seu arranjo urbano por vários motivos: sua economia não está fundada no agronegócio³⁰ e sim na geração de energia elétrica, nas atividades turísticas, nas funções comerciais e de serviços que recebem incrementos a partir do comércio de fronteira e destaca-se pelo fluxo nas relações urbanas internacionais (IPARDES, 2008). Ou seja, Foz do Iguaçu tornou-se uma cidade mais complexa do ponto de vista do comércio e

³⁰ A diferenciação em relação ao agronegócio é pautada principalmente no que diz respeito à área destinada ao plantio e a quantidade colhida (ver tabela 11). Outra característica é o número de estabelecimentos ligados ao agronegócio em Foz do Iguaçu, onde 95% é destinada a exportação para o Paraguai, ou seja, o consumo de maquinaria e insumos agrícolas na cidade é relativamente pequeno.

prestação de serviços, já que atende as demandas de sua população, dos municípios da rede e das cidades de fronteira.

Além disso, Foz do Iguaçu ganhou destaque em sua inserção na rede internacional de cidades. Isso se explica através do crescimento e desenvolvimento da atividade turística, já que investimentos tanto de ordem pública quanto privada passaram a ser aplicados em serviços e infraestrutura turística, possibilitando e atraindo a cada ano número maior de visitantes. Para melhor compreender esta dinâmica, o próximo capítulo é destinado à verificação das atividades econômicas desenvolvidas em Foz do Iguaçu, além da relação mantida com as cidades da rede.

3- FOZ DO IGUAÇU NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O presente capítulo objetiva verificar o papel desempenhado por Foz do Iguaçu na rede de cidades no início do século XXI. Após passar por um conjunto de transformações socioespaciais advindas da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Foz do Iguaçu fortaleceu e desenvolveu uma série de atividades econômicas que lhe proporcionaram importante colocação na rede urbana. Para que o entendimento acerca deste processo seja efetuado, este capítulo está dividido em quatro itens; primeiramente estuda-se a importância e a abrangência das atividades prestadoras de serviços, em seguida são analisadas as atividades comerciais da cidade; os deslocamentos pendulares realizados na rede e finalmente busca-se a compreensão da atividade turística em Foz do Iguaçu.

3.1 - As atividades prestadoras de serviços

Os serviços têm papel fundamental na análise e compreensão de espaços urbanos pelo fato de ter ocorrido ampliação e complexificação destes, tanto em metrópoles como em cidades não metropolitanas, pelo papel das cidades no poder e controle de atividades, pelos efeitos que a globalização estimulou em reforçar a importância dos mesmos aos intrincados sistemas de controle da produção e da gestão do capital, entre outros aspectos. Neste sentido, a expansão destas atividades vem sendo ampliada em Foz do Iguaçu, conforme demonstra que a tabela 14.

Em 2010 eram 2.488 estabelecimentos, sendo 22,26% representados por estabelecimentos do setor de alojamento e alimentação; 19,33% por atividades administrativas e serviços complementares; 13,54% por transportes, armazenagem e correio; 12,37% por saúde humana e serviços sociais; 9,88% representados por outras atividades de serviços; 6,39% por atividades profissionais, científicas e técnicas; 5,02% por educação e 11,17% dos serviços ofertados em Foz do Iguaçu estão ligados às atividades de informação e comunicação, financeiras, de seguros, imobiliárias, administração pública, defesa e seguridade social, arte, cultura, esporte e recreação, serviços domésticos e organismos internacionais.

Tabela 14 - Atividades de serviços e número de estabelecimentos em Foz do Iguaçu: 2010

Atividades	Estabelecimentos
Transporte, armazenagem e correio	337
Alojamento e alimentação	554
Informação e Comunicação	80
Financeiras, de seguros e relacionados	61
Imobiliárias	45
Profissionais, científicas e técnicas	159
Administrativas e serviços complementares	481
Administração pública, defesa e seguridade social	10
Educação	125
Saúde Humana e serviços sociais	308
Arte, cultura, esporte e recreação	69
Outras atividades de serviços	246
Serviços domésticos	12
Organismos internacionais	1
Total	2.488

Fonte: MTE/RAIS, 2010.

Diante deste quadro, escolhemos duas atividades para aprofundarmos a discussão: educação e saúde. Isto porque ambos serviços presentes em Foz do Iguaçu são os mais amplos e complexos, permitindo a verificação do alcance dos mesmos em relação a rede urbana, bem como as diversas interações espaciais que ocorrem a partir destes. A diversificação e a expansão dos serviços ligados ao ensino e à educação em Foz do Iguaçu seguem uma tendência mais ampla, a qual agregou desenvolvimento e crescimento econômico com instrução formal, mas não necessariamente com mudança social (BESSA, 2007). Ocorreu grande crescimento das instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo os cursos de pós-graduação, de formação profissional de nível técnico e profissionalizante, de acordo com a tabela 15.

Tabela 15 - Número de estabelecimentos, matrículas e docentes em Foz do Iguaçu:
2009

Nível Escolar	Escolas	Matrículas	Docentes
Ensino pré-escolar	58	4.536	225
*escola pública municipal	31	2.977	135
*escola privada	02	1.559	90
Ensino fundamental	104	46.438	1.757
*escola pública estadual	27	19.487	802
*escola pública municipal	52	20.914	549
*escola privada	25	6.037	406
Ensino médio	41	12.429	824
*escola pública estadual	27	10.516	632
*escola privada	14	1.913	192

Fonte: IBGE.Cidades@ 2009.

A tabela apresenta dados referentes ao número de escolas, matrículas e docentes nos níveis pré-escola, fundamental e médio no ano de 2009, verificando-se que do total de escolas, a maioria (80%) são públicas – os dados evidenciam nestes níveis escolares forte presença do ensino público. Neste sentido, é importante mencionar a presença do Núcleo Regional de Educação, que abrange os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Medianeira e Serranópolis do Iguaçu. A presença de alunos de outras cidades da rede regional é mínima, e quando ocorre a presença de alunos provenientes da Argentina e principalmente do Paraguai, se dá em escolas privadas, já que a rede municipal e estadual tem exigências em relação ao local de residência para a utilização do serviço de educação básica da cidade.

Não existe estatística referente ao número de crianças e adolescentes moradores do Paraguai e Argentina que utilizam as escolas de Foz do Iguaçu, mas verifica-se empiricamente que na maior parte, são filhos de descendentes de árabes e chineses, que se ocupam do comércio em Ciudad Del Este e encaminham seus filhos para as escolas privadas da cidade por meio de ônibus e vans particulares.

Relação importante entre cidades da rede urbana e o serviço educacional encontra-se alicerçada principalmente no ensino superior. Nas últimas décadas foram criadas várias instituições deste segmento, acompanhando, em parte, um processo ocorrido em todo o território nacional, principalmente nas maiores cidades brasileiras. Foz do Iguaçu conta atualmente com oito instituições, das quais cinco são privadas e três públicas.

Dentre as instituições públicas, de acordo com o quadro 1, a cidade abriga o campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com treze cursos de graduação, um de pós-graduação *stricto-sensu* e cinco *lato-sensu*. Entre os cursos de graduação, quatro deles estão ligados às áreas de Engenharia e Ciências Exatas e estão instalados no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI³¹).

A cidade conta também com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, que em parceria com universidades federais do Paraná (UFPR), de Santa Catarina (UFSC), de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) disponibilizam cinco cursos de graduação. A sede da UAB localiza-se no Parque Tecnológico de Itaipu. Além dos cursos de graduação, a instituição oferece seis cursos de especialização *lato-sensu*, e prevê ainda a abertura de outros quatro cursos de graduação para o ano de 2012.

A instituição de ensino superior mais recente é a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), provisoriamente instalada no Parque Tecnológico de Itaipu, cujas atividades tiveram início no segundo semestre de 2009 com a implantação do Instituto de Estudos Avançado (IMEA). A UNILA foi instituída pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, visando formar pesquisadores e profissionais que pensem a América Latina de forma integrada. Para tanto, as vagas são ocupadas por estudantes brasileiros e dos demais países da América Latina (com um projeto político-acadêmico bilíngüe – português/espanhol), com cursos nas áreas de Ciências, Engenharias, Humanidades, Letras, Artes, Ciências Sociais e Aplicadas. A instituição prevê atender dez mil alunos em sua capacidade máxima.

³¹ Criado em 2003 pela Itaipu Binacional, o PTI se consolida como um polo científico e tecnológico no Brasil e no Paraguai. Neste ambiente, o PTI reúne ações voltadas às áreas de Educação, Ciência & Tecnologia e Empreendedorismo.

Instituição	Área do conhecimento	Cursos	Total
UNIOESTE	Ciências Sociais Aplicadas	Administração, Ciências Contábeis, Direito, Hotelaria e Turismo.	05
	Educação e Letras	Enfermagem, Letras – Português/Espanhol, Letras – Português/Inglês e Pedagogia.	04
	Engenharia e Ciências Exatas	Ciências da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Matemática.	04
UNILA	Ciências Exatas Aplicadas	Ciências Econômicas	01
	Ciências Biológicas	Ciências Biológicas	01
	Ciências Humanas	Ciência política e Sociologia e Relações Internacionais e Integração	02
	Engenharias	Engenharia Civil de infra-estrutura e Engenharia de Energias Renováveis	02
UAB	Ciências Sociais Aplicadas	Administração pública – UTFPR, Tecnólogo em Gestão pública – IF/SC.	02
	Ciências Humanas	Sociologia - UFMS	01
	Educação e Letras	Letras – Português/espanhol e Educação Especial	02
Total			24

Quadro 1 - Cursos ofertados nas instituições de ensino superior público de Foz do Iguaçu: 2010Fonte: Unioeste, Unila e UAB, 2010.

O crescimento das instituições de ensino superior foi mais significativo em relação às privadas, como se pode notar no quadro 2. Entretanto, esse crescimento se deu a partir dos anos 2000 com a criação da União Dinâmica de Faculdades Cataratas, em 2000, da Faculdade União das Américas, em 2001, e da Faculdade Anglo-Americano, em 2003. As outras duas instituições são o Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu e Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu, criadas em 1993. Juntas, as instituições privadas ofertam um total de 77 cursos de graduação, nas mais distintas áreas do conhecimento, além de uma vasta lista de pós-graduação em nível *lato-sensu*.

Instituição	Área do conhecimento	Cursos	Total
Faculdades Anglo Americano	Ciências Exatas Aplicadas	Administração, Ciência da Computação, Comércio Exterior, Gestão Ambiental, Marketing e Relações Internacionais.	06
	Ciências Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas, Farmácia, Fisioterapia Psicologia e Educação Física Bacharelado/Licenciatura e	06
	Ciências Humanas	Pedagogia	01
Cesufoz	Ciências Exatas Aplicadas	Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Tecnologia em Processamento de dados.	05
	Ciências Biológicas e de Saúde	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Educação Física.	04
	Ciências Humanas	Comunicação Social, Direito, Psicologia e Turismo.	04
	Graduação tecnológica	Comunicação e Ilustração Digital, Comunicação empresarial, Comunicação para Web, Gerenciamento de Redes de computadores, Gestão Comercio Exterior, Gestão Empreendedora, Gestão de empreendimentos Esportivos, Gestão Eventos, Gestão Hospitalar, Gestão de Marketing, Gestão de recursos Humanos, Gestão de Sistemas de informação, Gestão de Turismo Receptivo, Multimídia, produção gráfica Digital e Redes de Computadores.	16
UDC – União Dinâmica de Faculdades Cataratas	Ciências Exatas Aplicadas	Administração, Administração pública, Ciências Contábeis, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Gestão de Negócios, Sistema de informações.	07
	Ciências biológicas e de Saúde	Agronomia, Enfermagem	02
	Ciências Humanas	Arquitetura e Urbanismo, Design de moda, Direito, Jornalismo, Publicidade e propaganda, Relações públicas e turismo.	07
	Educação e Letras	Letras e Pedagogia	02
UNIAMÉRICA - Faculdade União das Américas	Ciências Exatas Aplicadas	Administração, Engenharia Ambiental,	04
	Ciências biológicas e de Saúde	Biomedicina, Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição.	12
	Ciências Humanas	História, Psicologia, Secretariado Executivo trilingue e Serviço Social e pedagogia.	07
UNIFOZ	Ciências Exatas Aplicadas	Administração	01
	Ciências Humanas	Direito e Hotelaria	02
TOTAL			77

Quadro 2 - Cursos ofertados nas instituições de ensino superior privado em Foz do Iguaçu: 2010. Fonte: Faculdades Anglo-Americano, Cesufoz, UDC, Unifoz, 2010.

Destaque também para a implantação do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), que agrega em seu espaço laboratórios de última geração, plataforma de ensino à distância e diversos outros projetos educacionais. O PTI apoia a criação e a

consolidação de empresas inovadoras através do programa PTI – Empreendedorismo, por meio da Fábrica de Empreendimento, da Incubadora Empresarial e do Condomínio Empresarial, oferecendo suporte operacional e gerencial para as empresas, assim como a interação com o meio empresarial, científico e de financiamento, colaborando com a inserção e consolidação destas empresas.

Além das faculdades e universidades presentes em Foz do Iguaçu, ocorre a expansão de instituições que disponibilizam cursos profissionalizantes. No início de 2010 foi inaugurado o campus do Instituto Federal do Paraná – IFPR, oferecendo dois cursos e com previsão de abertura de novos. A cidade conta ainda com outras nove instituições de cursos profissionalizantes.

Esta expansão do ensino superior em Foz do Iguaçu denota a perspectiva de torná-la importante polo de ensino superior no Oeste do Paraná. A valorização e ampliação da educação na cidade são necessárias frente aos alarmantes índices educacionais apresentados, pois da população total, 63,10% concluíram o primeiro grau, 33,4% concluíram o segundo grau e apenas 3,5% conseguiram concluir o ensino superior (PMFI, 2008).

O ensino superior, ao contrário do ensino fundamental e médio, não é utilizado apenas pela população iguaçuense, conforme mostra a tabela 16. Dos 11.121 alunos matriculados nas oito instituições consultadas, 8.927 são estudantes de Foz do Iguaçu, 1.803 compõem o grupo de estudantes que se deslocam de cidades localizadas no Oeste paranaense, 91 são provenientes de Ciudad Del Este e Puerto Iguazu e os outros 300 são originários de outras localidades.

Observa-se novamente a pouca participação de paraguaios e argentinos, já que somam apenas 91 estudantes. Estes se reúnem no projeto educacional de integração latino-americano – UNILA, ou seja, antes de 2009 a representatividade de estudantes dos países fronteiriços em Foz do Iguaçu era praticamente inexistente. Parte desta situação pode ser explicada pela existência de instituições de ensino público nestes países.

Tabela 16 - Número de alunos e origem nas IES de Foz do Iguaçu: 2010

Instituição	Total de alunos	Alunos de Foz do Iguaçu	Alunos da região Oeste/PR ⁱ	Alunos de Puerto Iguazu/AR e Ciudad del Este/PY	Alunos de outras localidades ⁱⁱ
UNIOESTE	1.455	982	295	1	177
UNILA	205	57	-	90 ⁱⁱⁱ	58
UAB	850	602	210	-	38
Anglo Americano	1.234	884	350	-	-
Cesufoz	1.215	966	249	-	-
UDC	3.500	3.083	398	-	19
Uniamérica	2229	1963	258	-	8
Unifoz	433	390	43	-	-
TOTAL	11.121	8.927	1.803	91	300

Fonte: UniOeste, Unila, UAB, Faculdades Anglo-Americano, Cesufoz, UDC, Uniamérica, Unifoz, 2010.

¹ Compreendido com as cidades de: Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Itaipulândia, Missal, Santa Helena, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Serranópolis do Iguaçu, Céu Azul, Corbélia, Assis Chateaubriand, Cafelândia, Ramilândia e Jesuítas.

¹ Compreendidas por - Paraná: Maringá, Francisco Beltrão, Engenheiro Beltrão, Nova Santa Rosa, Ubatã, Realeza, Umuarama, Paranaíba, Cianorte, Palotina, Chopinzinho, São Jorge do Oeste, Marmeleiro, Cafeara, Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita, Pérola do Oeste, Nova Aurora, Assaí, Quedas do Iguaçu, Palotina, Grandes Rios, São João, Santa Fé, Ponta Grossa, Pato Bragado, Dois Vizinhos, Alvorada do Sul, Ivaiporã, Nova Aurora, Curitiba, Apucarana, Arapongas, Bom Sucesso do Sul, Nova Londrina, Cruzeiro do Oeste, Pinhão, Araruna, Itapejara do Oeste e Santo Inácio. São Paulo: São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Assis, Ourinhos, Marília, Lorena, Presidente Prudente. Santa Catarina: São Miguel do Oeste, Ponte Serrada, São Lourenço do Oeste, Dionísio Cerqueira. Demais localidades: Lucas do Rio Verde/ MT, Naviraí/MS, São Gabriel do Oeste/MS, Panambi/RS, Iporã/GO. Rio de Janeiro/RJ, Divinópolis/MG, Juiz de Fora /MG, Campina Grande/PB, Belém/PA, Jequié/BA, Campo Grande/MS, Três Lagoas/MS e Cuiabá/MT.

¹ Neste caso específico são estudantes do Paraguai, Argentina e Uruguai.

Das 17 cidades do Oeste paranaense que utilizam o ensino superior existente em Foz do Iguaçu, 12 pertencem à rede urbana regional estabelecida pelo IBGE em 1993. Não foi possível estabelecer a origem e o número de estudantes de cada cidade, pois algumas instituições apresentaram apenas o número total de alunos e as cidades de origem.

No Oeste paranaense existem outros dois polos educacionais, Cascavel e Toledo, cabendo mencionar que as áreas de conhecimento e os cursos distinguem-se bastante uns dos outros, permitindo desta forma um intenso intercâmbio entre os estudantes destas cidades. Em relação às cidades mais próximas de Foz do Iguaçu, verifica-se que em Santa Terezinha de Itaipu não existe nenhuma instituição de ensino superior, São Miguel do Iguaçu conta com uma IES e Medianeira possui

duas. Outras cidades, como Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Céu Azul, Matelândia e Serranópolis do Iguaçu não possuem instituições de ensino superior.

O transporte destes alunos é feito em grande parte através da contratação de empresas privadas de transporte. No período noturno é comum encontrar esses ônibus nas principais vias de acesso às faculdades e universidades. Geralmente cada ônibus sai de uma única cidade e distribui os alunos nas respectivas instituições, concentrando-se no final deste processo em frente à Unioeste, considerada como a universidade mais distante dentro da malha urbana de Foz do Iguaçu.

O serviço de saúde, por sua vez, desde a regulamentação do SUS, em 1990, vem passando por várias mudanças, como a descentralização e a regionalização dos serviços a fim de minimizar as desigualdades geográficas e sociais no seu acesso. Em 1993 a NOB SUS 01/93 enfatizou a transferência de responsabilidades de saúde para os municípios, estabelecendo condições de habilitação dos municípios aptos ao repasse de transferências do Fundo Nacional da Saúde, definindo critérios de acordo com as condições de gestão.

Dadas as dificuldades operacionais da gestão dos serviços, no ano de 1996 foi estabelecida a NOB SUS 01/96, que buscava redefinir as condições de gestão dos municípios, ou seja, a gestão da atenção básica e gestão plena do sistema municipal de saúde e estados, a gestão avançada e gestão plena do sistema estadual e que vigora até os dias atuais. Ela possibilitou a expansão mais acelerada da rede de serviços municipais de saúde, pois os gestores estaduais e federais passaram a ser co-responsáveis pela assistência à saúde.

Em 2001 foram estabelecidos polos regionais de saúde, onde a municipalização permitiu a regionalização do atendimento. Todavia, segundo Nogueira; Dal Pra e Fermiano (2007), apesar dos esforços no sentido de viabilizar e facilitar o atendimento em saúde para a população nos diferentes níveis de complexidade de atenção, ainda existem grandes problemas na gestão e financiamento dos serviços.

Foz do Iguaçu está inserida nesta política de regionalização da saúde, e sob sua área de influência encontram-se oito municípios: Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Ramilândia, Missal, Itaipulândia e Serranópolis do Iguaçu. Estes municípios pertencem à 9ª Regional de Saúde,

localizada em Foz do Iguaçu. Entretanto, usuários de outros municípios, não apenas do Estado do Paraná, além de paraguaios, argentinos e turistas, são registrados como usuários de serviços.

As informações da tabela 17 retratam que em 2009, Foz do Iguaçu contava com 55 estabelecimentos de prestação de serviços de saúde. Observa-se que o atendimento médico hospitalar conta com 351 leitos, dos quais 200 estão disponíveis ao SUS. São três os estabelecimentos de saúde com internação pelo SUS: Hospital Municipal, Hospital Ministro Costa Cavalcanti e Hospital Cataratas. Ademais, a cidade conta com outros 34 estabelecimentos de saúde sem internação.

Tabela 17 - Estabelecimentos de saúde em Foz do Iguaçu: 2009

Estabelecimentos	
Estabelecimentos de Saúde	55
*Públicos	29
*Privados	26
Com atendimento pelo SUS	11
Estabelecimentos de Saúde com internação	03
Estabelecimentos de saúde sem internação	34
Estabelecimentos de saúde com atendimento ambulatorial	36
Com atendimento pelo SUS	23
Leitos	351
Leitos disponíveis ao SUS	200

Fonte: IBGE, Cidades@, 2009.

Tais serviços prestados por Foz do Iguaçu para sua regional, de acordo com a norma de regionalização efetuada pelo Ministério da Saúde, tornaram-se referência nas especialidades de oncologia e cardiologia, não existindo estas especialidades nos municípios pertencentes à regional. Para atender estas cidades, além da própria cidade de Foz do Iguaçu, o município recebe do Ministério da Saúde um valor mensal de R\$ 4.000.000,00 para atendimentos de média e alta complexidade. Os oito municípios, por sua vez, recebem do Ministério recursos referentes apenas ao atendimento básico de saúde.

Neste sentido, o secretário de Saúde Francisco Lacerda Brasileiro, em entrevista realizada em 31 de novembro de 2010, aponta que mesmo estas cidades possuindo atendimento básico, é comum a procura de pacientes da regional pelo atendimento básico em Foz do Iguaçu. De acordo com o secretário, o Estado cobre o valor de R\$ 12,50 por consulta, entretanto, pela ausência de médicos disponíveis a

atender por este valor, o município arca com mais R\$ 12,50, totalizando R\$ 25,00 por consulta. Nesta relação entre valor pago e demanda, o Ministério da Saúde, no ato da distribuição dos valores, baseia-se no cálculo de duas consultas por pessoa durante um ano. Foz do Iguaçu realiza uma média de 750 mil consultas anuais, entre pacientes locais e regionais.

Foz do Iguaçu possui atividades vinculadas ao SUS em três unidades hospitalares, sendo que o Hospital Ministro Costa Cavalcanti destaca-se pelos serviços de alta complexidade; criou o primeiro serviço de cirurgia cardiovascular do extremo Oeste paranaense, tornando-se referência regional. Diante da carência de serviços de alta complexidade na região, o hospital, juntamente com a Itaipu Binacional, o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional do Câncer (INCA), promoveu uma série de investimentos em ampliações e reformas estruturais no hospital, passando a ofertar os serviços de oncologia a partir do Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - Cancon³², instalado no final de 2001.

Além desta especialidade, o hospital realiza serviços nas especialidades de cirurgia cardíaca, neurocirurgia, ortopedia e hemodiálise. Outra referência do Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC) é o centro de atendimento à saúde materno-infantil, que concentra o centro obstétrico e a UTI neonatal. A tabela 18 apresenta o número de pessoas que utilizaram os serviços de cardiologia, de oncologia clínica e cirurgia oncológica em 2010.

³² Este hospital possui as condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de assistência especializada de alta complexidade para o diagnóstico definitivo e tratamento de todos os tipos de câncer. Na região Oeste do Paraná, apenas Foz do Iguaçu e Cascavel possuem o Cancon.

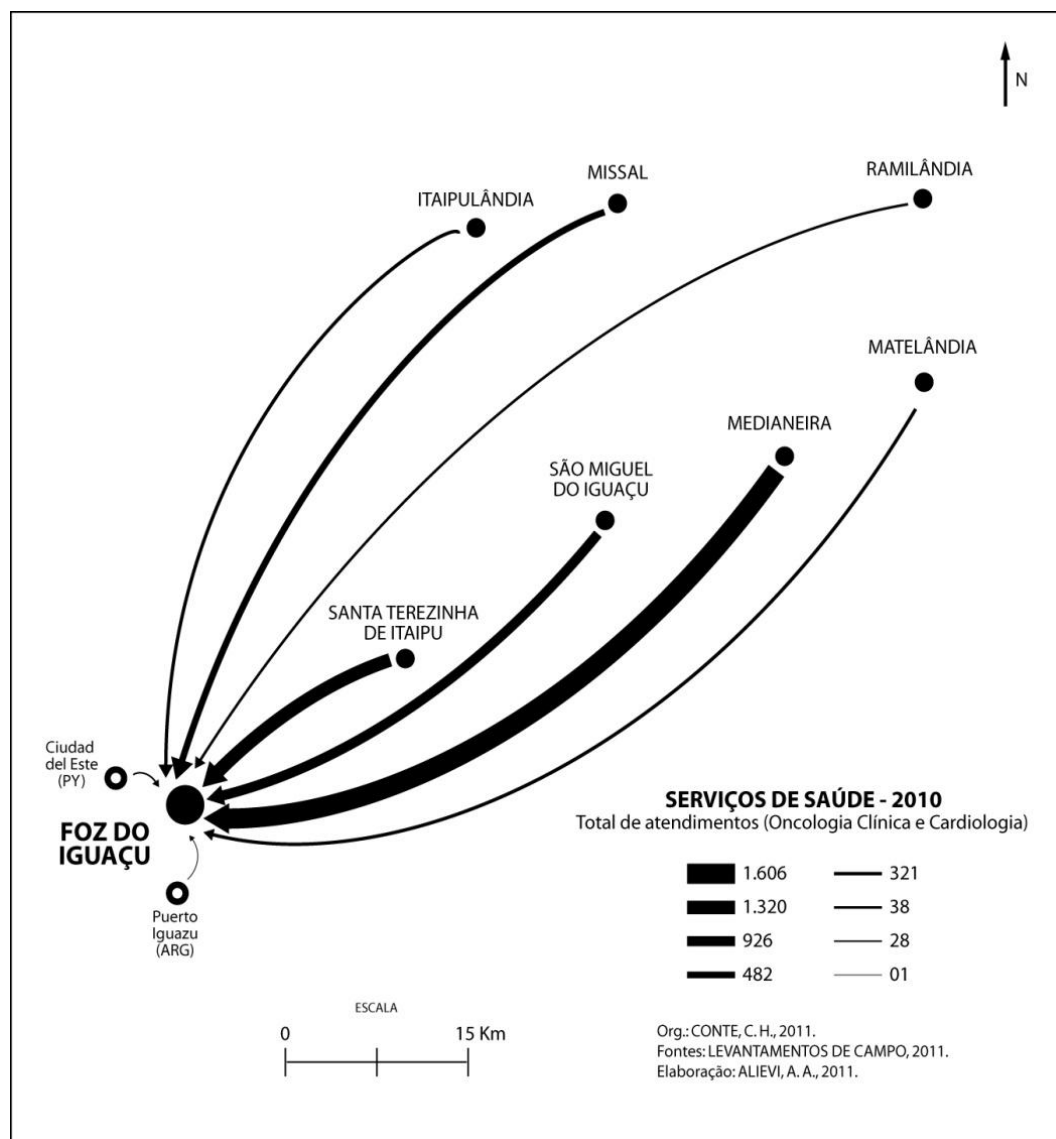
Tabela 18 - Total de atendimentos especializados (SUS/particular) no Hospital Ministro Costa Cavalcanti de Foz do Iguaçu: 2010

Cidade	Cardiologia		Oncologia Clínica		Cirurgia Oncológica		Total	
	SUS	Part.	SUS	Part.	SUS	Part.	SUS	Part.
Foz do Iguaçu	9.420	579	4.401	97	3.475	43	17.296	719
Itaipulândia	135	01	61	---	124	---	320	01
Matelândia	175	10	74	---	38	---	287	10
.Medianeira	639	05	475	01	486	---	1.600	06
Missal	320	05	71	---	86	---	477	05
Ramilândia	27	---	07	---	04	---	38	---
São Miguel do Iguaçu	294	21	259	01	351	---	904	22
Santa Terezinha	468	50	419	03	380	---	1.267	53
Ciudad Del Este	---	---	12	13	01	02	13	15
Puerto Iguazu	---	01	---	---	---	---	---	01
Total	11.478	672	5.779	115	4.945	45	22.202	832

Fonte: Hospital Ministro Costa Cavalcanti, 2011.

Os tratamentos realizados pelo SUS são quantitativamente mais utilizados por todas as cidades. Foz do Iguaçu, por sediar o hospital, é a cidade que mais utiliza tais serviços, totalizando 18.015 atendimentos em 2010. Medianeira ocupa a segunda posição com 1.606 atendimentos, em seguida tem-se a cidade de Santa Terezinha de Itaipu com 1.320 atendimentos; 926 pacientes de São Miguel do Iguaçu; 482 de Missal; Itaipulândia e Matelândia tiveram uma média de 300 atendimentos, enquanto 38 pacientes são de Ramilândia.

Em relação ao Paraguai e Argentina, nota-se tímida utilização destas especialidades, já que em 2010 foram 28 atendimentos a pacientes de Ciudad Del Este, dos quais 13 ocorreram por meio do SUS e 15 particular, enquanto apenas uma pessoa de Puerto Iguazu procurou o serviço particular de cardiologia do hospital. O mapa 7 representa o fluxo e as cidades que utilizam estes serviços de saúde em Foz do Iguaçu.



Mapa 7 – Fluxo de pacientes que utilizaram os serviços de cardiologia e oncologia de Foz do Iguaçu: 2010

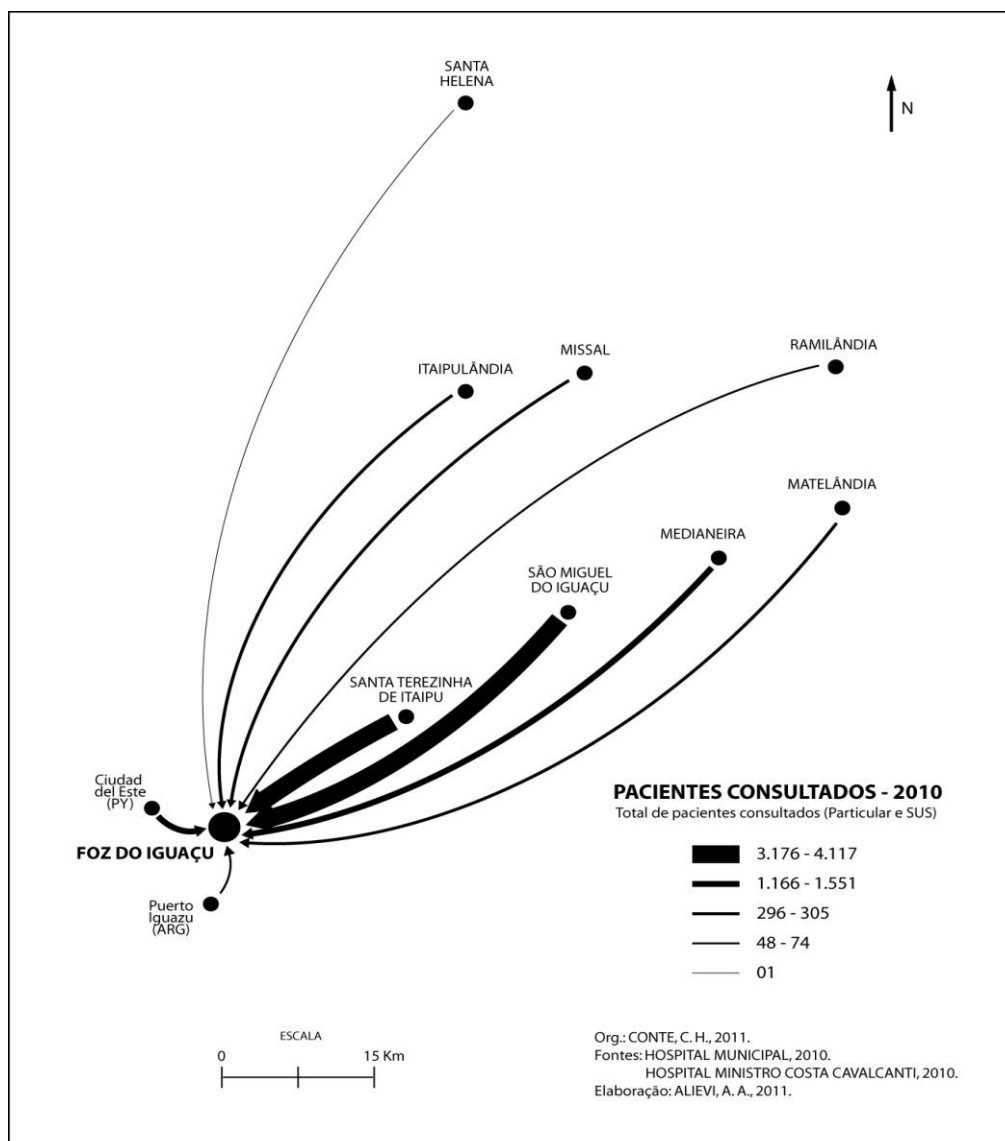
A tabela 19 demonstra o número de pessoas consultadas pelo Hospital Municipal e pelo hospital Ministro Costa Cavalcanti no ano de 2010. O hospital Cataratas e a Unimed não liberaram seus dados. Nota-se que os atendimentos via SUS são a maioria, sendo a população de Foz do Iguaçu a mais atendida. Na sequência tem-se Santa Terezinha de Itaipu totalizando 4.117 atendimentos; São Miguel do Iguaçu com 3.176 pessoas consultadas; Medianeira com 1.551 atendimentos; o Paraguai aparece com 1.166 consultas. Posteriormente, com números menores aparecem Missal (380), Itaipulândia (300), Matelândia (296), Argentina (74), Ramilândia (48) e Santa Helena com apenas uma consulta.

Tabela 19 - Total de pacientes consultados em Foz do Iguaçu: 2010

CIDADES	Hospital MCC		Hospital Municipal (Pronto atendimento)	Total
	Particular	SUS	SUS	
Foz do Iguaçu	5.039	18.744	10.638	34.421
Argentina	10	0	64	74
Itaipulândia	04	254	42	300
Matelândia	13	277	06	296
Medianeira	37	1490	24	1.551
Missal	18	323	39	380
Paraguai	456	41	669	1.166
Ramilândia	08	30	10	48
Santa Helena	01	0	0	01
Sta. Terezinha	197	1.272	2.648	4.117
Itaipu				
São Miguel do Iguaçu	77	944	2.155	3.176
TOTAL	5.860	23.375	16.315	45.550

Fonte: Hospital Municipal; Hospital Ministro Costa Cavalcanti, 2011.

O mapa 8 demonstra as cidades que mais utilizaram os serviços de consultas especializadas do Hospital Municipal e do HMCC. Cabe destacar que estes são os hospitais de maior representatividade na cidade, principalmente em relação aos atendimentos vinculados ao SUS.



Mapa 8 - Atendimentos no Hospital Municipal e Hospital Ministro Costa Cavalcanti: 2010

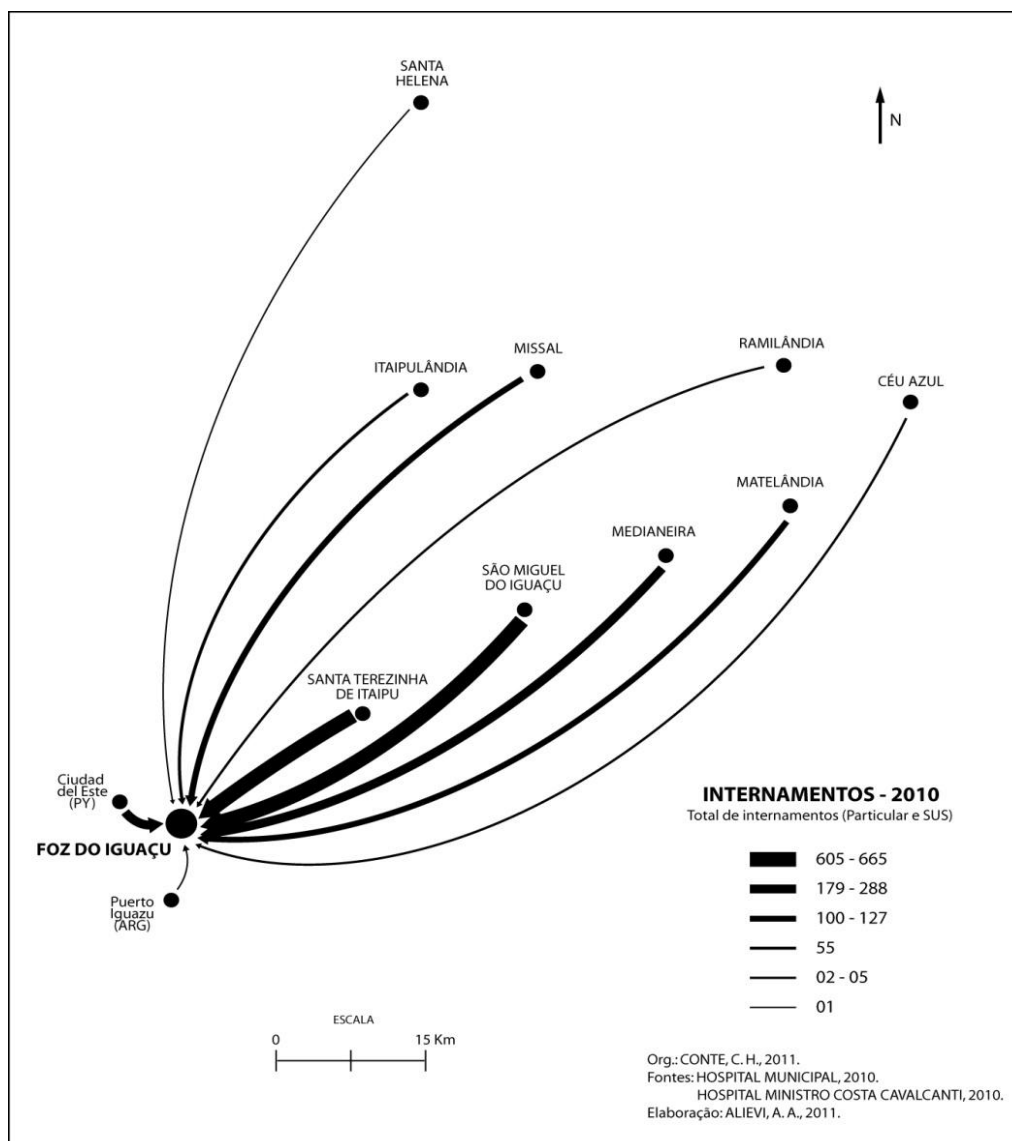
No que diz respeito ao atendimento básico de saúde, o município atende todas as pessoas, independente de sua origem. Neste sentido, por Foz do Iguaçu ser uma cidade turística, acaba atendendo um número bem superior ao estimado pelo Ministério da Saúde, ou seja, o município arca com as despesas extras. A tabela 20 apresenta o número de internamentos efetuados pelos hospitais e as respectivas cidades atendidas.

Tabela 20 - Total de internamentos realizados em Foz do Iguaçu: 2010

Cidades	H MCC		Hospital Municipal	Total
	Particular	SUS	SUS	
Foz do Iguaçu	738	6437	5.317	12.492
Argentina	01	0	0	01
Céu Azul	0	02	0	02
Itaipulândia	0	55	0	55
Matelândia	02	69	29	100
Medianeira	04	257	27	288
Missal	03	84	40	127
Paraguai	65	11	103	179
Ramilândia	0	05	0	05
Santa Helena	01	0	0	01
Sta.Terezinha	26	388	251	665
Itaipu				
São Miguel do Iguaçu	06	242	109	605
Outros	--	--	57	57
TOTAL	846	7550	5.933	14.577

Fonte: Hospital Municipal; Hospital Ministro Costa Cavalcanti, 2011.

Os dados evidenciam o predomínio das internações pelo SUS, com maioria absoluta de pacientes de Foz do Iguaçu. As demais cidades da regional também utilizam este serviço com pequena participação, conforme mapa 9.



Mapa 9 – Total de internamentos realizados em Foz do Iguaçu: 2010

Em relação aos países fronteiriços não existem convênios ou acordos que favoreçam o atendimento destas populações, porém um considerável número de brasileiros residentes no Paraguai – os brasiguaios –, além dos próprios paraguaios, que por não encontrarem atendimento satisfatório no Paraguai, recorrem aos serviços de saúde de Foz do Iguaçu; estes atendimentos também são pagos pelo município. Neste universo, a Secretaria de Saúde de Foz do Iguaçu conseguiu a aprovação de um projeto junto ao Ministério da Saúde – Programa SIS FRONTEIRAS – que atende crianças e mulheres brasileiras residentes nos países vizinhos, como se pode visualizar na tabela 21.

Tabela 21 - Total de atendimentos de mulheres e crianças brasileiras residentes no Paraguai e Argentina: 2010

Procedimentos	Média Mensal	Total
Acolhimento/orientações	69	823
Pré-consulta	175	2.098
Consulta médica de pré-natal	60	710
Consulta médica com pediatra	03	41
Consulta puerperal	07	89
Outras consultas médicas	69	826
Consulta de enfermagem de puericultura	27	327
Consulta com assistente social	05	62
Consulta com nutricionista	01	15
Consulta com psicóloga	0	01
Teste de HIV	13	150
Planejamento familiar	07	81
Imunização	119	1.426
Preventivo	20	242
Cadastro de gestantes	15	175
Palestra quinzenal com enfermeira	18	217
Total	608	7.283

Fonte: Secretaria de Saúde de Foz do Iguaçu, 2011.

Segundo o secretário de Saúde de Foz do Iguaçu, este é o único programa legal com apoio federal e repasse de verba para atendimento de saúde para moradores do Paraguai e Argentina, desde que sejam brasileiros. A tabela mostra média de 608 atendimentos mensais realizados para mulheres e crianças, totalizando 7.283 atendimentos no ano de 2010. O maior destaque fica para o atendimento básico de pré-consulta e consultas em geral, com 2.098 pessoas atendidas, seguida pela imunização, totalizando 1.426 usuários no ano.

Os brasileiros residentes no Paraguai e Argentina são atendidos também, de acordo com informações fornecidas pelo secretário de Saúde, nas Unidades de Saúde do Município, já que a maior parte destes, por possuírem parentes ou amigos em Foz do Iguaçu, apresentam tais comprovantes de residência, a única exigência imposta para a utilização deste serviço. Paraguaio e argentinos utilizam também os serviços de urgência e emergência ofertados a todas as pessoas, independente da cidade ou país de origem.

Nogueira; Dal Pra e Fermiano (2007) estudaram o atendimento de saúde nos municípios brasileiros fronteiriços aos países do Mercosul. Neste sentido, o autor aponta que entre as razões para a procura do atendimento no Brasil está a gratuidade do sistema, como motivo mais citado com 15,9%; pela proximidade da

residência com 13,3%; qualidade dos serviços com 12%; existência de amigos ou parentes no local com 10,7%; precariedade dos serviços nos países de origem com 10,6%; inexistência do serviço de saúde no próprio país com 9,2% e facilidade de entrada no sistema com 8,7%. Outros fatores são os atendimentos médicos, os medicamentos e as vacinas. Nogueira; Dal Pra e Fermiano (2007, p.230) identificaram dois aspectos relacionados ao fator pobreza que atraem os usuários da Argentina e Paraguai:

[...] um deles corresponde aos encaminhamentos para outros serviços sociais, utilizando-se a entrada no sistema de saúde como uma ponte para obter esses outros serviços. A busca pela legalização da situação no Brasil igualmente reflete a precariedade e a exclusão social na região. Chama a atenção o fato de que os aspectos culturais interferem relativamente pouco na interação entre os usuários estrangeiros e os serviços de saúde.

Outra questão apontada nesta pesquisa diz respeito às vantagens decorrentes da aquisição da cidadania brasileira para os filhos dos moradores do Paraguai e Argentina. As paraguaias, em considerável número, acorrem a Foz do Iguaçu para terem seus filhos em território brasileiro, garantindo assim, não só o ingresso no sistema de saúde, como as demais vantagens decorrentes da cidadania brasileira. A inexistência ou a precariedade de qualquer serviço de saúde no país onde vivem e a atenção integral indicam a dimensão do problema para o sistema de saúde de Foz do Iguaçu, fato mencionado e frisado pelo secretário de Saúde do Município.

O número estimado de brasiguaios é de 350 mil pessoas (ZAAR, 2001) e na maior parte não possuem documentos. Por este motivo, existem muitas famílias que não têm registro nem no Paraguai nem no Brasil. A estimativa é que 10% dos brasiguaios estejam nesta situação, já entre as crianças a estimativa é que de 20 a 30% não possuem certidão de nascimento ou qualquer outro documento que permita o acesso legal ao SUS.

Retornando a discussão acerca da diversificação dos serviços, é importante apontar que nos últimos tempos os serviços superiores têm ganhado destaque, vinculados principalmente a expansão das redes de telecomunicações, ampliação dos centros de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, consultorias diversas, ampliação da acessibilidade, dentre outros.

Para Gottman (1976) o conjunto de transações abstratas, das quais a mais importante é a informação, compõem as atividades quartenárias. A expansão destas atividades se deu a partir da separação geográfica entre produção/controle, gestão e laboratórios, incluindo o processo de descentralização e desconcentração da produção e capital.

Assim, as diversas etapas que envolvem a produção passaram a ser efetuadas com maior conteúdo de informação, necessitando cada vez mais infraestrutura ligada a tecnologia complexa e mão-de-obra qualificada, além da ampliação de laboratórios, institutos, entre outros.

Em Foz do Iguaçu verifica-se a ampliação de atividades terciárias especializadas, como é o caso dos serviços de propaganda e *marketing*, gestão pública, dentre outros. Os serviços de propaganda e *marketing* em Foz do Iguaçu contam com cerca de 20 agências, das quais quatro realizam criação e produção de conteúdos em âmbito estadual, nacional e também para o Paraguai e Argentina.

Um fator relacionado com a expansão de serviços de propaganda e *marketing* vincula-se à presença de meios de comunicação em Foz do Iguaçu, que conta com quatro geradoras de canais abertos coligadas da Globo (RPC TV), SBT (TV Naipi), Bandeirantes (TV Tarobá) e Record (RIC TV). Essas emissoras foram deixando de criar e produzir comerciais por eles veiculados, passando apenas a comercializar o tempo, propiciando desta forma mercado para o crescimento das agências de propaganda e *marketing*, cujo foco principal tem sido o turismo.

Outro fator importante para a compreensão da funcionalidade de Foz do Iguaçu está relacionado com a presença de regionais e/ou superintendências de órgãos públicos federais, ou seja, a gestão pública. Foz do Iguaçu enquanto cidade estrategicamente localizada e pelo seu porte, conta com vários destes serviços. O primeiro deles é a Delegacia de Polícia Federal, cuja área de atuação abrange os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Céu Azul, Entre Rios do Oeste e Serranópolis do Iguaçu;

O segundo é a Gerência Regional do Trabalho e Emprego, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que além dos municípios atendidos pela

Delegacia de Polícia Federal atente outros 12 municípios³³, demonstrando área de atuação mais ampla.

Tem-se ainda a Delegacia da Receita Federal, responsável pela circunscrição de Guaíra, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Medianeira; a Agência do INSS por sua vez, é responsável pelos 11 municípios referidos na competência da Delegacia de Polícia Federal. Do ponto de vista jurídico, em Foz do Iguaçu tem-se o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que atende os mesmos 11 municípios. Mas inclui-se ainda os serviços bancários, através da Regional do Banco do Brasil, responsável pelos 11 municípios citados acima, além de Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Quatro Pontes e Terra Roxa. De modo geral, estes serviços apresentam uma área de abrangência maior que os de saúde e educação, e ao mesmo tempo reforçam o papel de Foz do Iguaçu enquanto cidade onde os serviços de gestão federal representam importante atividade em sua funcionalidade.

3.2 - Comércio

Em relação às atividades comerciais, cabe apontar que estas também têm papel fundamental para a produção do espaço urbano. Em seu estudo sobre a expansão dos serviços terciários nas sociedades contemporâneas, Castilho (1998, p.35) destaca que:

Entre as principais razões do *boom* dos serviços, além da consolidação do processo de urbanização já tantas vezes exaltada, podemos citar as seguintes: a continuidade do processo de liberação da mão-de-obra dos setores primário e secundário devido aos ganhos de produtividade nestes setores; a desindustrialização; o papel do Estado engendrando a multiplicação dos serviços públicos; a elevação do nível de vida das populações urbanas; o desenvolvimento de atividades ligadas a novos valores socioculturais: lazer, turismo, prática de esporte, diversão, entretenimento, frequência de shoppings, *fast food*, etc; a generalização do trabalho feminino e o forte crescimento das atividades comerciais.

O comércio sempre ocupou lugar estratégico no espaço das cidades, visto que seu papel é produzir e aproveitar-se da concentração populacional. Nesta

³³ Diamante do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Vera Cruz do Oeste

perspectiva, a localização é considerada como um pré-requisito para a instalação de um estabelecimento comercial. Por outro lado, as formas de comércio também criam centralidades ligadas à natureza das trocas de mercadorias. A função e o grau de atração que as cidades assumem no contexto da rede urbana estão vinculados à diversidade e especializações do comércio e dos serviços que elas oferecem para a população de sua área de influência, para satisfação de demandas reais ou criadas.

Paralelo a expansão do setor de serviços ocorreu a expansão das atividades de comércio em Foz do Iguaçu, totalizando 2.779 estabelecimentos comerciais no ano de 2010 (MTE/RAIS, 2010). A expressividade do setor terciário em Foz do Iguaçu é percebida através da difusão dos supermercados, shopping center e pelas novas atividades ligadas ao comércio. Um exemplo disso é o Cataratas J.L Shopping inaugurado em outubro de 2007; o shopping possui 60.000 m², dos quais 23.000 m² configuram-se em área bruta lucrável, representado por 172 lojas, das quais sete são âncoras, contando com a circulação mensal média de 400.000 pessoas³⁴.

Neste sentido, tais segmentos terciários são responsáveis pelo acréscimo quantitativo e qualitativo das interações espaciais que advém de relações que se estabelecem nas escalas local, regional, nacional e internacional. Essas atividades, segundo Bessa (2007) promovem o surgimento de ocupações e empregos de elevado grau de especialização e uma remuneração mais elevada.

As obras da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, assim como as pontes que ligam Brasil/Paraguai e Brasil/Argentina, contribuíram para o crescimento populacional, com maior peso em Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, mas, decorrente deste adensamento humano, intensificou-se também o rol de atividades comerciais, elevando sua importância relativa perante outras cidades de seus respectivos países.

Considerando a forte participação do comércio “ilegal” nas atividades econômicas de Ciudad Del Este e a pouca vitalidade de Puerto Iguazu, a cidade brasileira sempre teve um grande poder de atração sobre a população destas cidades, principalmente na venda de produtos como roupas, móveis e alimentação (ROSEIRA, 2006).

³⁴ Informação cedida pelo gerente comercial do shopping.

Visando compreender a área de influência comercial de Foz do Iguaçu e verificar o consumo da população de Foz do Iguaçu e cidades de sua rede regional em Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, realizamos pesquisa qualitativa em dois segmentos comerciais: supermercados e lojas de móveis e eletrodomésticos. Foram realizadas entrevistas com representantes de supermercados de Foz do Iguaçu, de Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, de acordo com o quadro 3.

Supermercado	Cidades consumidoras	Pontuações dos entrevistados
Super Muffato – Foz do Iguaçu	Santa Terezinha, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal, Itaipulândia, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu.	-Os produtos adquiridos são constituídos pelos convencionais (do dia a dia e eletrodomésticos). - Com a valorização do real ocorreu pequeno decréscimo de consumidores argentinos.
Big – Foz do Iguaçu	Santa Terezinha, São Miguel do Iguaçu, Missal, Itaipulândia, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu.	- Maior presença de paraguaios que argentinos pela proximidade da Ponte da Amizade.
Ruta 12 – Puerto Iguazu	Foz do Iguaçu	- Presença constante de brasileiros. - Poucos paraguaios
Tio Juan – Puerto Iguazu	Foz do Iguaçu	----
Arco Iris – Ciudad Del Este	Foz do Iguaçu	----

Quadro 3 - Consumidores dos supermercados de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu: 2011. Fonte : Super Muffato, Big, Ruta 12, Tio Juan e Arco Iris Supermercados, 2011.

Foram escolhidos dois dos maiores supermercados de Foz do Iguaçu para realizar esta pesquisa. É importante destacar que estes estabelecimentos não realizam estatísticas em relação à origem dos consumidores, ou seja, estas respostas correspondem, de acordo com os entrevistados, ao cadastramento feito para utilização de cheques e cartões como forma de pagamento, além de observações e conversas com os consumidores.

Entre os dois supermercados de Foz do Iguaçu, nota-se que os consumidores são provenientes de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Missal, Itaipulândia, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, enquanto Medianeira foi citada por apenas um dos estabelecimentos. Ambos apontaram Ciudad Del Este como a cidade que mais consome seus produtos, seguido de Santa Terezinha de Itaipu, Puerto Iguazu, Itaipulândia e Missal. As cidades de São Miguel do Iguaçu e

Medianeira representam as cidades que menos adquirem mercadorias nestes supermercados.

Em relação aos supermercados localizados nos países vizinhos, os entrevistados apontam existir grande presença e consumo por parte de brasileiros. Os três supermercados consultados apontaram que são consumidores provenientes de Foz do Iguaçu, já que turistas não tem o hábito de frequentar seus estabelecimentos, com exceção para turistas estrangeiros. Todavia, a busca ocorre por mercadorias específicas e típicas do país, como no caso da argentina foram citados azeite de oliva, queijos, embutidos, alfajores, além de alguns produtos que em períodos de valorização da moeda no Brasil, ficam mais baratos na Argentina e no Paraguai.

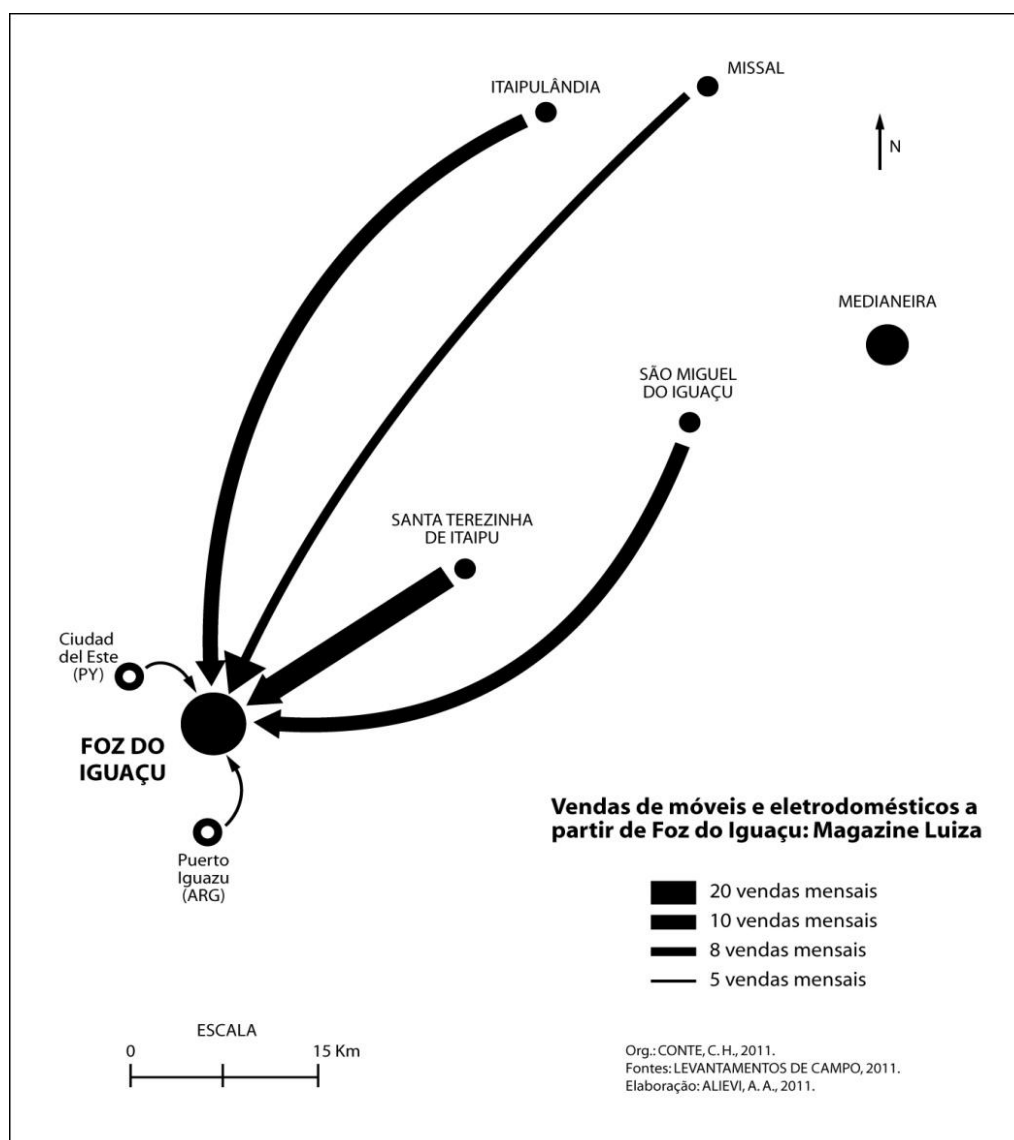
Puerto Iguazu tem pequeno centro comercial e os supermercados se encontram localizados em espaços centrais da malha urbana, fator que favorece a busca e o consumo por brasileiros. Já em Ciudad Del Este os supermercados encontram-se afastados da área comercial central, ou seja, os consumidores destes estabelecimentos geralmente são pessoas que conhecem bem a região, dificultando a procura por pessoas de outras cidades.

O quadro 4 apresenta dados dos consumidores de móveis e eletrodomésticos. Foram entrevistados representantes de três estabelecimentos em Foz do Iguaçu, dois em Puerto Iguazu e um em Ciudad Del Este. Em Foz do Iguaçu as respostas apontaram os moradores de Santa Terezinha de Itaipu como os que mais consomem, seguido de São Miguel do Iguaçu, Missal, Itaipulândia e Medianeira com menor quantidade, comparativo com as cidades citadas acima, como mostra o mapa 10.

Loja	Cidades da Rede Regional	Itens	Puerto Iguazu	Itens	Ciudad Del Este	Itens
Ponto Frio – Foz	Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel, Itaipulândia e Missal	Móveis e eletrodomésticos	Sim (pouca quantidade)	Cameras fotográficas, computadores e memórias	Sim	Móveis
Magazine Luiza – Foz	Santa Terezinha (média de 20 vendas mensais), São Miguel (média de 10 vendas mensais), Missal e Medianeira	Móveis e eletrodomésticos	Média de 05 vendas mensais	Móveis	Média de 10 vendas mensais	Móveis
Casas Bahia – Foz	Santa Terezinha, São Miguel, Missal e Medianeira	Móveis e eletrodomésticos	Sim	Móveis	Sim	Móveis
Electro Misiones – P. Iguazu	Sim	Adegas, bancos e cadeiras de madeira	Sim	Móveis e eletrodomésticos	Sim	Móveis
Casa Belen – P. Iguazu	Não	----	Sim	Móveis e eletrodomésticos	Não	----
Olier-CDL	Não	----	Não	----	Sim	Móveis e eletrodomésticos

Quadro 4 - Consumidores de móveis e eletrodomésticos em Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad Del Este: 2011. Fonte: Ponto Frio, Magazine Luiza, Casas Bahia, Electro Misiones, Casas Belen e Olier, 2011.

Habitantes de Ciudad Del Este e Puerto Iguazu também consomem estes produtos em Foz do Iguaçu, mas as lojas localizadas em Foz do Iguaçu não efetuam entregas nestes países, fator determinante no momento da escolha das mercadorias. Neste sentido, os entrevistados apontam que as mercadorias compradas por paraguaios e argentinos são compostas por câmeras fotográficas, computadores, memórias e móveis de pequeno porte e que possam ser transportados pelos consumidores.



Mapa 10 – Procedência dos consumidores de móveis e eletrodomésticos em Foz do Iguaçu: 2011

Quanto aos estabelecimentos localizados em Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, verificou-se pouca representatividade na venda de produtos para brasileiros, tendo sido apontado a questão da fiscalização rigorosa na aduana da argentina como fator que impossibilita a passagem de mercadorias de um país para o outro. O representante de um dos estabelecimentos em Puerto Iguazu argumentou que esporadicamente recebem visitas de brasileiros, sendo que estes apresentam grande interesse por seus produtos, mas como o transporte é dificultado, estes adquirem pequenas mercadorias como adegas, bancos e cadeiras de madeira. Já o

estabelecimento localizado em Ciudad Del Este afirmou não realizar vendas para brasileiros, de acordo com o quadro 5.

Lojas	Observações
Ponto Frio – Foz do Iguaçu	As outras cidades do Oeste compram na própria cidade ou em Cascavel. A loja não realiza entrega no Paraguai e Argentina, por isso compram apenas o que pode ser levado por eles mesmos.
Magazine Luiza – Foz do Iguaçu	A loja não realiza entregas no Paraguai e Argentina. Paraguaios e argentinos não compram eletrodomésticos pela incompatibilidade de voltagem dos países.
Casas Bahia – Foz do Iguaçu	Os consumidores das cidades do Oeste compram com maior frequência quando as promoções são transmitidas na televisão. Argentinos e paraguaios compõem a menor parte dos consumidores.
Electro Misiones – Puerto Iguazu	A venda de produtos é mais frequente para paraguaios em relação a brasileiros. A intensa fiscalização na aduana argentina dificulta o transporte de grandes mercadorias para o Brasil.
Casa Belen – Puerto Iguazu	Brasileiros e paraguaios vão à Argentina apenas para abastecer e passear.
Olier-Ciudad Del Este	Como a loja se encontra afastada do grande comércio turístico, poucas foram as vezes que brasileiros e argentinos visitaram a loja.

Quadro 5 - Observações dos representantes das lojas de móveis e eletrodomésticos de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad Del Este: 2011. Fonte: Ponto Frio, Magazine Luiza, Casas Bahia, Electro Misiones, Casas Belen e Olier, 2011.

As atividades dos setores de comércio e serviços apresentam dinâmica muito intensa e constituem elo importante na cadeia produtiva, associando produção e consumo. Este se apresenta como o setor da economia que cria mais postos de trabalho, tanto os formais quanto os informais. Entre 1985 e 2005, 63% dos empregos formais criados na cidade referiam-se aos setores comerciais e de serviços, constituídos por micro, pequenas e médias empresas (IPARDES, 2008).

A tabela 22 nos revela que os itens comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos e alojamento e comunicação, juntos, totalizam 39.865 empregos formais. Esta informação confirma a importância e a representatividade do comércio na geração de empregos na cidade. Importante mencionar que muitos destes postos de trabalho são ocupados por moradores das cidades mais próximas a Foz do Iguaçu, como é o caso de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Missal, Puerto Iguazu – AR e Ciudad Del Este – PY.

Tabela 22 - População ocupada segundo atividades econômicas em Foz do Iguaçu: 2005

Atividades Econômicas	Número de pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	2.439
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	2.093
Indústria de transformação	6.334
Construção	7.693
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	31.107
Alojamento e alimentação	8.758
Transporte, armazenagem e comunicação	12.110
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	6.661
Administração pública, defesa e seguridade social	5.490
Educação	4.736
Saúde e serviços sociais	2.748
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	5.388
Serviços domésticos	9.469
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	09
Atividades mal definidas	1.584

Fonte: IPARDES (2008).

Os dados apresentados neste item nos permitem afirmar que existe grande dinâmica entre Foz do Iguaçu, algumas cidades da rede regional e as cidades da tríplice fronteira. Por outro lado, cabe destacar que esta dinâmica poderia ser ainda maior, principalmente em relação ao Paraguai e a Argentina, já que o transporte de mercadorias entre estas fronteiras é dificultado por questões diplomáticas. Considerando toda a estrutura de serviços e de comércio existente em Foz do Iguaçu, verifica-se que esta se tornou bastante complexa na atualidade, ofertando uma ampla e diversa quantidade de bens e produtos para sua área de influência. O

próximo item discutirá a questão dos deslocamentos pendulares que ocorrem nesta área.

3.3 - Os deslocamentos pendulares

Corrêa (1997) considera o fenômeno da mobilidade como um dos elementos que integram as interações espaciais. De acordo com o autor, estas se referem ao fluxo de trabalhadores, consumidores e turistas, além de produtos e informações que se dinamizam e reproduzem o espaço. Em relação à mobilidade da população, o autor releva a complexidade do fenômeno, que participa do processo de transformação social do mundo contemporâneo.

Deslocamentos pendulares, entendidos como deslocamentos diários do domicílio para o trabalho e estudo, se constituem importante fator para a análise do processo de aglomeração, conforme apresentado anteriormente. Os deslocamentos pendulares constituem critério fundamental para a delimitação e estabelecimentos de regiões metropolitanas, áreas metropolitanas e aglomerações urbanas. Estes deslocamentos pendulares tornam-se cada vez mais complexos na medida em que incluem distintas situações relacionadas ao tamanho das aglomerações urbanas; dos tipos, condições e número de empregos ofertados entre as cidades de uma aglomeração; das formas de transporte, das áreas residenciais, entre outras.

É importante destacar que os censos demográficos do IBGE definem deslocamento pendular como aquele deslocamento diário que uma pessoa efetua entre seus locais de trabalho/estudo, quando estes se localizam em municípios distintos. A operacionalização realizada pelo IBGE não especifica sobre a frequência destes deslocamentos e desconsidera o meio de transporte utilizado na viagem, a distância percorrida ou o custo monetário e de tempo (IBGE, 2001).

Os deslocamentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência compõe uma informação que vem sendo utilizada para captar dinâmicas territoriais, particularmente associadas à urbanização (MOURA, 2010). Tais movimentos ocorrem, majoritariamente, motivados pela dissociação entre local de trabalho e local de moradia, dada a concentração de atividades relacionadas à produção e consumo, em geral em municípios de maior porte. Neste sentido, Moura (2010, p.44) explicita que:

No caso das aglomerações urbanas, estão condicionados à distribuição e hierarquia de funções entre os municípios integrantes. São evidenciados também entre municípios não aglomerados, quando expressam a localização de atividades atrativas para trabalho e/ou estudo, muitas vezes decorrentes apenas de uma grande indústria, um grande estabelecimento de comércio ou serviços, uma cooperativa, uma empresa agropecuária ou uma universidade.

Informações relacionadas ao deslocamento pendular são utilizadas a fim de identificar aglomerações urbanas entre o conjunto de municípios de um determinado território, já que essas são definidas principalmente em termos de deslocamentos diários da casa para o trabalho/estudo. Esta importância se consolida com o avanço técnico e sua difusão, particularmente agregada pelos meios de transporte e comunicações e com a organização da produção, associada a alterações nos padrões demográficos, na vida social e na forma de ocupação do espaço.

Além da busca por trabalho e estudo, os deslocamentos têm sido manifestados também por causas atrativas, como é o caso do consumo. Este é “[...] movimento da população de seu habitat até um local de consumo de mercadorias que tende a se realizar movido por questões econômicas, sociais e culturais” (GUIZO e ROCHA, 2008, p.109). Neste sentido, os autores acrescentam:

No que se refere à mobilidade do consumo, gostaríamos de salientar que, devido à relatividade que na contemporaneidade foi estabelecida entre tempo e tecnologia, incrementada principalmente com os avanços do meio-técnico e do meio-técnico-científico-informacional, esta ordem de mobilidade pôde se realizar em diversas escalas, desde as realizadas nas redes urbanas, até aquelas que se concretizam numa espacialidade internacional, mesmo que numa temporalidade relativamente curta. [...] vale ressaltar, por exemplo, o caso dos sacoleiros do Brasil que se direcionam para o Paraguai para realizar suas compras, ou ainda de países vizinhos que se direcionam para espacialidades específicas do território brasileiro, como os shoppings atacadistas de confecções da cidade de Maringá e de Cianorte, também para este fim (GUIZO e ROCHA, 2008, p.110).

Moura (2010) afirma que os municípios com as maiores proporções de fluxos pendulares são aqueles localizados em regiões industrializadas e de serviços, onde a divisão territorial do trabalho é mais nítida e a valorização do solo urbano expande as periferias, que se tornam reduto de moradia de trabalhadores em atividades localizadas em outras partes das cidades.

Analizando o Estado do Paraná, a autora aponta que, consoantes aos fluxos que definem a região de influência das cidades, os fluxos dos movimentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo em município distinto do de residência determinam a abrangência física dos deslocamentos frequentes, induzida pelos distintos papéis exercidos pelos municípios que compõem os três principais arranjos espaciais:

[...] o configurado pelas aglomerações urbanas de Londrina e Maringá, no Norte do Estado; o que agrega a aglomeração de Cascavel/Toledo e a aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu, no Oeste; e o arranjo urbano-regional de Curitiba – unidade espacial configurada pela aglomeração metropolitana de Curitiba, aglomeração de Ponta Grossa, Carambeí e Castro e ocupação contínua litorânea, polarizada por Paranaguá (MOURA, 2010, p.52).

A fim de melhor compreender o processo do deslocamento pendular, realizamos um levantamento do número de passageiros que utiliza o transporte intermunicipal entre Foz do Iguaçu e as cidades de Santa Terezinha de Itaipu, Missal, São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena. Importante destacar que a Linha Foz–Marechal Cândido Rondon–Santa Helena também atende o município de Itaipulândia. Neste caso, o número de passageiros não é específico por cidade, isto é, o número de pessoas que utiliza a linha Foz–Santa Helena é o total de pessoas originárias de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Itaipulândia.

A tabela 23 demonstra que a linha entre Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu é a mais utilizada, já que diariamente 1.055 pessoas utilizaram este serviço entre os meses de janeiro a julho de 2011. É um número expressivo, principalmente se considerarmos a relação entre esta linha e a linha que realiza Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena, que além destas três cidades, ainda transporta pessoas do município de Itaipulândia. Se dividirmos a média diária desta linha por quatro, verificamos que uma média de 182 pessoas de cada uma destas quatro cidades foi ou voltou de Foz do Iguaçu no primeiro semestre de 2011.

Tabela 23 – Média mensal e diária de passageiros do transporte metropolitano de Foz do Iguaçu: janeiro-junho de 2011

Linhas	Média mensal de passageiros	Média diária de passageiros
Foz-Missal-Foz	18.030	601
Foz-São Miguel-Foz	31.650	1.055
Foz-Marechal-Sta. Helena-Foz	21.840	728
Total	71.520	2.384

Fonte: Princesa dos Campos, 2011.

Em relação ao deslocamento entre as cidades de Foz do Iguaçu e São Miguel, podemos afirmar que este é motivado principalmente por estudo, pois de acordo com dados obtidos nas faculdades e universidades da cidade, um grande número de pessoas desta localidade recorre a Foz do Iguaçu com o intuito de frequentar uma instituição de ensino superior. Além da educação, atraídas pela proximidade existente entre estas duas cidades (cerca de 40 quilômetros), muitas pessoas se deslocam diariamente até Foz do Iguaçu motivadas pelo trabalho, além da busca por serviços e comércio, ponto também destacado nas pesquisas realizadas.

A dinâmica no setor de transporte coletivo existente entre as cidades de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Itaipulândia, além de ser notadamente menor, ainda guarda algumas peculiaridades: os municípios de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena localizam-se mais próximos a Cascavel do que Foz do Iguaçu³⁵. Além de a distância ser menor, o acesso é mais fácil, já que existe uma rodovia direta entre estes dois municípios e Cascavel. Desta forma, a linha proveniente de Marechal Cândido Rondon acaba por servir mais pessoas de Itaipulândia, cujos passageiros também realizam o deslocamento pendular para Foz do Iguaçu objetivando trabalho, estudo e/ou consumo de bens e serviços.

Observa-se na tabela acima que a linha Foz-Missal-Foz totalizou média de 601 deslocamentos diários entre as cidades. Estes dados evidenciam um grande fluxo, principalmente se considerarmos que Missal possui uma população total de 10.474 pessoas. Os motivos destes deslocamentos são os mesmos destacados anteriormente.

³⁵ De acordo com o DER, a distância entre Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon é de 164 quilômetros, enquanto Santa Helena dista 120 quilômetros. Já a distância entre Marechal Cândido Rondon e Cascavel é de 83 quilômetros e Santa Helena dista-se 100 quilômetros de Cascavel.

A próxima tabela (24) apresenta os dados relacionados ao transporte metropolitano entre Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu. Este foi elaborado separadamente, pois os dados fornecidos pela empresa responsável pela linha especifica números de idas e números de voltas entre as respectivas cidades.

Tabela 24 - Média mensal e diária de passageiros do transporte metropolitano entre Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu: janeiro-junho de 2011

Linhas	Média mensal de passageiros	Média diária de passageiros
Foz-Santa Terezinha de Itaipu	48.330	1.611
Santa Terezinha de Itaipu - Foz	43.470	1.449
Total	91.800	3.060

Fonte: Viação Itaipu, 2011.

Santa Terezinha de Itaipu conta com uma população urbana de 18.837 habitantes (IBGE, 2010), que utiliza os serviços e o comércio de Foz do Iguaçu diariamente, além de um grande número de trabalhadores direcionarem-se para a cidade vizinha. Isto é confirmado através dos dados, já que diariamente 1.449 pessoas deslocam-se sentido Foz do Iguaçu.

Em relação aos movimentos com destino a outros países, o Estado do Paraná destaca-se por concentrar quase um terço do total desse tipo de fluxo no país, fundamentalmente em função da mobilidade intra-aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este/Puerto Iguazu. São Paulo e Rio Grande do Sul aparecem atrás, revelando uma forte conexão fronteiriça com alguns países do Cone Sul, majoritariamente o Paraguai (IPARDES, 2008). Foz do Iguaçu se destaca como o município com o mais elevado número de pessoas envolvidas neste movimento pendular:

[...] considerando-se origem e destino: 16.195 pessoas se movimentam no município para trabalho e/ou estudo, sendo que 80% (12.900 pessoas) corresponde a saídas majoritariamente para o Paraguai, e 20% (3.295 pessoas) a entradas em grande parte vindas de Santa Terezinha do Itaipu (1.518 pessoas). Cabe observar que, com essa fonte de informações, Foz do Iguaçu tem seus fluxos limitados apenas a pessoas procedentes de municípios brasileiros, o que pode escamotear um papel receptor de população estrangeira (IPARDES, 2008, p.41).

Com o intuito de verificar esta realidade, buscamos o número de pessoas que utilizam o transporte coletivo de Foz do Iguaçu a Puerto Iguazu e Foz do Iguaçu a Ciudad Del Este. Das quatro empresas que realizam a linha Foz do Iguaçu/Puerto

Iguazu, apenas uma não nos forneceu os dados. Entretanto, a tabela abaixo oferece uma amostra dos deslocamentos realizados por ônibus entre ambas as cidades.

Tabela 25 - Média diária de passageiros entre Foz do Iguaçu/ Puerto Iguazu e Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este: janeiro-junho de 2011

Linhas	Média mensal de passageiros	Média diária de Passageiros
Foz-Puerto Iguazu	18.390	613
Puerto Iguazu- Foz	17.670	589
Foz-Ciudad Del Este	47.550	1.585
Ciudad Del Este-Foz	49.710	1.657

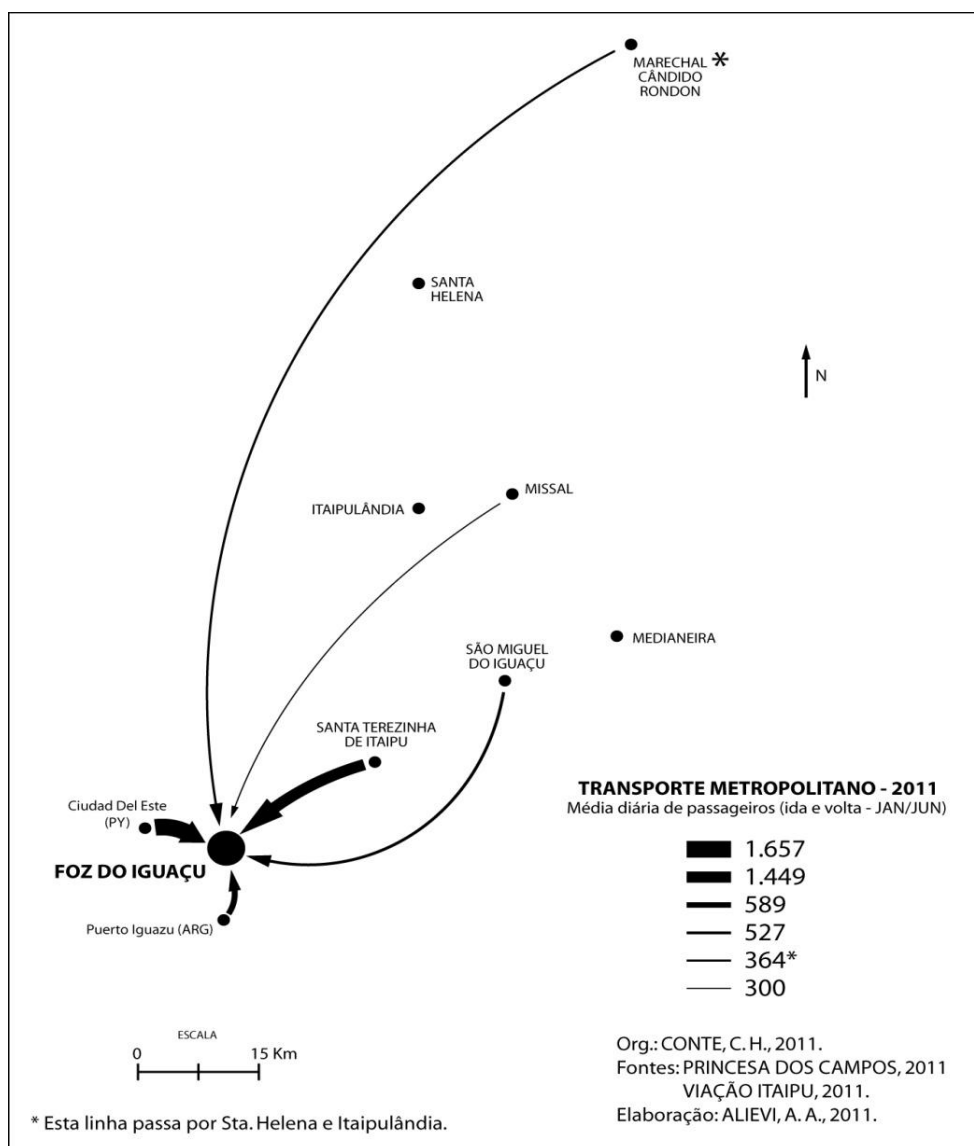
Fonte: Viação Itaipu, Cruzeiro Del Norte, Tres Fronteras Transportes Urbanos, Nuestra Señora de La Assunción, Rafain, Riza e Celeste (Pluma) Transportes Urbanos, 2011.

Verifica-se média de 613 pessoas deslocando-se para a cidade de Puerto Iguazu diariamente, enquanto 589 saem de Puerto Iguazu com destino a Foz do Iguaçu todos os dias. Estes números são constituídos em grande parte por turistas, que se hospedam em Foz do Iguaçu e deslocam-se à cidade argentina com fins de lazer, ou, estando hospedados em Puerto Iguazu, utilizam o transporte coletivo para visitar Foz do Iguaçu.

É importante ressaltar que o fluxo entre estas duas cidades é consideravelmente maior, pois os dados do quadro representam apenas uma das maneiras de deslocamento, já que uma grande frota de vans e ônibus de turismo efetuam este traslado, além dos automóveis particulares que diariamente passam pelas aduanas entre ambos os países. O deslocamento entre as cidades brasileira e argentina não é majoritariamente motivado por trabalho e/ou estudo. Puerto Iguazu, embora seja menor que Foz do Iguaçu, também é uma cidade estruturada para o atendimento turístico, além da atratividade de seu comércio por conta dos preços.

Quando se observa os dados das pessoas que utilizam o transporte coletivo entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, verifica-se que são maiores que as anteriores, já que a dinâmica entre estas cidades ocorre com base no trabalho e no consumo. O quadro acima nos revela que 1.585 pessoas deslocam-se de Foz do Iguaçu para Ciudad Del Este diariamente, enquanto 1.657 pessoas realizam o trajeto contrário todos os dias. Aqui podemos afirmar que o grande número dos passageiros que realizam este deslocamento é para trabalhar ou efetuar compras. Mas é bom ressaltar que além da utilização de ônibus, muitas pessoas

utilizam vans e mototáxi, assim como a travessia a pé. O mapa 11 apresenta média diária do fluxo de pessoas e origem, com destino a Foz do Iguaçu.



Mapa 11 – Média diária de deslocamentos em direção a Foz do Iguaçu: janeiro/julho 2011.

A fim de melhor compreender a motivação das pessoas que utilizam o transporte coletivo com destino a Ciudad Del Este realizamos uma pesquisa qualitativa durante dois dias, entrevistando 20 pessoas no interior dos ônibus enquanto realizavam o deslocamento de Foz do Iguaçu para Ciudad Del Este. Diante da dificuldade para abordar os entrevistados, o número é relativamente pequeno, contudo foi importante para melhor compreender o motivo dos

deslocamentos. Entre os abordados, 14 tinham como objetivo o trabalho e apenas uma pessoa não estava diretamente ligada ao setor comercial (quadro 6). Estes dados confirmam a pesquisa do Ipardes (2008), onde é apontado o trabalho como principal motivação da mobilidade pendular existente entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este.

Objetivo da viagem	Especificação do trabalho	Motivação para trabalhar no Paraguai
Trabalho – 14 pessoas	Lojas de eletrônicos – 05 pessoas	Trabalhar a anos e estar acostumado
Compras – 05 pessoas	Shopping Monalisa – 02 pessoas (01 como gerente da seção de bebidas)	Satisfação com o emprego
Visitar parentes – 01 pessoa	Lojas de autoservice – 03 pessoas	Falta de oportunidades em Foz do Iguaçu
	Coordenador de funcionários da rede de fast food Burger King – 01 pessoa	Salário maior que os pagos em Foz do Iguaçu
	Administrador – 02 pessoas	
	Professor particular – 01 pessoa	

Quadro 6 - Destino dos passageiros da linha Foz do Iguaçu /Ciudad Del Este. Fonte: Entrevistas realizadas durante os dias 07,10 e 11 de agosto de 2011.

Em relação ao deslocamento por meio de transporte coletivo com origem em Ciudad Del Este e destino a Foz do Iguaçu (quadro 7), verificou-se a repetição da motivação: nove dos abordados afirmaram estar indo a Foz do Iguaçu para trabalhar³⁶. Entre os trabalhadores, dois ocupam-se no comércio, enquanto os demais se dividem entre empregada doméstica, diarista, babá e pedreiro. O argumento, na quase totalidade, é de que o valor recebido no Brasil é muito superior ao que receberiam no Paraguai exercendo a mesma função. Além de trabalhadores, dois dos entrevistados estavam atravessando a fronteira para lazer.

³⁶ Neste trajeto foram entrevistadas 14 pessoas, todavia, apenas 11 se dispuseram a responder as questões. Notou-se que os paraguaios não se sentem seguros em falar a respeito deste assunto, já que um dos abordados questionou a possibilidade de a pesquisa ser encomendada pela Polícia Federal.

Pessoas abordadas	Pessoas que responderam	Objetivo da viagem	Especificação do trabalho	Motivação para trabalhar em Foz do Iguaçu
14	11	Trabalho – 09 pessoas	Empregada doméstica – 03 pessoas	O salário é maior
		Passear – 02 pessoas	Diarista – 01 pessoa	Falta de empregos no Paraguai
			Babá – 01 pessoa	
			Pedreiro – 02 pessoas	
			Vendedor Vila Portes – 02 pessoas	

Quadro 7 - Destino dos passageiros da linha Ciudad Del Este/ Foz do Iguaçu. Fonte: Entrevistas realizadas durante os dias 07,10 e 11 de agosto de 2011.

Lima (2011), em sua tese de doutorado, realizou pesquisa para conhecer o perfil dos trabalhadores de Foz do Iguaçu que se deslocam diariamente pela Ponte da Amizade para Ciudad Del Este. Para definir a amostra desta pesquisa, o autor baseou-se no censo demográfico de 2000³⁷, onde é apontado o número de residentes em Foz do Iguaçu que estudavam ou trabalhavam no Paraguai, ou seja, 10.330 pessoas. A tabela 26 aponta a ocupação dos brasileiros que trabalham no Paraguai, assim como os rendimentos mensais.

³⁷ Lima (2011, p.127), explicita que: “Os dados do Censo de 2000 serviram como referência para projetar uma amostra que fosse significativa para a análise da população, uma vez que o Censo de 2010 ainda não havia sido coletado quando da realização do trabalho de campo. O IBGE projetava uma população de 325.137 pessoas para Foz do Iguaçu em 2009, de modo que, mantendo-se a mesma proporção de 2000, podia-se esperar uma população de 12.992 pessoas que trabalhariam em Ciudad Del Este enquanto residiam em Foz do Iguaçu. Contudo, já no início do trabalho de campo notou-se que o universo de trabalhadores brasileiros no Paraguai era muito inferior ao total inferido. Em entrevista com o delegado regional da Secretaria do Trabalho do Estado do Paraná, foi indicado como número provável de trabalhadores, para o ano de 2010, um contingente igual ou inferior a 5 mil pessoas. Na Agência do Trabalhador, também tivemos a mesma resposta, com um número aproximado de cinco mil pessoas. Questionando as referidas autoridades, a resposta relacionava a diminuição no número de trabalhadores brasileiros em Foz do Iguaçu com a maior rigidez da legislação trabalhista no Paraguai, como uma suposta lei de cotas de trabalhadores paraguaios nas lojas de Ciudad Del Este.

Tabela 26 - Trabalhadores brasileiros que atuam no Paraguai por setor de atividades e salário médio: 2000

Setor	Trabalhadores		Renda Média R\$
	Total	%	
Agricultura	453	4,4	1 223,33
Indústria de transformação	479	4,6	1 066,05
Construção civil	244	2,4	1 078,29
Comércio	5 839	56,5	1 017,28
Alojamento e alimentação	404	3,9	585,18
Transporte	2 478	24,0	324,90
Outros	433	4,2	932,16
Total	10 330	100,0	843,49

Fonte: IBGE apud LIMA (2011, p.126).

Nota-se o predomínio de trabalhadores brasileiros atuando no setor de comércio e transporte, com pouca participação da agricultura e atividades relacionadas, assim como da indústria de transformação. O salário médio dos trabalhadores reafirma a motivação apontada pelos entrevistados durante o deslocamento entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este: os salários pagos no setor comercial são maiores que no Brasil. Verifica-se no quadro acima que os rendimentos médios em 2000 ultrapassavam a marca dos mil reais, valores expressivos naquele período.

Dos 317 entrevistados por Lima (2011) verificou-se que o trabalhador de Ciudad Del Este que reside no Brasil é majoritariamente do gênero masculino, em uma proporção de 66% de homens e 34% de mulheres. Da amostra pesquisada, a maior parte dos trabalhadores que cruzavam a ponte residia em Foz do Iguaçu (95,9%). Apenas dez entre os entrevistados moravam em Santa Terezinha de Itaipu e dois em Ciudad Del Este. No que diz respeito ao setor de atividade, o levantamento de Lima (2011), de acordo com a tabela 27, revelou a predominância do comércio e serviços, com 73,4% dos entrevistados se ocupando nestas atividades.

Tabela 27 - Ocupação dos brasileiros que trabalham no Paraguai: 2011

Setor	Frequência	(%)
Comércio e Serviços	248	73,4
Transporte	10	3,0
Indústria	07	2,1
Alojamento e Alimentação	11	3,3
Construção Civil	03	0,9
Serviços Pessoais e Domésticos	05	1,5
Outro	02	0,6
"Laranja" (25)	52	15,4
Total	338	100

Fonte: LIMA (2011, p.132).

Os salários recebidos estão na faixa de R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00, enquanto o rendimento médio do trabalhador no mercado formal de Foz do Iguaçu, com base na RAIS, aponta uma média de RS 1.281,17. Administração pública, educação e principalmente os serviços industriais de utilidade pública são os responsáveis pela média dos salários, sobretudo aqueles pagos por Itaipu, que se encontram muito acima da média de mercado. Entretanto, para o comércio varejista a renda média é de apenas R\$ 759,89 (LIMA, 2011). Ou seja, os trabalhadores do comércio em Ciudad Del Este recebem uma renda superior aos que desenvolvem a mesma atividade em Foz do Iguaçu. Porém, se compararmos estes dados com as informações de 2000 (tabela 26), percebe-se que ocorreu redução nos salários, que pode ser explicada, de acordo com o autor, pela subdeclaração nas respostas dadas aos questionários, mas também pela redução expressiva do movimento na fronteira ao longo da década de 2000. Diante do exposto, concorda-se que esta aglomeração transfronteiriça:

[...] assenta-se em um espaço heterogêneo, diverso e assimétrico, sendo ponto de passagem e origem de diversos fluxos de pessoas e mercadorias de variadas procedências. A presença dos rios Paraná e Iguaçu delinea a fronteira física entre os países, sem criar obstáculos às intensas relações econômico-sociais, tampouco ao desempenho de papéis específicos dessas cidades que compõem um espaço ocupado em continuidade e com condições diferenciadas de inserção na divisão internacional do trabalho. Como acontece em regiões de fronteira, a mobilidade humana é traço característico tanto no que se refere aos movimentos cotidianos de trabalhadores e consumidores quanto na diversidade étnica, fazendo com que os próprios limites fronteiriços se esvançam no feixe das relações cotidianas (IPARDES, 2008. p.131).

Esta aglomeração define um contexto geopolítico de grande importância, construindo uma posição de centralidade na região por meio de sua localização geográfica, favorecendo Foz do Iguaçu pelas funções realizadas na interseção entre

os três países. A gestão desta aglomeração urbana é um processo de difícil articulação, já que se constitui de cidades localizadas sobre muitas unidades político-administrativas autônomas. No Brasil, a autonomia municipal cria dificuldades nessas áreas aglomeradas por fragmentar decisões que poderiam, e/ou deveriam ser tomadas em conjunto. Maiores dificuldades ainda resultam da sobreposição de outras escalas de autonomia, a dos estados federados e a dos países, com legislações e políticas macroeconômicas diferentes na aglomeração transfronteiriça. Nesta perspectiva, Rolim (2004, p.1) afirma que “[...] um grande problema nessas regiões está nas restrições à mobilidade dos fatores de produção, impondo consequente dificuldade à concretização de um espaço econômico peculiar”.

No caso da aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu, o autor aponta uma situação de legalidade, mediante relações de cooperação ou coexistência pacífica entre os países, caracterizando-se por uma dada mobilidade de pessoas, bens, serviços e capitais, controladas pelas barreiras alfandegárias e por outras restrições legais a mobilidade dos recursos, bens e serviços. Inserida nesta discussão, Moura (2010, p.145), explicita que:

A Ponte da Amizade funciona para Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este como uma avenida de um mesmo espaço urbano, uma aparente fronteira amigável, que não deixa de ser uma (estreita e curta) linha de controle do trânsito de mercadorias transportadas, dependendo de distintos interesses. Por vezes se fecha ou se abre; por outras, acelera ou torna vagaroso o tráfego, promove revista nos passantes e nos porta-malas, reprime, libera, ignora ou confisca mercadorias de sacoleiros ou do cidadão local, que se beneficia das oportunidades cambiais para seu abastecimento próprio. Como uma cancela, separa ou une o interior de um espaço contínuo, fortemente articulado. O mesmo se repete na Ponte Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu a Puerto Iguazu, na Argentina, porém com menor impacto, dado o menor volume de mercadorias. Por ela transitam mais os visitantes do ‘outro lado’ das Cataratas, o frequentador dos cassinos ou do *free shopping*, situado com muita proximidade do posto alfandegário.

A discussão acerca dos deslocamentos e das relações econômicas mantidas entre Foz do Iguaçu, as cidades da rede regional e da aglomeração de fronteira são tamanhas que vão além do objetivo desta pesquisa, contudo, a fim de melhor caracterizar estas relações, o próximo item se dedica à atividade de maior destaque na área de fronteira, a atividade turística.

3.4 - Atividade Turística: alguns pressupostos

O término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu marcou o final de uma etapa econômica, contudo, fortaleceu outras atividades econômicas na Tríplice Fronteira. Esta área da qual faz parte a cidade de Foz do Iguaçu alcançou, nas últimas quatro décadas, o reconhecimento mundial de sua capacidade turística, associada principalmente à existência de dois pilares turísticos: Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Soma-se a isto toda a infraestrutura disponível à atividade, na forma de hospedagem, serviços de transportes, alimentação, entre outros que auxiliam na sua inserção como destino turístico internacional. Neste sentido, o presente item objetiva discutir o desenvolvimento do turismo na cidade através dos bens e serviços oferecidos, além do papel que esta atividade tem na inserção de Foz do Iguaçu na rede urbana.

Existem várias dificuldades para a compreensão e estudo do turismo, basicamente por tratar-se de um fenômeno social cuja complexidade abrange vários setores da sociedade. Desta maneira, os conceitos de turismo foram sendo estabelecidos de acordo com os diferentes enfoques teóricos adotados pelas disciplinas ou ciências que o estudam. As definições encontradas retratam esta fragmentação e até mesmo uma visível parcialidade. Observando os conceitos de diversos estudiosos sobre o turismo, Acerenza (1991, p. 49) afirma que:

El turismo es un fenómeno social de carácter complejo, que puede ser interpretado de distintas formas según sea la función que, em um momento dado, tengan las personas relacionadas con el. Pero independientemente del punto de vista particular que puedan tener los diferentes sectores dedicados a esta actividad, el turismo, desde el punto de vista conceptual, no es sino um conjunto de relaciones y fenómenos producidos por el desplazamiento y permanencia de personas fuera de su lugar normal de domicilio, motivados fundamentalmente por una actividad no lucrativa.

Com base no autor supracitado, Mamberti e Braga (2004, p.2) consideram como definição apropriada aquela que considera o turismo como atividade econômica e social, tanto pelas motivações e efeitos que exercem nos sistemas econômico, social e ambiental dos lugares receptores, bem como nos de origem dos viajantes.

A atividade turística tal como ocorre na atualidade é consequência direta do Estado do Bem-Estar Social, que emergiu a partir da década de 1930 nos Estados

Unidos e Europa, garantindo a redução da carga horária dos trabalhadores, o acesso a aposentadorias, férias anuais, além de outras conquistas trabalhistas que ampliaram o tempo livre das pessoas, permitindo que as classes sociais pudessem desfrutar com mais tempo, rendimento e qualidade o lazer, cultura e turismo.

Como resultado, em parte destas transformações trabalhistas, ocorreu a formação e consolidação de uma sociedade de consumo de massa e a atividade turística foi um dos primeiros setores a receber os benefícios de tal mudança. Contudo, vale considerar que os locais turísticos devem estar apropriados para receber um fluxo de pessoas; neste sentido, Marmerti e Braga (2004, p.3) apontam que:

Para um lugar ser considerado como turístico é necessário que ele apresente três características: densidade de frequência turística, ou seja, fluxo significativo de visitantes; presença de equipamentos e serviços turísticos, representados pela infraestrutura turística (hotéis, restaurantes, agências de turismo etc.); e deve haver uma imagem turística.

Além de sua capacidade de impulsionar melhorias nos resultados da balança comercial e estimular a economia através da geração de emprego e receita, o turismo é uma atividade que envolve pessoas, relações e expectativas. Diante disso, Barreto (1991, p.2) explicita que “[...] o turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações e da balança comercial”.

Por outro lado, a perspectiva que o conceitua na maioria das vezes apenas enquanto atividade econômica ocorre pela sua natureza, já que sua realização está diretamente ligada à compra e venda de produtos e serviços turísticos, assim como pela sua capacidade em promover benefícios econômicos. Esta posição é reforçada por Rodrigues (2003, p.15), ao colocar que “a atividade turística é, portanto produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso das motivações diversas que inclui o consumo de bens culturais”.

Na perspectiva econômica o turismo pode ser considerado como “[...] o conjunto das relações e fenômenos – econômicos, sociais e culturais, ou seja, toda atividade que causa deslocamento e que implica gasto de renda, cujo objetivo principal é conseguir satisfação [...]” (MONTEJANO, 2001, P.103). Segundo o autor, o turismo se enquadra na economia como o conjunto das atividades industriais e

comerciais que produzem bens e serviços consumidos total ou parcialmente por visitantes estrangeiros ou nacionais (MONTEJANO, 2001).

A atividade turística articulada com demandas de bens e serviços acaba por promover o desenvolvimento econômico. Existe uma relação de causa e efeito entre turismo e economia, ora a economia é causa do desenvolvimento do turismo, ora o turismo é causa do desenvolvimento da economia. É importante frisar que no momento em que o turismo favorece o desenvolvimento econômico, em muitos casos beneficia regiões e áreas menos favorecidas através de transferência de renda de locais mais desenvolvidos para aqueles menos desenvolvidos, possibilitando a geração de empregos, salários, impostos, entre outros.

A expansão do turismo representa também acréscimo na demanda por produtos agrícolas, mobiliários, de transportes, de construção civil, entre outros. De acordo com Fernandes e Coelho (2002, p.90), os impactos econômicos gerados pela atividade turística são:

- Redução dos desequilíbrios regionais: nas regiões com nível baixo de renda média, o aumento da demanda turística provoca uma série de efeitos multiplicadores sobre diferentes setores produtivos que lá funcionam. Esta demanda adicional enseja uma ampla gama de aquisições de bens e serviços que, por sua vez, faz com que outros bens e serviços sejam adquiridos, e assim sucessivamente.
- Contribuição na arrecadação de impostos: A atividade turística tem uma importante contribuição para a arrecadação de tributos.
- Efeitos multiplicadores de renda, produção e emprego: o multiplicador de produção relata o momento de produção adicional gerada na economia como consequência de um aumento no gasto turístico [...].
- Contribuição na formação do Produto Interno Bruto (PIB): Se o turismo cresce, tudo cresce ao seu redor, inclusive o setor terciário. O turismo está inserido no setor econômico que, ao longo das últimas décadas, vem aumentando consideravelmente sua participação percentual na composição do Produto Interno Bruto das economias mais avançadas.

Considerando que o turismo está inserido no setor terciário, Montejano (2001, p.105) afirma que esta relação gera três tipos de efeitos sobre a economia:

a) efeitos globais sobre a economia nacional, como financiamento do déficit exterior, ou mudanças na dependência exterior e sobre a ordem econômica internacional; b) efeitos parciais sobre a economia nacional relacionados à produção, emprego, balanço de pagamentos, taxas de câmbio, oferta monetária, circulação de moeda, arrecadação pública, gastos públicos, inflação, especulação do solo, distribuição de renda, desenvolvimento regional, meio rural e movimento demográfico; c) efeitos externos sobre meio ambiente, formação profissional, hábitos de consumo, alterações sociais e culturais.

A mensuração econômica do turismo é tarefa complexa que exige sistemas de contabilidade altamente desenvolvidos (NODARI, 2008). Os avanços neste campo ainda se encontram em fase inicial, porém já existem setores da economia direcionados exclusivamente para o turismo. Por outro lado é importante considerar que o turismo exige da economia um conjunto de atividades produtivas, onde os serviços têm caráter predominante que interessam a todos os setores econômicos de um país ou de um local.

Nesta discussão cabe ressaltar que o turismo na sociedade contemporânea vem apresentando elevadas taxas de crescimento. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), este segmento está entre aqueles que contam com as maiores taxas de crescimento. Para se ter dimensão desta realidade basta observar que na década de 2000 o volume mundial de turistas foi de 697,8 milhões; em 2010, após a rápida recuperação dos impactos advindos da crise financeira mundial, ocorreu acréscimo de turistas de 6,7% em relação ao ano de 2009, atingindo total de 935 milhões (UNWTO, 2011).

Em relação ao Brasil, de acordo com dados da EMBRATUR (2011), em 2010 o país recebeu 5,161 milhões de turistas estrangeiros, um crescimento de 7,5% em comparação a 2009, quando 4,802 milhões de turistas entraram no país, cujos gastos somaram US\$ 5,919 bilhões. Outra característica importante diz respeito ao número de empregos gerados pelo turismo. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou em 2007 uma pesquisa sobre o número de empregos gerados pela atividade turística no Brasil, apontando que em 2006 existiam no país cerca de 10,3 milhões de empregados no setor (IPEA, 2008).

Mediante a abrangência desta atividade na economia, grande parte dos estudiosos do turismo aponta como fundamental o planejamento econômico do turismo. Neste sentido, Beni (1998, p.100) explicita que:

[...] é necessário, portanto, que sejam delineadas diretrizes básicas de uma política econômica nacional para o desenvolvimento do turismo. [...] é uma atividade que requer a intervenção proeminente do Estado pelo que representa em suas características fundamentais, pois o turismo representa uma atividade plurissetorial que necessita de coordenações e de planejamento de seu desenvolvimento que só podem ser providos pelo poder público.

A partir desta breve exposição, a seguir discute-se o turismo em Foz do Iguaçu e as formas com que esta atividade insere a cidade na rede urbana nacional e na rede internacional de turismo.

3.4.1 - O turismo em Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu, por meio de um conjunto de atrativos naturais e artificiais, tornou-se ao longo dos anos um destino eminentemente receptivo, profissionalizando-se na gestão de visitantes. Este processo de desenvolvimento do turismo aconteceu de maneira ora espontânea, ora planejada, de acordo com a realidade econômica, social e política.

Para melhor compreender esta realidade é importante destacar que a atividade turística despontava na cidade já em 1915, porém as visitas às Cataratas do Iguaçu ocorriam de maneira bastante rústica, e eram poucos aqueles que encaravam aproximadamente sete horas de percurso em carroça para conseguir chegar até as quedas. Durante as décadas seguintes, de forma bastante lenta, a cidade foi sendo estruturada para receber seus visitantes, mas apenas no final da década de 1960, atrelada à construção da Ponte da Amizade e BR-277, que a atividade turística se fortaleceu.

Na década seguinte, o início da construção de Itaipu e a inauguração do aeroporto internacional fortaleceram o turismo e o número de visitantes nas Cataratas do Iguaçu aumentou. O que havia de novo era a elaboração de uma proposição que identificava no turismo, o núcleo para onde deveriam convergir os investimentos públicos municipais e, principalmente, federais. Desde então, o turismo passou a ser definido como a principal atividade econômica local.

De acordo com o levantamento feito pela Comissão de Desenvolvimento Municipal (CODEM) em 1968, existiam 18 hotéis e oito agências de turismo e câmbio na cidade. Associando estes dados às estatísticas feitas pela Secretaria

Municipal de Turismo de Foz Iguaçu sobre o número de alvarás de abertura de estabelecimentos hoteleiros liberados entre 1960-2000 e de agências de turismo entre 1967 e 2005, foi possível identificar aspectos da dinâmica do crescimento deste setor na cidade. Entre 1960 e 1978 foram liberados 14 alvarás para abertura de hotéis, entre 1979 e 1989 o número de alvarás saltou para 107.

Este percentual de crescimento do setor hoteleiro foi significativamente maior, não só em relação aos períodos anteriores, como também em relação aos futuros, vinculado com o comércio em Ciudad Del Este. Entre 1986 e 1995, como consequência deste grande crescimento, a cidade tornou-se numericamente o terceiro maior parque hoteleiro do Brasil. Já no período entre 1989 e 1998 a taxa de crescimento dos alvarás diminuiu 94%. Ainda segundo dados da SMTU, em 2000 existiam 184 hotéis em funcionamento, de acordo com a tabela 28.

Tabela 28 - Número de estabelecimentos de hospedagem em Foz do Iguaçu:
1960/2010

Período	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Estabelecimentos	18	57	112	186	184	161
Leitos	-	-	11.586	19.595	23.289	21.780

Fonte: Inventário da Oferta Turística da SMTU/2010.

É importante destacar que toda esta rede hoteleira foi, desde o início, estabelecida com a finalidade de atender a demanda turística, entretanto, é importante considerar que durante as últimas décadas o mercado de eventos vem se expandindo no Brasil e isso tem criado novas perspectivas para a expansão do turismo. Neste sentido, a Embratur (2005) aponta que os negócios/eventos foram a segunda principal motivação das viagens realizadas no país, ficando atrás apenas do turismo de lazer. Deve-se considerar ainda que a Região Sul foi onde o setor de eventos mais cresceu.

Este crescimento do mercado de eventos se articula com a necessidade de minimizar os efeitos da demanda turística sazonal, reduzindo a capacidade ociosa e complementando a renda dos estabelecimentos turísticos, sobretudo nas fases de baixa temporada. Em Foz do Iguaçu este fenômeno não foi diferente. Mesmo sendo o segundo destino turístico que mais recebe visitantes no Brasil, e considerando que

sua demanda é predominantemente por lazer, a procura motivada por eventos tem aumentado.

No caso de Foz do Iguaçu, o fluxo de turistas é maior nos meses de dezembro e janeiro, seguido do mês de julho. Desta forma, observa-se um conjunto de hotéis e outras empresas turísticas operando, na maior parte do ano, com elevada capacidade ociosa. Foi por este motivo que a comunidade empresarial do turismo criou o *Iguassu Conventions & Visitors Bureau* (ICVB), uma organização cuja função principal é a captação de eventos para a cidade, viabilizando a utilização da infraestrutura turística existente em Foz do Iguaçu.

De acordo com o inventário Turístico do Município (SMTU, 2010), Foz do Iguaçu possui uma estrutura com capacidade para receber mais de 42.000 pessoas por dia, considerando o centro de convenções, os clubes, as áreas de lazer, os salões e auditórios de hotéis. Uma breve demonstração qualitativa da infraestrutura hoteleira existente na cidade pode ser visualizada no quadro 8.

Dados	Hotel Tarobá	Hotel Golden Tulip Internacional	Hotel Panorama
Apartamentos	81 ¹	214	155
Funcionários	40	198	100
Média de permanência	2 dias	2 dias	2 ½ dias
Valor da diária	R\$ 130,00	R\$ 220,00	R\$ 193,00
Média de gastos - Dia	R\$ 150,00	R\$ 500,00	R\$ 220,00
Serviços	Agência de Turismo, Sauna, internet, sala de jogos e restaurante	Agência de Turismo, Lavanderia, sauna, fitness, sala de jogos, piscina, internet e garagem	Restaurante, pub e bar; Parque aquático, recreação; fitness Center, quadras de jogos, mini golf, internet.
Público	Turismo, Negócios e Eventos	Negócios Turismo, e Eventos	Turismo
Público	Turismo, Negócios e Eventos	Negócios Turismo, e Eventos	Turismo
Alta temporada	Janeiro e julho	Réveillon, Carnaval e Julho	Janeiro, julho, outubro, novembro e dezembro

Quadro 8 - Demonstrativo da infraestrutura e serviços ofertados pelos hotéis de Foz do Iguaçu. Fonte: Hotel Tarobá, Hotel Golden Tulip Internacional e Hotel Panorama, 2010.

¹ Com ampliação de mais 105 apartamentos até final de 2011.

Ao observar o quadro³⁸, percebe-se, como destacado anteriormente, que o período de maior ocupação hoteleira ocorre em dezembro, janeiro e julho, com exceção para alguns feriados nacionais. Em relação ao público atendido, apenas um entre os hotéis pesquisados atende exclusivamente o setor turístico, dado que confirma a demanda por eventos e congressos.

A permanência dos turistas na cidade é entre dois e três dias, de acordo com o tabela 29, e tanto os envolvidos no setor turístico quanto o município procuram elaborar novas atrações e promoções a fim de fazer com que o turista continue na cidade por pelo menos um dia a mais.

Tabela 29 - Tempo de permanência dos turistas em Foz do Iguaçu

Hotéis a partir de R\$ 101,00	03 dias
Hotéis de R\$ 51,00 a R\$100,00	2,5 dias
Hotéis até R\$ 50,00	2,2 dias
Pousadas e albergues	2,5 dias

Fonte : Inventário da Oferta Turística da SMTU/2010.

O que predomina em Foz do Iguaçu é o turismo de massa. Neste sentido, Burns (2002) aponta que este tipo de turismo, de fluxo constante, é realizado por pessoas de classe média, que esperam encontrar nos locais onde se hospedam o conforto de padrão ocidental e facilidades de todos os tipos, de modo a ter suas necessidades atendidas. O conceito de turista de massa abrange, portanto, um padrão de repetição do que já é conhecido, mantendo uma sensação de conforto e segurança. Nesta perspectiva e dentro da lógica da globalização, as grandes redes hoteleiras exercem um papel importante para este segmento de turista, uma vez que a padronização de seus ambientes lhe proporciona tranquilidade daquilo que já é conhecido, independente da localidade que esteja.

A estrutura turística de Foz do Iguaçu conta com hotéis de bandeira que exprimem esta condição global e atendem ao turismo de massa, a saber: Hotel Mabu Thermas e Resort, da rede de hotéis Mabu de Curitiba; Hotel das Cataratas, do grupo inglês Orient-Express, que administra o Hotel Copacabana Palace no Rio de Janeiro; Hotel Bourbon Convention Resort Cataratas, pertencente à rede nacional de hotéis Bourbon; Hotel Golden Tulip Internacional Foz, da rede holandesa Golden Tulip; Hotel Viale, da rede nacional Bristol; e o Hotel Tarobá, da rede Best Western

³⁸ A escolha destes hotéis está relacionado a classificação; 4,5 e 3 estrelas respectivamente.

(associação de hotéis independentes); além da unidade da cadeia de hotéis Ibis, pertencente à rede francesa Accor, que está em fase de construção.

Além dos meios de hospedagem, o significativo crescimento dos alvarás de abertura de agências de turismo pode ser considerado também um indicador do aumento dos empreendimentos turísticos na cidade. Com base nos dados apresentados pela SMTU, verificou-se que entre os anos de 1979 e 1988 ocorreu aumento de 825% dos alvarás de abertura de agências de turismo, em relação ao período entre 1969 e 1978; o número de agências de turismo existentes em 1968 duplicou em 1978 e ao longo da década de 1980 estas cresceram aproximadamente 400%, quando totalizavam 90 agências. Em 2010 nota-se novamente o crescimento de agências, totalizando 147 estabelecimentos (SMTU, 2010); contudo, é importante destacar que mesmo com este grande crescimento, outras formas de organização e compra de pacotes turísticos são efetuados na atualidade, a exemplo de sites de venda de hospedagem, passagem aérea, passeios, entre outros.

O reconhecimento internacional da cidade como destino turístico é comprovado pelas estatísticas. Segundo dados da EMBRATUR (2004), Foz do Iguaçu foi a sexta cidade brasileira mais visitada por turistas estrangeiros, representando 7,4% do total no ano de 2003. O aumento da chegada de visitantes estrangeiros à cidade cresceu praticamente quatro vezes em um período de apenas quatro anos, quando saltou de sexta para segunda cidade mais visitada do país em 2009, ficando atrás do Rio de Janeiro. Do total de visitantes que chegaram ao Brasil em 2007, 30,5% tinham como destino a cidade de Foz do Iguaçu (EMBRATUR, 2009).

O reconhecimento turístico alcançado por Foz do Iguaçu se deu através da existência de seus atrativos turísticos, sendo eles de origem natural e/ou artificial. O primeiro deles é o Parque Nacional do Iguaçu, o mais importante fomentador do potencial turístico da cidade, em especial pela presença das Cataratas do Iguaçu. O Parque foi criado em janeiro de 1939 através do Decreto Federal nº 1.035, situando-se na confluência entre Brasil, Argentina e Paraguai. Em 1986 o parque foi tombado como Patrimônio Natural da Humanidade, constituindo-se em uma das maiores

reservas florestais da América do Sul. A área localizada em território brasileiro perfaz 185.262,5 hectares, abrangendo um total de 14 municípios³⁹.

O órgão responsável pela regulamentação do uso do Parque é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁴⁰, uma entidade ligada ao Governo Federal com a função de regular e fornecer concessão às empresas que exploram economicamente o Parque Nacional do Iguaçu, como por exemplo; hotel, restaurantes, lojas, transporte, passeios, entre outras atividades. É com base nestas formas de pagamento de concessão que se dá a manutenção econômica do parque.

Em 1999 foi implantada uma nova estrutura de visitação no Parque Nacional do Iguaçu, mediante concessão para a empresa Cataratas do Iguaçu S.A, que tem como missão implantar, operacionalizar, administrar e manter um fluxo maior de turistas. A empresa detém a concessão para aproveitamento econômico por um período de 15 anos, de espaços como o Centro de Visitantes (foto 14), o Porto Canoas e o Naipi, onde oferecem serviços de alimentação, lojas de artesanato e serviços fotográficos, além do transporte no interior do parque.

Além desta concessão, outras quatro empresas exploram o parque através de passeios ecológicos e de aventura. Uma destas empresas é a Ilha do Sol agência de viagens e turismo – Macuco Safári, que oferece passeios de barco; o Macuco Eco Aventura tem a concessão para vender passeios ecológicos como trilhas e *rafting*; outra das empresas existentes dentro do Parque Nacional é o Cânion Iguaçu, que oferece atividades como rappel, arvorismo e *rafting* e por último a Helisul Taxi aéreo, que realiza passeios de helicóptero sobre as quedas. A área destinada à visitação pública, incluindo as áreas administrativas, as concessionárias e a área das quedas, abrange apenas 0,3% da área total do parque.

³⁹ Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Ramilândia, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Santa Teresa do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques e Capanema.

⁴⁰ Até o ano de 2007 esta tarefa era exercida pelo IBAMA, sendo que em agosto do mesmo ano foi criada esta autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente com a missão de administrar as unidades de conservação federais.



Foto 14- Vista parcial do Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu
Fonte: Cataratas do Iguaçu S.A

De acordo com dados obtidos através do Instituto Chico Mendes⁴¹ (tabela 30), verifica-se que desde 2000 os números pouco se alteraram, com exceção do ano de 2000, apresentando 767.193 turistas. O total de visitantes fica na média de 1.039.615 visitantes por ano, sendo que deste montante, praticamente metade é composto por turistas brasileiros e a outra metade por turistas estrangeiros, além do mês de maior visitação ser janeiro e o período de menor visitação o mês de junho.

Tabela 30 - Estatística de visitação nas Cataratas do Iguaçu: 2000, 2005, 2009 e 2010

Visitantes	2000	2005	2009	2010
Média Mensal	63.932	87.952	89.172	105.480
Mês de maior frequência	89.373 - Jan	128.718 - Jan	157.087- jan	161.124 - jan
Mês de menor frequência	31.111 - Jun	51.111 - Jun	48.653 - jun	66.338 - jun
Brasileiros	393.271	454.664	523.025	646.861
Estrangeiros	373.922	600.769	547.047	618.904
Total	767.193	1.055.433	1.070.072	1.265.765

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2011.

⁴¹ As tabelas 30 e 31 foram elaboradas com base nos dados fornecidos pelo Instituto Chico Mendes, ou seja, a variação temporal é justificada pelo fato de serem os dados disponíveis para análise.

Como verificado na tabela acima, a presença de turistas estrangeiros é muito significativa em Foz do Iguaçu. Para melhor entendimento acerca desta demanda internacional, a tabela 31 apresenta os dez países que mais emitiram turistas para o Parque Nacional do Iguaçu na última década.

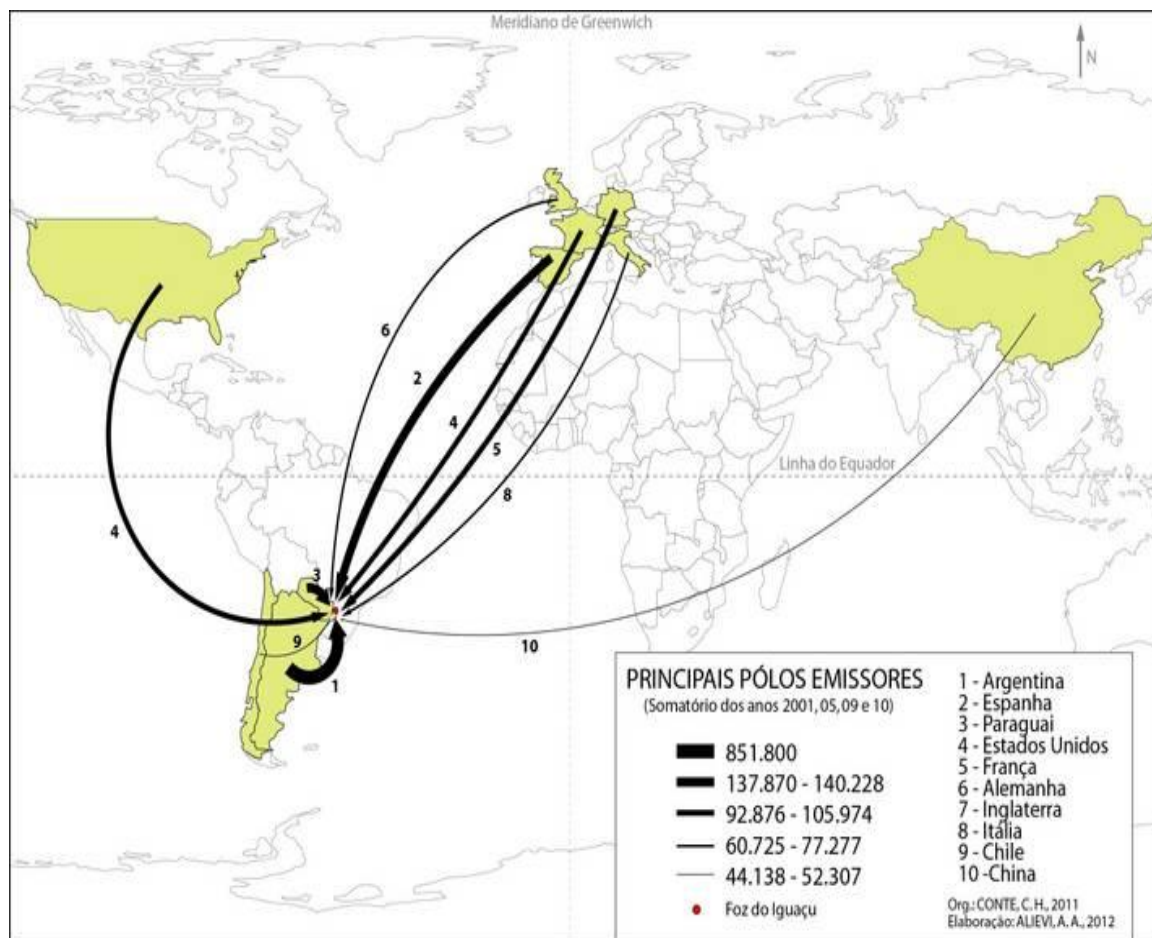
Tabela 31 - Polos emissores estrangeiros - Parque Nacional do Iguaçu: 2000, 2005, 2009 e 2010

Procedência	2000		2005		2009		2010		Total
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número
Argentina	192.195	19,24	203.070	19,24	197.646	18,47	258.884	20,45	851.795
Espanha	12.152	5,28	55.760	5,28	37.609	3,51	34.707	2,74	140.228
Paraguai	31.920	2,91	30.724	2,91	38.304	3,57	36.922	2,91	137.870
E.U.A	18.814	3,33	35.162	3,33	26.021	2,43	25.977	2,05	105.974
França	15.012	2,62	27.739	2,62	25.999	2,42	26.170	2,06	94.920
Alemanha	15.279	2,54	27.378	2,59	25.293	2,36	24.926	1,96	92.876
Inglaterra	12.658	2,23	23.578	2,23	21.124	1,97	19.917	1,57	77.277
Itália	10.499	1,73	18.359	1,73	15.703	1,46	16.164	1,27	60.725
Chile	6.664	1,67	17.714	1,67	13.079	1,22	14.850	1,17	52.307
China	4.934	1,57	16.612	1,57	10.637	0,99	11.955	0,94	44.138
Total	315.686	35,89	456.096	43,21	411.415	38,44	470.472	37,16	1.969.355

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2011.

Entre os países que mais visitaram as Cataratas do Iguaçu, nota-se a Argentina ocupando a primeira posição, enquanto o Paraguai ocupa a terceira. Esta constatação está relacionada principalmente pela proximidade entre estes países e Foz do Iguaçu. Outros cinco países são europeus, com destaque para a Espanha, que enviou a média de 35.057 turistas por ano. Os Estados Unidos aparecem com uma média de 26.493 turistas visitando o Parque Nacional do Iguaçu todos os anos. Por último, não menos importante, nota-se o Chile e a China.

Estes dados evidenciam novamente a importância de Foz do Iguaçu enquanto pólo turístico internacional. O mapa 12 apresenta este fluxo, ordenando os países que mais enviaram turistas nos últimos anos para visitar as Cataratas do Iguaçu.



Mapa 12 – Dez maiores emissores de turistas para o Parque Nacional do Iguaçu: 2000, 2005, 2009 e 2010

A Usina Hidrelétrica de Itaipu também se tornou elemento de apelo turístico diante de sua repercussão assumida enquanto maior hidrelétrica do mundo. As obras de Itaipu foram iniciadas em 1974 e o primeiro registro de uma visita técnica ao seu canteiro de obras, de acordo com entrevista realizada com a gerente da Divisão de Relações Públicas, Marta Costard, em 16/10/2010, foi do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em abril de 1976. A partir de então tiveram início as atividades de Relações Públicas, que naquele momento ocupavam-se principalmente com visitas técnicas de universidades, empresas, imprensa, etc. ao canteiro de obras. Ainda de acordo com a entrevistada, o número de visitantes entre os anos de 1977 e 1980 foi de 119.155 brasileiros e 13.283 estrangeiros, o que já denotava a importância da gestão deste público. As visitas neste momento ocorriam com a intenção de apresentar aos visitantes a dimensão da obra, a movimentação dos operários, assim como a infraestrutura existente.

Até 1980 não havia na Itaipu uma estrutura física programada para visitação, e tampouco funcionários para atender a operacionalização deste tipo de demanda, pois todas as visitas eram feitas por apenas cinco empregados. Foi em 1983 que esta situação recebeu novos contornos com a construção do Centro de Recepção de Visitantes (CRV) e com a formação de uma equipe especializada no atendimento dos turistas, sendo que a gestão e operacionalização do turismo estavam sob responsabilidade da própria Itaipu.

Estas características foram mantidas até 2007, ano em que a empresa terceirizou o setor turístico, repassando as funções de gestão de visitantes à Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI)⁴². Atualmente o complexo turístico de Itaipu oferece seis diferentes passeios: visita panorâmica, circuito especial, iluminação da barragem, Ecomuseu, Refúgio Biológico e Polo Astronômico, sendo que Itaipu mantém as visitas institucionais para universidades, empresas e demais grupos, sem a cobrança de ingresso.



Figura 1 - Complexo turístico de Itaipu. Fonte: Portal H2foz

- 1- Centro de Recepção de Visitantes;
- 2- Mirante Central;
- 3- Bosque do Trabalhador;
- 4- Barragem;
- 5- Mirante da Margem Direita (Paraguai);
- 6- Canal da Piracema;
- 7- Ecomuseu;
- 8- Refugio Biológico Bela Vista;
- 9- Parque Tecnológico de Itaipu.

⁴² A Fundação foi constituída em 2003 como uma empresa privada sem fins lucrativos, responsável pela execução dos contratos dos serviços ligados à gestão de visitantes a partir de 2005, quando iniciou a cobrança de ingresso do primeiro produto – Circuito Turístico Especial

Arelado ao conjunto de reformas, melhorias na infraestrutura e a especialização no atendimento turístico, a visitação em Itaipu foi sendo fortalecida por aqueles visitantes que vinham a Foz do Iguaçu com a intenção de conhecer as Cataratas do Iguaçu e aproveitavam para visitar a Usina. Neste sentido, a tabela abaixo apresenta o fluxo de visitantes nos atrativos de Itaipu nos últimos anos.

Tabela 32 - Atrativos de Itaipu e número de visitantes: 2008/2010

Margem Brasileira	2008	2009	2010	Total
Visita Institucional	52.941	48.874	62.087	163.902
Visita panorâmica	219.910	205.490	246.762	672.162
Circuito Especial	38.901	44.215	44.042	127.158
Ecomuseu	47.002	31.005	5.582	83.589
Refúgio Biológico	18.672	15.521	19.567	53.760
Pólo Astronômico	- -	1.393	8.605	9.998
Total	404.904	373.098	410.022	1.188.024

Fonte: Marta O'Leary Costard – Gerente da divisão de Relações públicas da Itaipu, 2011. ¹ O atrativo Ecomuseu durante o ano de 2010 atendeu até o mês de março. Encontra-se fechado por motivos de reforma.

Ao observar a tabela demonstrativa das visitas em Itaipu, verifica-se relativa estabilidade numérica. Em 2010 percebe-se um acréscimo em relação a 2009 e 2008, em parte explicada pela inauguração do Polo Astronômico no final de 2009, cujos números só foram contabilizados em 2010.

Estes são os dois principais atrativos turísticos da cidade – Cataratas do Iguaçu e Itaipu, mas existem outros locais que contribuem em menor escala ao fluxo de turistas em Foz do Iguaçu. O comércio em Ciudad Del Este, como mencionado no capítulo anterior, constitui-se em um considerável atrativo; o Marco das Três Fronteiras⁴³, o Parque das Aves; a Mesquita Mulçumana; o Templo Budista, entre outros.

Diante destas análises traçadas e considerando que o turismo está estritamente ligado à economia, verifica-se que esta atividade é responsável pela geração de um grande número de postos de trabalho em Foz do Iguaçu. Uma fonte importante para esta constatação é o documento Estimativas da mão-de-obra formal ocupada em ACTs – Atividades Características do Turismo de 2003 a 2007 (IPEA,

⁴³ Local de divisa territorial entre Brasil, Argentina e Paraguai, onde o Rio Iguaçu desemboca no Rio Paraná. O marco brasileiro esta localizado no bairro Porto Meira e foi inaugurado em 1903.

2008). Nas Estimativas, Foz do Iguaçu apareceu com um crescimento de 21,6% de mão-de-obra, crescimento este maior que as apresentadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, de acordo com a tabela 33.

Tabela 33 - Atividades Características do Turismo: Brasil e Foz do Iguaçu em 2008

Atividades	Brasil (%)	Foz do Iguaçu (%)
Serviços de alimentação	37,79	13
Serviços de transporte rodoviário	36,16	18
Lazer e cultura	11,02	13
Serviços de alojamento	4,25	13
Agência de turismo	1,36	6
Serviços auxiliares de transportes	5,20	4
Serviços de locação de bens móveis	2,65	1

Fonte: Contas Nacionais / IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Estimativa de mão-de-obra Formal ocupada em ACTs, 2008.

Foz do Iguaçu destaca-se em três segmentos; lazer e cultura, serviços de alojamento e agência de turismo. Mesmo nos demais segmentos se percebe que existe uma resposta por parte da cidade, já que os serviços de alimentação, transporte e auxiliar de transporte são parte fundamental de qualquer pacote turístico. Entre as ACTs em Foz do Iguaçu, as estimativas de emprego obtiveram um aumento considerável, respectivamente nos ramos de alojamento, transporte, cultura e lazer, agência de turismo, alimentação, auxiliar de transporte e aluguel de transporte. A estimativa totalizou 4.271 empregos.

Para se ter idéia desta dimensão, basta verificar, segundo o estudo da Paraná Turismo⁴⁴, que no ano de 2008 estiveram na cidade de Foz do Iguaçu um número aproximado de 2.003.068 turistas, dos quais 75,8% utilizaram os serviços hoteleiros oferecidos pela cidade. Os dados aqui apresentados nos mostram o quanto o turismo representa na cidade de Foz do Iguaçu.

As chegadas de turistas na cidade são realizadas em uma quantidade particularmente grande por meio do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, de acordo com a tabela 34. Através deste aeroporto consolida-se a circulação de cargas e principalmente de pessoas, que desde o ano de 2005 vem contando com

⁴⁴ Disponível em: < http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home_turismo/inventario_turistico.asp >

número crescente de aeronaves e passageiros, cuja média no período 2005-2010 foi de 768.000 passageiros/ano.

Tabela 34 - Número de aeronaves e passageiros no aeroporto de Foz do Iguaçu:
2005/2010

Ano	Aeronaves	Passageiros
2005	10.909	818.512
2006	10.059	731.312
2007	10.410	721.385
2008	10.878	766.444
2009	11.918	807.540
2010	15.886	1.155.615

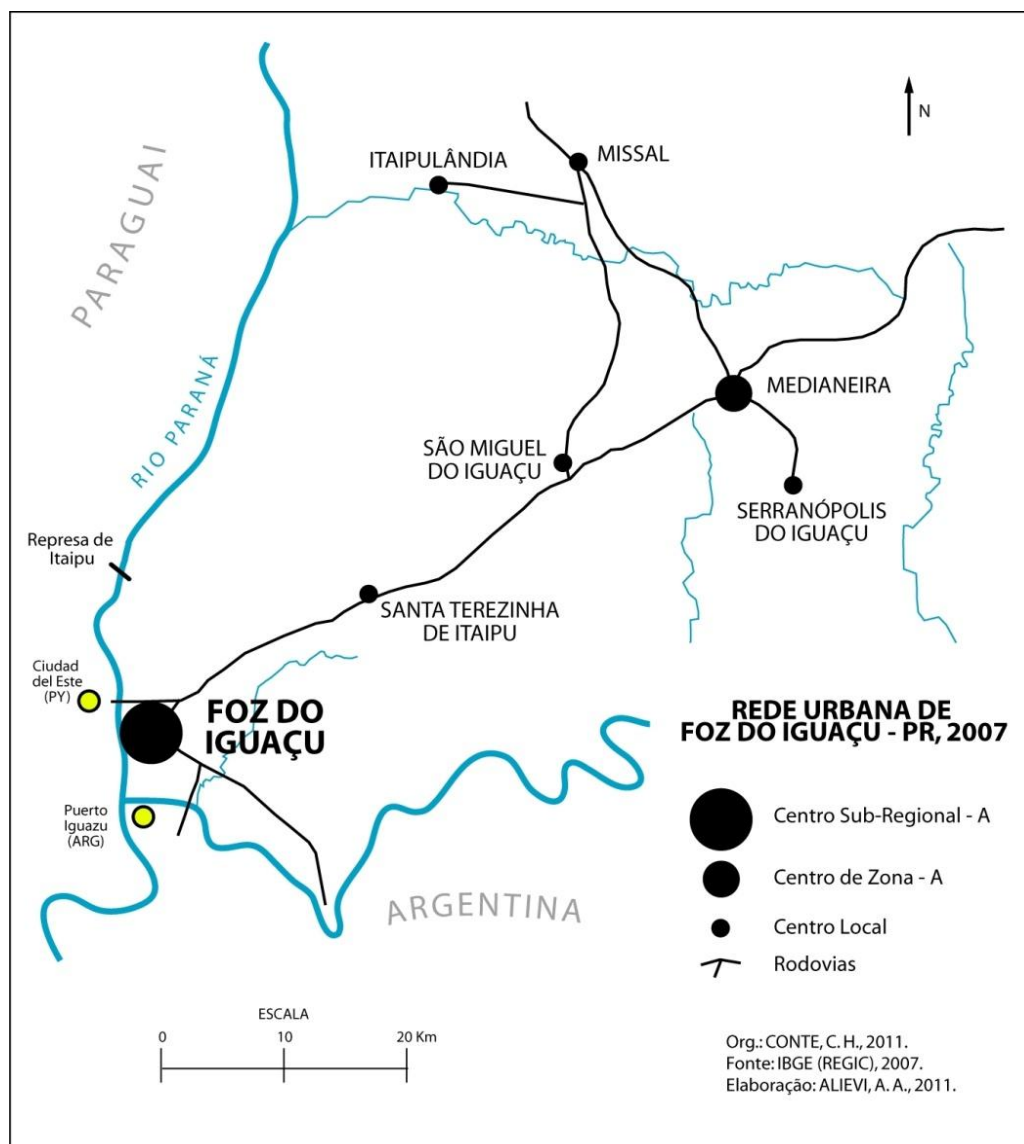
Fonte: Infraero, 2010.

Em relação ao papel do turismo, Amaral Filho (2001, p.18) aponta que a atividade consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional:

(I)forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (II) grande numero de pequenas e médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (III) indústria limpa; (IV) globalização da economia local por meio do fluxo de valores e de informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito *trade off* em relação ao crescimento da economia local, pelo contrário. Por outro lado, esse tipo de atividade tem outra vantagem: a de possibilitar a transformação de “fatores dados” em “fatores dinâmicos” diminuindo, em muito, os custos de criação e de implantação que envolvem qualquer projeto novo de desenvolvimento.”

Verifica-se que o papel que o turismo desempenha sobre uma economia, seja de forma direta, indireta ou induzida, tem resultado em geração de valores. A análise econômica que a atividade turística faz parte da mensuração dos produtos que os turistas consomem em suas viagens, assim como os resultados que a oferta dos produtos causa sobre as variáveis macroeconômicas, além de sua relação com as outras atividades.

Diante das análises presentes neste estudo, se faz necessário, por fim, apresentar a inserção de Foz do Iguaçu na rede urbana regional (mapa 13).



Mapa 13: Rede urbana de Foz do Iguaçu: 2007

Observa-se que Foz do Iguaçu (foto 15), por mais complexa que seja do ponto de vista de suas atividades comerciais e de seus serviços, ainda é considerada um centro sub-regional A. Sua rede urbana regional, de acordo com o IBGE (2008), perdeu seis cidades em relação à pesquisa de 1993: Matelândia, Ramilândia, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Diamante do Oeste, Santa Helena e São José das Palmeiras. Estas cidades passaram a compor a rede urbana regional de Cascavel, mesmo constatando que algumas delas continuam utilizando os serviços e o comércio de Foz do Iguaçu.



Foto 15– Vista parcial da cidade de Foz do Iguaçu: 2010. Fonte: Agência Municipal de Notícias/ Robson Meireles

Do ponto de vista de novos núcleos, verifica-se que a rede permaneceu sem alterações, já que não houve mais desmembramentos e/ou criação de novos municípios. Sua localização no extremo Oeste paranaense e a existência de pequeno número de municípios sob sua influência indicam que esta rede urbana regional mantêm uma dinâmica, contudo, de forma limitada aos sete municípios, reforçando, neste sentido, a dinâmica existente na aglomeração fronteiriça. É este aspecto que diferencia a inserção de Foz do Iguaçu na rede de cidades, já que muitas vezes as relações existentes com as cidades fronteiriças são muito mais intensas do que as mantidas com as cidades de sua rede regional.

Como visto anteriormente, estas três cidades constituem um aglomerado de fronteira (fotos 16 e 17), que com o passar dos anos intensificou suas relações econômicas, sociais e políticas, estabelecendo desta forma, uma rede internacional de cidades.



Foto 16 – Vista parcial da área de fronteira entre Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este: 2010. Foto: Agência Municipal de Notícias/Antonio Lopes



Foto 17 – Vista parcial da área de fronteira entre Foz do Iguaçu/Puerto Iguazu: 2010. Foto: Agência Municipal de Notícias/Antonio Lopes

Diante das pesquisas realizadas no decorrer deste estudo alcançamos algumas compreensões e interpretações, que serão apontadas na próxima parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como recorte espacial a rede urbana de Foz do Iguaçu, buscamos compreender os papéis exercidos pela cidade em dois distintos momentos: o primeiro, de sua gênese em 1889 até a década de 1970, e o segundo, após 1970, momento onde processos gerais incidiram sobre a rede, impondo mudanças na estrutura espacial, social e econômica de Foz do Iguaçu e de sua rede de cidades.

A compreensão dos papéis desempenhados por Foz do Iguaçu nos dois momentos apontados passou pelo entendimento da estruturação da rede urbana do extremo Oeste paranaense, concluída no final de 1960, e das alterações gerais após 1970, considerando que os processos gerais não incidem de forma homogênea nos núcleos urbanos da rede, visto que cada uma das cidades é atingida diferenciadamente pelos mesmos, em razão de suas especificidades.

Em relação ao primeiro recorte temporal, o conjunto das relações econômicas e sociais estabelecidas desde a gênese de Foz do Iguaçu até a década de 1970, compreende-se que suas atividades comerciais e prestadoras de serviços, mesmo sendo pouco diversificadas quantitativa e qualitativamente, atendiam necessidades imediatas de bens e serviços diários de sua população urbana e rural, bem como de cidades de sua rede urbana, principalmente aquelas localizadas mais próximas a Foz do Iguaçu. Neste sentido, verifica-se que a cidade exerceu as funções que lhe foram atribuídas pela divisão social e territorial do trabalho no referido período. Diferente dos demais núcleos da rede, Foz do Iguaçu teve seu território reduzido pelos sucessivos processos de desmembramentos municipais, e na década de 1960 caracterizava-se como uma cidade com elevada taxa de urbanização.

O segundo recorte temporal contemplado nesta pesquisa, após os anos de 1970, foi marcado pelo início das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu e uma série de alterações socioespaciais. Nesta perspectiva, Corrêa (2000) aponta que a rede urbana vem passando por profundas e intensas transformações que levam a diferenciações expressivas, resultantes não somente de sua complexidade genética, mas, principalmente, dos processos desiguais de evolução dos seus centros urbanos, ou seja, da desigualdade espaço-temporal dos processos que atuam sobre ela.

Diante disso, Bessa (2007) ressalta que a organização do espaço não ocorre sem contradição e, por este motivo, as noções de convergência e divergência são pertinentes para uma maior inteligibilidade das transformações socioespaciais, já que dessa dialética entre tendências opostas resulta a síntese dos contrários, ou seja, a diferenciação espacial. Desta forma, outras diferenciações resultam da coexistência relacional e contraditória entre os processos de convergência-divergência, decorrentes da dinâmica econômica, política e sociocultural, visto que não existem mecanismos que assegurem a unidade e a equalização dos processos estáveis, caracterizados pela continuidade e pela repetição das situações colocadas, sendo a diversidade o resultado mais provável, já que a descontinuidade está na base dessa dinâmica, que se apresenta pelas contradições inerentes ao movimento e à mudança.

A autora supracitada aponta ainda que a diferenciação resultante é, ao mesmo tempo, manifestação concreta e processo da dinâmica contraditória entre os aspectos convergentes e divergentes. De um lado, a diferenciação espacial possui uma reflexibilidade prático-empírica “[...] pois os conteúdos da diferença na paisagem, no território, no espaço são absolutamente reais, concretos”. De outro lado, contém uma reflexibilidade teórica e metodológica, e “[...] nessa perspectiva, aparece como conceito, como possibilidade analítica e como um elemento próprio a natureza da geografia, no qual o espaço permanece como categoria fundamental de análise” (BESSA, 2007, p.324).

Assim, observa-se que a evolução urbana de Foz do Iguaçu está atrelada ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fato que determinou a transformação espacial da cidade e da rede urbana, ou seja, uma situação de evolução desigual, norteadas por processos de convergência e divergência, que destacam a diferenciação e não a uniformização, revelando a instabilidade e a descontinuidade dos eventos no espaço, onde a diversidade espacial torna-se o resultado desta situação.

Todo o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu – desde os estudos técnicos de verificação da melhor localização para a construção, da chegada de milhares de pessoas na busca por oportunidades de trabalho, até as alterações ocorridas na cidade de Foz do Iguaçu – trouxe inúmeras implicações. A cidade e sua rede passaram de uma situação de convergência – até o início dos

anos de 1970 –, caracterizada pela produção rural, por atividades comerciais e de prestação de serviços básicos para sua área de influência, para uma condição de divergência, cujas dinâmicas econômica, social, política, dentre outras, passaram por mudanças. A começar pela chegada de mais de 100 mil novos moradores, atraídos pelos empregos oferecidos pela usina, proporcionando o aumento da construção civil, tanto pela própria Itaipu como por construtoras e poder público local, os quais construíram novas habitações, escolas, hospitais, além da ampliação do centro comercial e de prestação de serviços.

Itaipu foi responsável pela expansão da periferia empobrecida de Foz do Iguaçu, já que até o início da década de 1970 estes espaços constituíam-se em poucos e pequenos aglomerados, passando, a partir de 1974, a receber os não recrutados pela usina, aumentando desta forma os problemas sociais da cidade.

O impacto sobre a sociedade local foi tão grande quanto a obra de engenharia que ali acontecia. Com o início da construção de Itaipu ocorreu um novo momento na ocupação do Oeste paranaense, desta vez articulado à política nacional desenvolvimentista. Este momento não nega, necessariamente, o anterior, porém, introduz novos componentes sociais, culturais e econômicos na constituição da região, em parte dissociados do seu passado.

A rapidez da ocupação final do Oeste paranaense e sua adequação para incorporar as novas exigências tecnológicas, agregadas à pauta produtiva imposta pela inserção do país na nova divisão do trabalho, repercutiram nas atividades agropecuárias, na redistribuição populacional no território, na dotação de infraestrutura, dentre outras. Desta forma, a agropecuária passou a ser cada vez mais mecanizada e dependente da tecnologia, e com isso iniciou-se um movimento populacional crescente em direção aos núcleos urbanos.

A superioridade de políticas exógenas determinava as relações políticas e apontava o ritmo da economia local. Foi neste contexto – e atrelado à construção de Itaipu – que o turismo definiu-se como importante atividade econômica em Foz do Iguaçu. Até o início da década de 1970 os resultados econômicos advindos desta atividade eram pouco perceptíveis. Com o anúncio, o início das obras e a forte divulgação em âmbito nacional e internacional da construção de Itaipu, a atividade turística foi visivelmente alterada no que diz respeito à capacidade de criação de

postos de trabalho, crescimento da construção civil, criação e/ou melhoria das infraestruturas turísticas, pelos serviços ofertados, dentre outros aspectos.

Itaipu foi responsável pela dinamização do turismo em Foz do Iguaçu, primeiramente pela divulgação dos atrativos naturais ali presentes; em segundo lugar por influenciar e muitas vezes até ser responsável por melhorias dos equipamentos para atendimento dos turistas; em terceiro e não menos importante, por tornar-se, ao longo do processo de construção, no segundo atrativo mais visitado na cidade.

No decorrer das pesquisas verificamos que a rede urbana regional de Foz do Iguaçu é uma rede com poucos núcleos urbanos, apresentando uma distância relativamente elevada entre os mesmos, se comparado a outras redes regionais do Paraná. Isso está relacionado com o processo de ocupação, visto que até a década de 1940 poucos foram os núcleos criados, sendo que neste momento a cidade de Foz do Iguaçu era a mais importante no extremo Oeste paranaense. Após 1940, os processos de ocupação das terras foram pautados em loteamentos rurais – com predomínio de pequenos estabelecimentos – e urbanos, mas como já havia melhor infraestrutura de transporte sendo estabelecida, criaram-se menos núcleos urbanos e a distância entre eles foi maior.

Além da presença de poucos núcleos nesta rede regional de cidades, cabe apontar que Cascavel, distante 144 quilômetros de Foz do Iguaçu, desde meados da década de 1970, por meio do fornecimento de bens e serviços para Itaipu, constituiu-se na principal cidade do Oeste paranaense. Esta constatação, vinculada ao fato de Cascavel ser uma cidade com importante setor industrial, forte atuação no agronegócio e possuidora de um amplo e diversificado setor comercial e de serviços, atende muitas das cidades que estão na área de influência de Foz do Iguaçu, diminuindo ainda mais a área de atuação da segunda. Neste sentido, se observarmos a rede urbana regional do final da década de 1980 (IBGE, 1993), verificamos que naquela ocasião Foz do Iguaçu contava com 12 cidades em sua rede; em 2007 (IBGE, 2008) observa-se considerável diminuição dos núcleos pertencentes a esta rede, contando com apenas seis cidades em sua área de influência.

Foz do Iguaçu foi considerada, em 2007, como um centro sub-regional, com relações econômicas e sociais relativamente restritas com as demais cidades. Seu

amplo e diversificado setor comercial e prestador de serviços atende em maior proporção Santa Terezinha de Itaipu, considerada uma cidade conurbada com Foz do Iguaçu (IPARDES, 2008). São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia e Missal têm ligações diretas e constantes com Foz do Iguaçu em todos os aspectos verificados neste trabalho, enquanto Medianeira divide-se entre Foz do Iguaçu e Cascavel, optando, em muitos casos, pelo consumo na segunda, já que a distância entre ambas é praticamente a mesma em relação a Foz do Iguaçu. A presença de poucas cidades em sua área de influência, a distância entre os núcleos e a presença de Cascavel reforçam a compreensão de uma centralidade relativamente fraca e restrita quanto ao papel exercido por Foz do Iguaçu na rede regional de cidades no que tange à oferta de bens e serviços.

Todavia, mesmo considerando as restritas relações mantidas nesta rede, destaque deve ser dado ao setor educacional, já que Foz do Iguaçu vem consolidando-se como centro de ensino superior, cuja área de atuação é relativamente expressiva. A implantação de novas instalações universitárias tem ocorrido ao longo do eixo das principais vias de acesso às universidades e faculdades, com destaque para a Avenida Tancredo Neves, onde o mercado imobiliário dinamiza-se com a construção de condomínios horizontais de moradias para diferentes classes sociais. A chegada de novos alunos e professores, vindos de diferentes partes do Brasil e da América Latina, tem dinamizado a economia.

Se a oferta de bens e serviços para localidades de sua rede urbana é relativamente restrita, por outro lado, outras dinâmicas econômicas e sociais ocorrem entre Foz do Iguaçu e as cidades fronteiriças de Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina, que constituem um aglomerado urbano de fronteira.

A pesquisa realizada sobre os movimentos pendulares nesta aglomeração indicou grande movimentação de brasileiros em direção a Ciudad Del Este, mas o movimento contrário também ocorre. Não na mesma proporção, tampouco com a mesma liberdade, como apontou Paro (2011, p25):

O aumento do fluxo de trabalhadores estrangeiros no Brasil em busca de emprego passa em branco – ao menos oficialmente – nas regiões de fronteira. No Oeste do Paraná, por exemplo, contratos clandestinos se sobrepõem à legalidade, e uma legião de paraguaios cruza a Ponte da Amizade para trabalhar sem carteira assinada em Foz do Iguaçu.

Atraídos pela valorização do real e pela estabilidade econômica no Brasil, domésticas, babás e trabalhadores da construção civil procuram em Foz uma oportunidade para se colocar no mercado e ganhar um salário melhor que o oferecido no Paraguai.

Diferentemente da legislação paraguaia, a brasileira condena a ilegalidade dos patrões que contratam paraguaios sem registro e garantias legais. Entretanto, os próprios paraguaios não questionam a situação. O motivo deste silêncio é o salário, visto que em Foz do Iguaçu eles recebem praticamente o dobro do que receberiam no Paraguai. Lá, o salário médio é de R\$ 350,00, enquanto que em Foz do Iguaçu é de cerca de R\$ 600,00. Os registros que apresentam a entrada de paraguaios para trabalhar em Foz do Iguaçu não condizem com a realidade, já que, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o número de paraguaios que tiveram autorizações concedidas para trabalhar legalmente no Brasil, entre 2008 e 2011, soma apenas 130. Como mencionado no decorrer do trabalho, os paraguaios não buscam a legalidade e o que se visualiza, tanto no percurso entre os dois países quanto nas ruas de Foz do Iguaçu, é um número cada vez maior de paraguaios buscando ocupações diversas na cidade.

A aglomeração urbana da fronteira, que constitui uma ocupação contínua e fortemente articulada, define um contexto geopolítico de grande importância, construindo uma posição de centralidade através de sua localização geográfica, atingindo um porte, uma dinâmica econômica e de relações internacionais que a aproximam das grandes aglomerações urbanas nacionais.

No que diz respeito ao Brasil, este assume importância pela concentração populacional e geração de riquezas provenientes de um setor terciário diversificado e da produção de energia elétrica. Suas características particulares, articuladas aos múltiplos processos, ordens e fluxos, torna evidente a complexidade da gestão deste espaço, que sobrepuja o âmbito local, regional e até mesmo o estadual, constituindo uma articulação de complexa formatação, considerando os instrumentos existentes. Nesta discussão, concorda-se com Lima (2011), que aponta que, neste caso, uma estratégia de desenvolvimento regional deve contemplar todos esses aspectos.

Outro ponto de extrema importância é a inserção de Foz do Iguaçu em uma rede mundial de turismo. A repercussão de Foz do Iguaçu através dos seus dois principais pilares turísticos – Cataratas do Iguaçu e Itaipu Binacional – tornaram a cidade um atrativo internacional, colocando-a como a segunda cidade mais visitada no país, atrás da cidade do Rio de Janeiro (EMBRATUR, 2009). Desta forma, além da infraestrutura destinada exclusivamente a esta atividade, os milhares de visitantes que se dirigem à cidade anualmente utilizam outras atividades, proporcionando dinâmica particular em Foz do Iguaçu.

O turismo constitui-se na principal atividade geradora de empregos, evidenciando-se como importante elemento para o desenvolvimento local. Outra característica importante diz respeito à origem do turista que visita Foz do Iguaçu, já que dos 1.265.765 turistas que entraram no Parque Nacional do Iguaçu em 2010, 618.904 eram estrangeiros. Este dado aponta a importância de Foz do Iguaçu na rede internacional de cidades turísticas.

A maior integração de Foz do Iguaçu com a economia de outros países, ora através do aglomerado de fronteira, ora através do turismo, acaba distanciando a cidade de maior integração com localidades da rede urbana regional: a produção de eletricidade de Itaipu encontra seu principal mercado na indústria paulista; o comércio de fronteira também estabelece vínculos que se encontram de forma mais articulada com os mercados consumidores dos grandes centros urbanos e com a dinâmica da indústria chinesa, do que com a dinâmica agroindustrial dos municípios de sua rede regional. Isto demonstra uma articulação relativamente fraca de Foz do Iguaçu com as cidades de sua rede urbana regional do que com outras relações nacionais e internacionais.

De outro lado, pesquisas como a do IPEA (2000), entendem Foz do Iguaçu ora como uma cidade integrante da aglomeração de fronteira, ora como um centro urbano de tamanho médio, ou ainda como uma aglomeração contígua a Santa Terezinha de Itaipu (IPEA, 2000). Em outro momento, Foz do Iguaçu é considerada como uma cidade que não faz parte de nenhuma aglomeração, e neste sentido o papel exercido por Foz do Iguaçu em relação à sua área de influência e às suas atividades urbanas são reduzidas.

Peris e Lugnani (2003) também analisaram Foz do Iguaçu na linha de interpretação dos eixos de desenvolvimento e apontaram Cascavel como um vértice

de onde sairiam dois eixos: um em direção a Guaíra, passando por Palotina e Marechal Cândido Rondon, e outro em direção a Foz do Iguaçu. Os autores apontaram que a dinâmica econômica do último eixo citado estaria fundamentada no agronegócio, no turismo e na geração de energia elétrica. Outra interpretação é dada pelo IparDES (2008) no estudo Os Vários Paranás – Região Oeste, apontando que:

Foz do Iguaçu e municípios limítrofes seguem um padrão comum na conformação dos aglomerados, com elevado crescimento da cidade principal, seguido, nos decênios seguintes, pelo incremento ainda mais expressivo de municípios periféricos – que funcionam como receptáculos de uma população de menor renda excluída da cidade principal pelo mercado de terras (IPARDES, 2008, p.34).

Diferente dos dois trabalhos apresentados anteriormente, neste podemos notar o reconhecimento de que a dinâmica demográfica de Foz do Iguaçu está ligada, de maneira direta, à sua localização fronteiriça. Neste mesmo trabalho, o IparDES (2008) considera a cidade de Foz do Iguaçu como um “enclave de fronteira”, sem, entretanto, apontar o significado deste termo. Ainda nesta pesquisa, há uma transposição de conceitos e processos históricos que marcaram o desenvolvimento de metrópoles brasileiras como Curitiba, para uma escala urbana totalmente distinta. Neste sentido, Lima (2011, p.117) explicita que “[...] De modo geral, podemos visualizar algumas dificuldades encontradas nos estudos ao tentar descrever a dinâmica econômica, social e demográfica do Oeste paranaense”.

É evidente que existe uma grande diferenciação entre as atividades desenvolvidas em Foz do Iguaçu e as demais cidades da rede regional, visto que, enquanto há uma articulação entre os municípios da região Oeste em torno de atividades produtivas baseadas na agropecuária e agroindústria de alimentos, Foz do Iguaçu destaca-se pela geração de energia, pelos fluxos transfronteiriços e pela atividade turística. Desta forma, a participação diferenciada de Foz do Iguaçu em relação aos demais municípios da rede regional de cidades está diretamente ligada ao perfil das atividades que desenvolve, associadas à sua posição geográfica e à própria presença de Itaipu, distanciando-se da produção regional.

Diante das pesquisas realizadas no decorrer deste trabalho, alcançamos a compreensão de que Foz do Iguaçu coloca-se como integrante de três redes, e concordamos com Corrêa (1977, p.100), quando afirma que:

[...] a posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere as suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente. [...] A complexidade funcional crescente vai traduzir-se entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes. Uma constituída por localidades centrais (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona, centro local) e outra, menos sistemática e mais irregular, na qual cada centro desempenha um papel singular e/ou complementar a outros centros.

Neste sentido, tem-se primeiramente Foz do Iguaçu como centro sub-regional na rede urbana regional, ofertando uma gama diversificada de bens e serviços para as cidades de sua rede regional. Uma segunda rede na qual Foz do Iguaçu está inserida é o aglomerado de fronteira, onde Foz do Iguaçu é a principal cidade, mantendo multivariadas relações sociais, econômicas e políticas, como é o caso dos empregos, do comércio, tanto o legal, quanto o ilegal, das transações comerciais em direção ao Mercosul, dentre outras.

A terceira inserção de Foz do Iguaçu é na rede internacional do turismo, estabelecendo muitas relações com cidades e países de todo o mundo, colocando-a como a segunda cidade mais visitada no Brasil em 2009. Esta atividade gera empregos, estimula o desenvolvimento local e também a área da aglomeração de fronteira, aquecendo a economia e dinamizando a cidade.

A complexa e singular condição de Foz do Iguaçu – que envolve diversas redes de relações, locais e internacionais, sendo muitas vezes mais importante em âmbito internacional do que regional – com suas tensões e contradições sociais, políticas e econômicas continuarão a apontar um dinamismo próprio e diferenciá-la de outras cidades de porte similar.

REFERÊNCIAS

ABLAS, L. A. Q. *A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas*. São Paulo: IPE, 1982.

ABREU, M. P. (org) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ACERENZA, M. A. *Administración del turismo: conceptualización y organización*. México: Trillas, 1991.

ALMEIDA, S. B. D. O potencial hidrelétrico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53, n.3, p.183 -203, jul/set. 1991.

AMARAL FILHO, J. D. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *Planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

ANDRADE, T.A; SERRA, R. V. *Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras*. Texto para discussão 592, Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

BARRETTO, M. *Manual de Iniciação Ao Estudo do Turismo*. Campinas: Papirus, 1991.

BATISTA, J. C. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v.7, n.2, abr/jun. 1987.

BEAUJEAU-GARNIER, J. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 1998.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia*. Uberlândia, v. 24, n.16, p.268-288, out. 2005.

_____, K. *A dinâmica da rede urbana no triângulo mineiro: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia*. Uberlândia: Comoser, 2007.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOMFIM, M. V. P. *A rede urbana do recôncavo baiano e seu funcionamento técnico*. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador 2006.

BOMFIM, P. R de A. XVIII Congresso Internacional da UGI, Rio de Janeiro, 1956. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crises, Práxis e Autonomia: espaços de resistência e de esperanças 26, 2010. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2010.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74*. Brasília, 1971.

_____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1975/1979*. Brasília, 1974.

BRITO, J. M. de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da colônia militar*. Curitiba: Travessa dos leitores, 2005.

BURNS, P. M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.

CAMARGOS, M.A de. In: Reflexões sobre o cenário econômico na década de 1990. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2002.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____, A. F.A . *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7375834>>. Acesso em 14 maio 2010.

CASTILHO, C. J. M. As Atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica? *Revista de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, v. 14, n. 1/2, p. 29-89, jan/dez 1998.

CATTA, L. E. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____, L. E. *A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu / 1964 – 1992)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa - Omega, 1982.

COLODEL, J. A. *Obrages & companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1992.

CORRÊA, R. L. Os estudos de rêsdes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.24, n.4. p.93-116, mar/jun.1967.

_____, R. L. O Sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.32, n.1. p.87-98, jan/mar. 1970.

_____, R. L. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, M (Org.). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____, R.L. Algumas considerações sobre análise regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n.4, p.47 -59, out/dez,1987.

_____, R.L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.50, n.2, p.107- 124, abr/jun, 1988.

_____, R.L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

_____, R. L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____, R.L. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *Território*, Rio de Janeiro, v.8, p.121-129, jan/jun, 2000.

_____, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____, R. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C. da C; CORRÊA, R.L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.15-47.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.37, n.1, p.50-84,1975.

DER. *Malha Rodoviária: Distâncias Rodoviárias das Principais Cidades*. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/arquivos/File/malha_distancia.pdf>. Acesso em: 07 setembro 2011.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, E.C de, GOMES, P, C, C da, CORREA, R, L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____, L. C. Redes de informação, grandes organizações e ritmos de modernização. *Espaço, tempo e crítica*. Revista eletrônica de ciências humanas e sociais e outras coisas. n.2, v.1, julho/2007. Disponível em:

<www.uff.br/etc/uploads/etc%202007_2_1.pdf>. Acesso em: 02 junho 2011.

EMBRATUR. *Anuário Estatístico*. Brasília, 2004.

_____. *Anuário Estatístico*. Brasília, 2005.

_____. *Anuário Estatístico*. Brasília, 2009.

ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FERNANDES, P.I; COELHO, F.M. *Economia do Turismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FIGUEIREDO, A. H. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.54, n.2, p.83-117, abr/jun. 1992.

FRESCA, T. M. *A dinâmica funcional da rede urbana o oeste paulista, estudo de casos: Oswaldo Cruz e Inúbia Paulista*. 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

_____, T. M. *A rede urbana do norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004.

_____, T. M. Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial: perspectivas para um debate. ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12, 2009, Montevideo. *Anais...* Montevideo, 2009.

FURTADO, C. *Análise do 'modelo' brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

_____, C. *O Brasil pós "milagre"*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GHIZZO, M. R; ROCHA, M. M. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas ciências humanas. *Espaço Plural*, ano IX, n.18. jan/jun, 2008.
GOTTMANN, Jean. A dinâmica das grandes cidades. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 255 .p. 5-14. out/dez, 1976.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

IBGE. *Censo Agrícola de 1960: Paraná – Santa Catarina*. Rio de Janeiro, 1967.

_____. *Censo Agropecuário – Paraná: 1970*. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Censo Agropecuário 1995-1996: Paraná*. Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Censos Comercial e de Serviços – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul: 1960*. v.4. Rio de Janeiro, 1967.

_____. *Censo Comercial – Paraná: 1970*. v.6. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Censo Demográfico – Brasil: 1940*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. *Censos Demográfico e Econômicos – Paraná, 1950*. Rio de Janeiro, 1955.

_____. *Censo Demográfico – Paraná: 1960*. v.1. Rio de Janeiro, 1960.

_____. *Censo Demográfico – Brasil: 1970*. v.1. Rio de Janeiro, 1972.

_____. *Censo Demográfico – Brasil: 1980*. Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Censo Demográfico – Brasil: 2000*. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Censo Industrial – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul: 1960*. v.3. Rio de Janeiro, 1966.

_____. *Censo Industrial – Paraná: 1960*. v.4. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *Cidades@*. Disponível em: <

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 agosto 2011.

_____. *Contagem da População: 1996*. Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. v.31, Rio de Janeiro, 1959.

_____. *Estado do Paraná: Censo Agrícola*. Rio de Janeiro, 1954.

_____. *Migração e deslocamento, resultados da amostra, comentário dos resultados*. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Produção Agrícola Municipal: Paraná*. Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Regiões de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. *Regiões de Influência das Cidades*. 1993. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Sinopse do Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 de dezembro 2010.

INFRAERO. *Aeroporto de Foz do Iguaçu: movimento operacional*. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>>. Acesso em: 05 janeiro 2011.

IPARDES. *Estudos dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná*. Curitiba, 1977.

IPARDES. *Os Vários Paraná - oeste paranaense: o 3º espaço relevante*. Curitiba, 2008.

IPEA. *Configuração atual e tendências da rede urbana*. v.1, Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2000.

_____. *Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo*. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories>>. Acesso em: 11 março 2010.

ITAIPU. *Resumo do Projeto Itaipu*. Curitiba, 1980.

_____. *Relatório anual*. Curitiba, 1990.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. *Economia do turismo*. Campinas: Papirus, 1991.

LIMA, I. T. C. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

LIMA, F. R. F. *Desenvolvimento regional na fronteira Foz do Iguaçu/BR, Ciudad Del Este/PY*. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

LOPES, S. *O território do Iguaçu no contexto da marcha para oeste*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACEDO, M.; VIEIRA, V. F; MEINERS, W E. M de A. Fases de desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n.103, p.5-22, jul/dez. 2002.

MAMBERTI, M.S; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. Seminário internacional de desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 1, 2004. *Anais...* UNESP, Rio Claro, 2004.

MASSUKADO, M, S; TEIXEIRA, R.M. Políticas Públicas, Recursos Turísticos Organizacionais: o caso de Foz do Iguaçu, Paraná. *Turismo – Visão e Ação*, Balneário Camboriú, v.8, n.2, p. 201-222, 2006.

MONTEJANO, J. M. *Estrutura do mercado turístico*. São Paulo: Roca, 2001.

MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. *Caderno metrópole*. São Paulo, v.12, n.23, p.43-64. Jan/jun 2010.

MOURA, R; CARDOSO, N. A. Aglomeração transfronteiriça: integração regional ou construção de um enclave? In: FIRKOWSKI, O. L. C de F (Org). *Transformações territoriais: experiências e desafios*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

NODARI, M. Z. R. *As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

NOGUEIRA, M; GARCIA, R. A. A inserção das cidades médias na rede urbana brasileira. *Terra Plural*. Ponta Grossa, v. 1, n.2, p. 61-71, ago/dez. 2007.

NOGUEIRA, V, M, R; DAL PRA, K, R; FERMIANO, S. A diversidade ética e política na garantia e fruição ao direito a saúde nos municípios brasileiros da linha de fronteira do MERCOSUL. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.227-236, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v23s2/11.pdf> >. Acesso em: 06 outubro 2011.

OLIVEIRA, T, C, M de. et al. Cidades de Fronteira e a Rede Urbana. In: PEREIRA, R, H,M; FURTADO, B,A (org). *Dinâmica Urbano-Regional: Redes Urbanas e suas Interfaces*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. p.79-98.

OMT. *Volume mundial de turistas*. Disponível em: < <http://mkt.unwto.org/en/barometer> > . Acesso em: 14 outubro 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Coordenadoria de Estudos e Projetos. *Definições de critérios para a determinação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões*. Curitiba: SEPL, 1991.

PARO, D. Paraguios cruzam fronteira para trabalhar ilegalmente em Foz do Iguaçu. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 06/11/2011, Cad. Economia, p.16-17.

PEREIRA, M. F. V. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, n.21, v.1, p.121-129, abr/ 2009. Disponível em:< www.scielo.br/pdf/sn/v21n1a08.pdf >. Acesso em: 21 setembro 2011.

PEREIRA, O. D. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PERIS, A. F; LUGNANI, A. C. Um estudo sobre o eixo Cascavel – Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n.104, p.79-102, jan/jun. 2003.

PIACENTI, C. A, et al. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 104, p. 103- 123, jan./jun. 2003.

PINTO. A. F. M. *As principais trajetórias de mobilidade em Foz do Iguaçu - PR e seus reflexos no urbano; 2000-2011*. 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *Plano de desenvolvimento integrado e diagnóstico municipal (PDI – DM)*. Foz do Iguaçu, 1972.

_____. *Seminário de Planejamento e Desenvolvimento*. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, 1982.

_____. *Anuário Estatístico 1990*. Foz do Iguaçu, 1992.

RABOSSI, F. *Nas ruas de Ciudad Del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. 2004. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RANGEL, I. *Recursos ociosos na economia nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, n.7, 1960.

_____, I. Economia: milagre e anti-milagre. In: RANGEL, I. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.v.1, p.681- 742.

REOLON, C. A. Colonização e urbanização da mesorregião oeste do Paraná (1940-2000). *RA´EGA*, Curitiba, n. 13, p. 49-57, 2007.

RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento econômico no oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RIPPEL, R; FERRERA, J. de L. Efeitos em cadeia de um complexo agroindustrial: O caso da Sadia-Frigobrás em Toledo (PR). In: SHIKIDA, P. F. A.; CASIMIRO FILHO, F. (Org.). *Desenvolvimento regional e agroindústria*. Toledo, p. 31-56: Edunioeste, 1999.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P; PINSKY, J. (Org). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROLIM, C. Como analisar as regiões transfronteiriças? Esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu. *TD Nereus*, São Paulo, 2004.

ROSEIRA, A.M. *Foz do Iguaçu: cidade – rede sul americana*. 2006. Dissertação (Mestrado). 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, M. Uma revisão da teoria dos lugares centrais. IN: SANTOS, M. (Org.) *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, M. *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005 a.

_____, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____, M. Modo de produção técnico - científico e diferenciação espacial. *Revista Território*, ano IV, n.6.p. 05-20, jan/jun 1999.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHALLEMBERGER, E; SCHNEIDER, I. E. Migração, inserção produtiva e urbanização da fronteira agrícola: um estudo sobre a região oeste do Paraná (1940 a 2000). *Tempo da Ciência*, Toledo, v.15, n. 29, p. 73-95, jan/jun. 2008.

SCHIMMELPHENG, O. *Retrospectos Iguaçuenses*. Foz do Iguaçu: Tezza, 1991.

SILVA, J. M; SILVA, E. A; JUNCKES, I. J. *Elaboração crítica de projetos de pesquisa*. Curitiba: Pós - escritos, 2009.

SILVEIRA, L. L. D. Redes e território: uma breve contribuição ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *Biblio 3W*: Barcelona, vol.VIII, n.451, jun/2003.

Disponível em: <

http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:jx00VYUOwTQJ:scholar.google.com/+Redes+e+territ%C3%B3rio:+uma+breve+contribui%C3%A7%C3%A3o+ao+debate+sobre+a+rela%C3%A7%C3%A3o+sociedade+e+tecnologia.&hl=pt-BR&as_sdt=0,5> Acesso em: 04 maio 2011.

SINGER, P. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

SOTUYO, P. C. G. *Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu*. Dissertação (Mestrado). 1998. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

STEINBERGER, M; BRUNA, G.C. Cidades médias: elos do urbano – regional e do público – privado. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

STEMBERG, R. Perspectivas geográficas no sistema hidroelétrico. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 52, n.1, p.22-35, jan/mar. 1990.

VEIGA, L. A. *Jaguapitã - PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar*. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

WACHOWICZ, R. C. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1987.

YOKOO, E. N. *Terra de negócio: estudo da colonização no oeste paranaense*. 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

ZAAR, A. A migração rural no oeste paranaense/ Brasil: A trajetória dos “Brasiguaios”. *Scripta Nova*, Barcelona, n.94 (88). Ago.2001. Disponível em: < www.ub.es/gecrit/sn-94-88.htm >. Acesso em: 16 abril 2010.
